



**Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

MULHERES SERTANEJAS: POLÍTICA E ECONOMIA NO SERTÃO DA RESSACA (1840-1920)



Suzimar dos Santos Novais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador – BA
2011



**Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

**MULHERES SERTANEJAS: POLÍTICA E ECONOMIA
NO SERTÃO DA RESSACA (1840-1920)**

Suzimar dos Santos Novais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, curso de Mestrado, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador - BA
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

N935 Novais, Suzimar dos Santos
Mulheres sertanejas: política e economia no sertão da ressaca / Suzimar dos Santos
Novais. – Salvador, 2011.
124f.: il.

Orientadora: Profª. Drª. Lina Maria Brandão de Aras
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, 2011.

1. Mulheres – Vitória da Conquista (BA) – História. 2. Mulheres e
Sociedade. 3. Mulheres – Condições sociais. I. Aras, Lina Maria Brandão de. II.
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.

CDD – 305.42

BANCA EXAMINADORA

LINA MARIA BRANDÃO DE ARAS
Doutora em História – USP
Universidade Federal da Bahia
(Orientadora)

BELARMINO DE JESUS SOUZA
Doutor em História – UFBA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

GRAYCE MAYRE BONFIM SOUZA
Doutora em História – UFBA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Às mulheres da minha vida, Percília e
Maria Eduarda, que me ensinaram a amar
e ser amada incondicionalmente.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma tarefa difícil, mas extremamente prazerosa. Difícil, porque podemos incorrer no lapso de ao listarmos todos aqueles que contribuíram de alguma forma em nossa caminhada, deixarmos de agradecer alguém, no entanto, o prazer de dizer muito obrigado, supera essas lacunas.

Agradeço a minha orientadora Prof^ª Dr^ª Lina Maria Brandão de Aras, que de um modo muito especial demonstrou o real significado de orientar, extrapolou o “fazer-se acadêmico” e nos ajudou nos momentos em que mais precisei, não somente como orientanda, mas como ser humano, mãe, fazendo perceber que as coisas mais importantes da vida extrapolam as hierarquias acadêmicas, tão importantes para uns, mas que ela me fez vislumbrar a essência da relação “mestre-doutora”.

À meu primo Wagner, pela agradável acolhida em Salvador, pelos momentos em que em sua casa revivemos as lembranças de uma deliciosa infância e pela reaproximação, o reavivar de laços tão importantes que a vida havia se encarregado de nos distanciar.

Aos meus colegas, especialmente Mônica, Aloísio e Silvana, pelo convívio, pelo companheirismo e auxílio nos momentos mais difíceis, por compartilhar as “lembranças do interior” e fazer com que me sentisse menos sozinha, na “cosmopolita”.

Aos professores doutores Grayce Mayre Bonfim Souza e Belarmino Jesus Souza pelas valiosas sugestões elencadas durante a qualificação e que nortearam o desenrolar do trabalho, além de serem solícitos com referências de leituras e pela disponibilidade.

Aos funcionários do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista, do Museu Regional de Conquista e à Ruy Medeiros.

À minha família, que incondicionalmente e cada um a seu modo, foi minha inspiração e força para continuar, o meu “porto seguro”. Minha irmã, Solange, que durante todo esse tempo, junto com minha mãe, cuidou de minha preciosa Maria Eduarda, com tanto carinho e zelo que era chamada de “mamãe-titia” e esteve com ela em muitos momentos em que eu não pude estar. A meu irmão Aeldo, que na sua serenidade estava sempre a incentivar, ávido por ouvir as histórias das mulheres do sertão, a cada nova informação coletada ele sempre dizia “fala aí pra gente, como elas eram...”. A minha “prima-irmã”, Idelma, pelas doses homeopáticas de otimismo, rechaçando diariamente o pessimismo que pairava, por cada leitura indicada, cada livro adquirido, as sugestões aos

textos, minha grande incentivadora, solícita e sempre presente, me fez acreditar que eu seria capaz de chegar até aqui.

Aos meus pais, Percília e Valdemar, exemplos de vida que me ensinaram a dar valor a tudo o que conquistamos, incentivadores da busca ao conhecimento e torcedores fiéis durante cada vitória que alcancei.

À meu esposo Sérgio pelo apoio e compreensão, pela partilha de objetivos e pelo enfrentamento dos desafios interpostos.

À minha amada filha Maria Eduarda, pela compreensão em meio a choros quando tinha que me ausentar, por todos os passeios que não pude fazer, as festinhas de aniversário que não pude acompanhar, a inquietude em saber se já estava próximo de terminar e, principalmente, por sempre me acalantar nos momentos mais estressantes com o antídoto mágico, “mamãe eu te amo”, regado de muitos beijos.

À Deus, amor e força que tem me sustentado, meu amparo diário, presença real e sublime em minha vida .

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação das mulheres sertanejas, especificamente no Sertão da Ressaca, identificando os espaços de participação das mulheres, destacando sua intervenção nos episódios políticos que marcaram os primeiros anos da Imperial Vila da Vitória, atual município de Vitória da Conquista. Traçamos o universo feminino, de modo a compreender os papéis sociais por elas desempenhadas, bem como a normatização dos mesmos, veiculados por meio dos jornais de circulação local. Percebendo o universo feminino que as possibilitou exercer atividades econômicas, seja como proprietárias rurais na administração do espólio herdado ou como comerciantes. As mulheres do Sertão da Ressaca estiveram integradas a uma realidade própria de sua época, algumas desempenhando os papéis caracteristicamente definidores da conduta feminina, muitas vezes envolvendo-se em querelas políticas de cunho familiar e outras atreladas a atividades comerciais e creditícias no contexto da economia local. O propósito foi dar maior visibilidade a essas mulheres que, cotidianamente, contribuíram com suas realidades singulares, para melhor compreendermos a organização da sociedade da Ressaca.

Palavras-chave: Mulher; sociedade; política; economia.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the performance of the hinterland women, specifically in the Sertão da Ressaca, indentifying the areas of participation of women, highlighting its intervention in the political episodes that marked the early years of the Imperial Vila da Vitória, now the city of Vitória da Conquista. Looking at the female universe in order to understand the social roles, that they perform, as well the regulation of them, running through the local newspapers. Realizing the female universe, that allowed the women to exercise economic activities, either as owners in the rural estate administration inherited or as merchants. Women in the Sertão da Ressaca were integrated into a reality of their own time, some playing the roles defining characteristic of feminine behavior, often engaging in political quarrels nature of family and other linked to commercial activities and credit in the context of the local economy. The purpose was to give great visibility to these women, who contributed with their daily realities unique to better understand the organization of society of Ressaca.

Keywords: women, society, politics, economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Intendentes em Conquista

Tabela II: Classes das Fortunas (Salvador, 1801-1889)

Tabela III: Inventários em que o valor dos escravos é bem maior do que os bens de raiz

Tabela IV: Inventários em que o valor do gado é bem maior do que os bens de raiz

Tabela V: Relação dos inventários com maiores dívidas ativa e dinheiro

Tabela VI: Classificação das fortunas: grandes fortunas – 50:100\$000 a 200:000\$000

Tabela VII: Classificação das fortunas: Fortunas Boas – 10:100\$000 a 50:000\$000

Tabela VIII: Classificação das fortunas: Fortunas Médias – 2:100\$000 a 10:000\$000

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Capa, fotos de Eufrosina Oliveira Freitas Trindade, Joana Angélica Santos Fernandes de Oliveira e José Fernandes de Oliveira (Coronel Gugé), Henriqueta Prates dos Santos Silva e Laudicéia Gusmão de Oliveira.

Figura 02: Mapa Sertão da Ressaca depois de 1839.

Figura 03: Termo de Celebração da Paz entre Meletes e Peduros

Figura 04: Recibo pela encomendação da alma e demais serviços religiosos prestados no funeral da senhora Francisca Victoria do Sacramento.

Figura 05: Recibo de pagamento pela construção da carneira de Antonia Maria da Natividade.

Figura 06: Relação das mercadorias compradas para o funeral da Senhora Anna Joaquina do Nascimento.

Figura 07: Foto de Eufrosina Oliveira Freitas Trindade (Fulô do Panela).

Figura 08: Foto de Eufrosina Oliveira Freitas Trindade (Fulô do Panela).

Figura 09: Foto de Joana Angélica Santos Fernandes de Oliveira e o esposo Coronel Gugé.

Figura 10: Foto de Henriqueta Prates dos Santos Silva, aos 35 anos.

Figura 11: Foto de Henriqueta Prates Santos Silva aos 90 anos.

Figura 12: Foto de Laudicéia Gusmão de Oliveira

LISTA DE ABREVIATURAS

AFJM: Arquivo do Fórum João Mangabeira

AMVC: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

APEB: Arquivo Público do Estado da Bahia

MRVC: Museu Regional de Vitória da Conquista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	28
AS DISPUTAS POLÍTICAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	28
1.1. Os anos iniciais da República na Bahia	32
1.2. Disputas Políticas	36
1.3. Meletes e Peduros	43
CAPITULO II	53
SOCIEDADE E RIQUEZA NO SERTÃO DA RESSACA	53
2.1. A administração das fortunas	59
2.2. Objetos, vestimentas e funerais: Uma apreensão do gênero na sociedade da Ressaca	71
CAPITULO III	76
PAPÉIS SOCIAIS NA SOCIEDADE CONQUISTENSE	76
3.1. Mulheres nas elites conquistenses	85
a) Euflosina Maria de Oliveira Freitas Trindade	91
b) Joana Angélica Santos Fernandes	97
c) Henriqueta Prates dos Santos Silva	99
d) Laudiceia Gusmão de Oliveira	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
LISTA DE FONTES	111
REFERÊNCIAS	113
ANEXOS	118

INTRODUÇÃO

O Sertão “enquanto categoria analítica da divisão espacial”¹ tem suscitado vários estudos, assim como a investigação sobre as mulheres sertanejas vem galgando um amadurecimento historiográfico, no entanto, “só muito recentemente, as pesquisas no âmbito da história regional vêm ocupando espaço entre as produções realizadas no país, graças, principalmente, as novas abordagens, que permitiram análises mais interiorizadas diante da insatisfação com as “macros” explicações”.²

Das novas abordagens, o tema “Mulheres Sertanejas: política e economia no Sertão da Ressaca” buscou analisar a sociedade sertaneja em meados do século XIX, no que diz respeito à atuação das mulheres num contexto predominantemente masculino e permeado por relações patriarcais, oriundas de uma tradição remanescente ainda do período de povoamento do Sertão da Ressaca.

Aguça-nos a possibilidade de descortinar um novo horizonte feminino, construído por mulheres que não assumiram apenas a condição de vítimas, mas, sobretudo, influenciaram a configuração de novas formas de poder, ampliando seus espaços de atuação e, por vezes, interferiram, decisivamente, em questões sociopolíticas e econômicas. A esta categoria de mulheres, interessa-nos estudar as mulheres de elite, seja na condição de viúva, órfã, administradora dos bens, conselheira política que se recusaram a apenas cumprir com os papéis determinados por sua posição social e protagonizaram inúmeras outras formas de resistências praticadas pelas mulheres ao longo da história.

A formação do campo historiográfico sobre a História das Mulheres percorre uma trajetória foi se constituindo principalmente a partir da década de 60 e de forma mais contundente e significativa no meio acadêmico nos anos 80. Num primeiro momento, esta história está intrinsecamente associada à necessidade de focalizar a mulher enquanto heroína; posteriormente, de forma complementar e para muitos contraditoriamente, a história das mulheres traduz-se numa perspectiva de gênero que contempla não só os aspectos políticos como também as mulheres enquanto categoria analítica na pesquisa histórica.

¹ NEVES, Erivaldo Fagundes e MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: ARCADIA, 2007, p. 15.

² SOUZA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições da UESB, 2001. p. 17.

As mulheres sempre estiveram presentes na história, mesmo que ofuscadas pelo domínio reservado aos homens, elas conseguiram certa visibilidade através da História da Vida Privada que proporcionou uma maior inserção das mulheres no fazer histórico, associada à História Social, esta última tendo como foco nas identidades coletivas.

Na década de 70 a História das Mulheres iniciou uma fase de combate a subordinação feminina e a construção de uma identidade coletiva, baseada na igualdade entre as mulheres. Muitas historiadoras da época foram acusadas de fazer ideologia e militância, pois se contrapunham a homogeneização das mulheres e principalmente ao determinismo biológico que não considerava a mulher como um ser cultural e socialmente construído.

Nesse contexto, torna-se necessário combater as afirmações universais, do passado mítico, a separação entre o público e o privado e a vitimização das mulheres. Para tanto, Joan Scott propõe fazer uma nova abordagem histórica do feminismo no campo da pós-modernidade, afirmando não ser suficiente apenas substituir o termo mulheres por gênero, mas buscar novas perspectivas analíticas e promover mudanças estruturais, evidenciando a importância de se debruçar na análise de gênero numa perspectiva política de produção do conhecimento³.

Há muito tempo discute-se a questão do poder e da mulher enquanto sujeito ativo da História, muitos são os autores que revelam a partir de suas análises a efetiva atuação feminina, que extrapolam a esfera do privado e tornam-se protagonistas nos espaços masculinos. Como afirmou Lina Maria Brandão de Aras em seu artigo “No Cenário da Guerra: as mulheres e a literatura”, no século XIX as questões estudadas vão além dos aspectos referentes ao corpo e ao intelecto feminino, inserindo a mulher nas esferas de poder⁴.

Estudo sobre a participação ativa das mulheres é feita por E. P. Thompson que analisou os motins que ocorreram na Inglaterra no século XVIII, e evidencia uma significativa atuação das mulheres ao lado dos homens, pois elas conheciam mais intimamente o mercado e as necessidades econômicas no que se refere ao aumento dos alimentos e, muitas vezes, atuavam nos motins⁵.

³ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In.: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991. p. 65-67.

⁴ ARAS, Lina Maria Brandão de. e OLIVEIRA, Walney da Costa. No Cenário da Guerra: As mulheres e a literatura, In.: MOTTA, Alda Brito da, SANDENBERG, Cecília e GOMES, Márcia (Orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000, p. 280.

⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 184.

Também de relevância historiográfica no Brasil é o estudo de Maria Odila Leite da Silva Dias, “Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX”, minucioso trabalho que analisa, sob múltiplas facetas, o papel das mulheres menos abastadas, os diversos meios de inserção na sociedade e as estratégias utilizadas que não as qualificam apenas como vítimas, mas, sobretudo, como agentes que protagonizaram diversas formas de poder e que em determinadas circunstâncias, subverteram a ordem social vigente, atuando como chefes de família responsáveis pelo gerenciamento econômico, originando a organização matrifocal dos grupos familiares⁶.

Na América Latina, no que tange a historiografia das mulheres, Gabai observa a existência de duas correntes de pensamento; a primeira entende a mulher como um ser passivo, protegido e isolado da sociedade, resquício de uma tradição ibérica, na qual as mulheres estavam resguardadas no interior de suas casas. Em contrapartida, verifica-se outra corrente em que a mulher é considerada atuante, capaz de cumprir as mais variadas tarefas impostas pela sociedade⁷.

Muitas são as mulheres que se enquadram nesse último perfil, a exemplo de Sórora Juana que no século XVII, se pronunciou frente a postura do jesuíta Antonio Vieira, considerada como “ardentes declarações feministas que ficam ainda mais ardentes se observarmos que uma freira as escreve e outra as publica”⁸. E não menos instigadora é a façanha de Manuela Sáenz, que se embrenhou na luta pela independência da Venezuela, sendo a sua atitude avaliada como um misto de ação política consciente e transformadora, aliada a um forte sentimento depreendido à Simon Bolívar⁹.

Mulheres que não se contentaram com o espaço definido para elas e buscaram outras estratégias de resistência, o que nos leva a repensar a atuação feminina e constatar que existem práticas e representações diferenciadas para cada setor dos diversos segmentos do universo das mulheres.

Maria Lígia Coelho Prado em seu estudo sobre “as mulheres na luta pela independência na América Latina”, faz uma análise da participação política das mulheres, sua presença e comportamento frente aos desafios impostos pela luta em prol da emancipação das colônias latino-americanas. Nesse estudo, a autora demonstra que nos

⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.13-15

⁷ GABAI, Rafael Varón. *La ilusión del poder: apogeo y decadência de los Pizarro en la conquista del Perú*. Lima: IEP/IFEA, 1996.

⁸ PAZ, Octavio. *Sórora Juana de La Cruz: As armadilhas da fé*. São Paulo: Mandarim, p. 544.

⁹ PRADO, Maria Lígia Coelho. A participação das mulheres na luta pela independência da América Latina. In.: *América Latina no Século XIX: Tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP-EDUSC, p.38.

diversos países registra-se uma relevante presença feminina auxiliando os insurgentes das mais variadas formas, o que nos leva a questionar o mito da passividade feminina e o seu enclausuramento as unidades domésticas¹⁰.

De fato, a produção historiográfica oficial, impõe uma perspectiva de alheamento, na medida em que estigmatiza a mulher como criatura pouco interessada e que não participava das questões políticas, mesmo porque grande parte do que foi produzido sobre o tema ficou restrito à elaboração de biógrafos que contribuíram para apagar a memória das mulheres militantes.

As biografias domésticas, descarnadas e liberadas de qualquer dimensão de conflito senão aquele entre o bem maior – a prática – e o mal abstrato – a opressão colonial [...] os biógrafos retiram-nas do espaço público, onde efetivamente se deu sua atuação política, e recolheram-nas ao espaço privado, já consagrado como ‘o lugar de mulher’¹¹.

Partindo de uma revisão bibliográfica referente aos séculos XVI e XIX, Eni de Mesquita Sâmara analisa a condição feminina na América Latina, enfatizando a questão do poder e da mulher enquanto sujeito ativo da história. Num diálogo coerente e instigador com alguns autores que se dedicaram ao estudo de gênero nas sociedades ocidentais, a autora fomenta a discussão em torno do papel exercido pelas mulheres ao longo destes séculos, período em que a “convicção da inferioridade intelectual feminina, é nítida na literatura e na correspondência”¹².

Este estudo e tantos outros se enquadram numa nova abordagem historiográfica das mulheres e sua inserção enquanto objeto da história, analisando as possibilidades de transitarem no universo público e privado, construindo uma rede de relações sociais e de poderes que não se limita apenas aos estereótipos e às imagens literárias até então imputadas à mulher.

Tantas outras mulheres emergem, numa constante luta cotidiana de vencer a subordinação masculina e construir uma nova ordem que não seja ditada pelo desejo do homem e transformando a tradição ilógica de resguardar as mulheres apenas ao interior das casas.

¹⁰ PRADO, Maria Lúcia Coelho. A participação das mulheres na luta pela independência da América Latina. In.: *América Latina no Século XIX: Tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP-EDUSC, p. 33

¹¹ Idem, p. 51

¹² SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres das Américas: Um repasse pela Historiografia Latino-Americana Recente. In.: *Américas, Américas*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUP/Marco Zero, vol. 11, nº 21, setembro, 90/fevereiro, 91. p. 228.

A vitalidade deste campo do conhecimento alarga-se, quando os estudiosos percebem que a denominação mulheres já não mais comporta as especificidades desta categoria, os saberes acerca das relações de poder entre a constituição dos sexos ou a relação entre os sexos, bem como os estudos de novos sujeitos nos remetem ao conceito de gênero, que renuncia as pretensões universalistas e propõe que a constituição da subjetividade é conseguida através das experiências acumuladas.

Para o século XIX, no que se refere ao sertão, especificamente o Sertão da Ressaca, existe uma vasta produção historiográfica que analisa desde a conquista e desbravamento dessas terras, o mandonismo e a violência que impregnavam a cultura política, a vida material e cotidiana da Imperial Vila da Vitória e a produção e o comércio enfocando papel do tropeirismo. São pesquisas elaboradas respectivamente por Maria Aparecida Silva de Souza¹³, Isnara Pereira Ivo¹⁴, Maria Antonieta Miguel¹⁵ e Idelma Aparecida Ferreira Novais¹⁶. Esses estudos fazem referências à participação da mulher, no entanto, não aprofundam sobre a temática, sendo o estudo de gênero uma lacuna a ser preenchida na historiografia do Sertão da Ressaca.

Nessa perspectiva de trabalhos sobre as mulheres, temos o livro de Israel Araújo Orico “Mulheres que fizeram História em Conquista”, uma obra de cunho memorialista em que o autor faz biografia de treze mulheres que a partir de meados do século XIX e início do XX, destacaram-se na sociedade local, muitas delas mulheres de elite que em seu cotidiano, além dos afazeres domésticos, incentivavam a cultura, e tantas outras que atuaram decisivamente em várias esferas públicas, com ações de cunho social marcadas pela caridade, principalmente no período em que a grande seca de 1899 deixou um triste saldo de flagelados e mortos e, por fim, aquelas que não se contentaram com o lugar demarcado pela tradição e transpuseram as unidades familiares, mantendo uma significativa e, por vezes, decisiva participação política¹⁷.

Numa sociedade marcada pelo mandonismo e pela violência política dos chefes locais, na maioria das vezes, membros de família de elite, rivais na disputa pelo poder,

¹³ SOUZA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições da UESB, 2001.

¹⁴ IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições da UESB, 2004.

¹⁵ MIGUEL, Antonieta. *Vida Material e Cotidiano: A Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA, 2000 (Dissertação de Mestrado).

¹⁶ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória (1840-1888)*. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

¹⁷ ORRICO, Israel Araújo. *Mulheres que Fizeram História em Conquista*. Vitória da Conquista: Bahia Arts Gráficas, 1982.

como os Meletes e Peduros. Tais mulheres inserem-se nesse contexto, seja como conselheiras políticas ou como porta-vozes que conseguem dirimir conflitos pontuais.

Conquista muito deve a estas senhoras que, simples donas-de-casa, mães de família matriarcais, souberam, em momento oportuno, alçar a voz de comando, ou levantar o braço em defesa da integridade moral ou social da comunidade.¹⁸

As referências expressas serviram como base para a nossa investigação, o que implica levar em consideração a participação da mulher nas esferas econômica e política como condição *sine qua non* para situarmos o Sertão da Ressaca na segunda metade dos oitocentos. Investigamos a atuação das mulheres sertanejas, especificamente nessa região, “onde a política de potentados era desenvolvida por grupos que traduzia-se na presença da elite em todas as esferas da administração local”¹⁹. Buscaremos identificar os espaços de efetiva participação das mulheres, destacando sua intervenção nos episódios que marcaram os primeiros anos da Imperial Vila da Vitória, dialogando com autores que tratam da história social – com enfoque na questão de gênero – e a regional, uma vez que,

O estudo regional, ao focalizar o peculiar, redimensionaria a análise do nacional, que ressalta as identidades e semelhanças, enquanto o conhecimento do regional e do local insistira na diferença e diversidade, focalizando o indivíduo no seu meio sociocultural, político-econômico e geo-ambiental, na interação com os grupos sociais em todas as extensões, alcançando vencidos e vencedores, dominantes e dominados, conectando o individual com o social²⁰.

Aprofundamos a análise da história da mulher integrada na dinâmica do conjunto da sociedade, como parte da realidade social. O levantamento quantitativo das mulheres sertanejas que atuavam de forma incisiva na sociedade nesse momento serviu para traçar um perfil do Sertão da Ressaca, buscando analisar as fontes, utilizando os referenciais da história de gênero auxiliada pela história econômica e política.

Como analisamos o papel da mulher sertaneja no universo econômico e político, foi necessário aprofundarmos leituras teóricas acerca dessas abordagens, no intuito de relacioná-las, tendo em vista que no processo histórico os fatos não ocorrem isoladamente, mas relacionando a todos os aspectos relevantes na constituição dos agentes sociais.

¹⁸ Idem, p. 07

¹⁹ IVO, 2004, Op. Cit. p. 26.

²⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: ARCADIA, 2002, p.89

Nesse sentido, Del Priore afirma que a história das mulheres é relacional, à medida que inclui tudo que envolve o ser humano, suas aspirações, realizações, construções e derrotas²¹. A abordagem da historiografia social suscita uma análise que perpassa os meandros de uma história dos movimentos sociais, bem como a caracterização isolada das diversidades das atividades humanas²². Foi útil essa abordagem, pois fundamentamos nosso estudo numa perspectiva de associação da história social à econômica, uma vez que não compreendemos a parcelarização do indivíduo, mas analisá-lo nos aspectos sociais em consonância com os aspectos políticos e econômicos.

Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, o grupo e o fato, mostrando como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social que ela também fabrica e do qual faz parte integrante. As transformações da cultura e as mudanças nas idéias nascem das dificuldades que são simultâneas aquelas de uma época e as de cada indivíduo histórico, homem ou mulher.²³

Para tanto, buscamos em nossa pesquisa, analisar as mulheres sertanejas enquanto agentes sociais pertencentes à elite local e que tiveram uma efetiva participação nos entraves que configuraram a cultura política avessa à democracia, marcadamente no Sertão da Ressaca. Apesar de todos os avanços da historiografia baiana, que ampliou a possibilidade de pesquisas não se restringindo apenas a Salvador e ao Recôncavo, mas adentrando o interior de modo a reforçar a importância da história do povo sertanejo para compreensão e construção da História da Bahia, existe uma lacuna na historiografia recorrente do Sertão da Ressaca quanto ao estudo de gênero.

Muitos trabalhos pautaram na análise de questões pertinentes à formação e povoamento, bem como da inserção desta região como importante pólo econômico da província. No que se refere, especificamente ao Sertão da Ressaca no século XIX, muitos estudos foram realizados como a “Revista Histórica de Conquista” de Aníbal Lopes Viana²⁴ publicada em dois volumes e que retrata a história de Vitória da Conquista por meio de reportagens de jornais e relatos de documentos, bem como o trabalho de Mozart Tanajura²⁵, “História de Conquista, Crônica de uma cidade”, e mais recentemente os

²¹ DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 08.

²² HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83.

²³ DEL PRIORE, 2007, Op. Cit., p. 09.

²⁴ VIANA, Aníbal L. *Revista História de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil-Artes Gráficas V. 01, 1982.

²⁵ TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil-Artes Gráficas, v. 01, 1992.

importantes estudos de Maria Aparecida S. de Souza²⁶, “A Conquista do Sertão Ressaca: povoamento e ocupação de terra no interior da Bahia” e Isnara Pereira Ivo²⁷ “O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no Sertão da Bahia”, trabalhos que analisam a ocupação e a organização político-social da região.

No que tange aos estudos referentes à mulher sertaneja e a sua atuação percebe-se muitos avanços. O sertão sobre o qual nos debruçamos, alicerçou uma sociedade baseada no patriarcalismo, com uma forte presença masculina desde o início da conquista e desbravamento até no passado recente. Apesar da crescente população feminina e de sua inserção no mercado de trabalho das mais variadas formas, a história relegou estas mulheres a um papel secundário, não as percebendo como agentes sociais que, através de suas práticas cotidianas, contribuíram para a estruturação da sociedade sertaneja, rigidamente estratificada. Esta rígida estratificação social, resultante do próprio processo de colonização, não foi um fator inibidor para a participação das mulheres menos abastadas. Muitas delas se destacaram não somente no trato com as questões domésticas, insubordinando-se, à medida que se inseriam em atividades denominadas masculinas. O ideal da mulher enclausurada, responsável pela casa e pelo bem-estar da família, subjugada pelo marido não foi predominância no sertão baiano, por vezes agiam, reagiam e tinham condutas próprias.²⁸

De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, “a mulher sertaneja tinha inúmeras virtudes, como a coragem, o espírito de aventura, a capacidade de tornar-se chefe de família, que as qualificavam como guerreiras incansáveis na lida diária”²⁹. A Imperial Vila da Vitória, anteriormente conhecida como Arraial da Conquista, não foge do contexto de ocupação territorial bem como da significação dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos nos demais “sertões” da Bahia e do Brasil.

Diante de um cenário de mandonismo, violência política e clientelismo, onde os chefes políticos locais tinham práticas avessas à democracia, nos inquieta destrinchar a participação de mulheres em questões de cunho político partidário, muitas com a incumbência de conselheiras políticas e apaziguadoras de conflitos armados entre grupos influentes e rivais da sociedade local, como o conflito entre os Meletes e Peduros³⁰.

²⁶ SOUZA, 2001, Op. Cit.

²⁷ IVO, 2004, Op. Cit.

²⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os Cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p. 38

³⁰ Esse conflito é relatado pelos autores VIANA, Aníbal L. *Revista História de Conquista*. Vitória da Conquista; Brasil-Artes Gráficas V. 01, 1982 e ORRICO, Israel Araújo. *Mulheres que Fizeram História em Conquista*. Vitória da Conquista: Bahia Arts Gráficas, 1982.

O conflito ocorreu na Cidade da Conquista, no início do ano de 1919 entre partidários dos dois grupos políticos rivais, Meletes e Peduros. A gênese desse conflito remete ao final do século XIX, em disputas entre as famílias influentes da Vila, que recorriam às práticas violentas para galgarem o poder local. Os líderes desses grupos conseguiram arrebanhar simpatizantes e, por vezes, para atacar mutuamente, insuflando os correligionários ao confronto armado, utilizavam os jornais de circulação local. O Conquistense e A Palavra, representando respectivamente, os Meletes – grupo opositor liderado por Maneca Moreira -, e os Peduros – grupo situacionista liderado pelo coronel Gugé e Maneca Grosso.

O confronto armado ocorreu no dia 19 de janeiro de 1919 e um acordo foi assinado entre as partes, no dia 21 de janeiro do mesmo ano. Para conseguir parar com o confronto e iniciar as negociações, foi necessária a intervenção dos médicos Nicanor Ferreira e Crescêncio Silveira e de algumas mulheres, como Laudicéia Gusmão, Henriqueta Prates, Joana Angélica e Fulô do Panela, fato este que nos leva a indagar a influência dessas mulheres na sociedade local.

Investigamos a atuação das mulheres no contexto político e econômico de meados do século XIX, no Sertão da Ressaca, especificamente na Imperial Vila da Vitória, a partir de 1840. A opção por este recorte temporal ocorreu pelo fato de que, nessa época, o arraial da Conquista ter se emancipado do município de Caetitê, chegando ao patamar de Vila, o que configurou uma nova estrutura político-administrativa, com intensa mobilização para a constituição de partidos políticos, reafirmando os limites de cada família proprietária, bem como sua influência, a luta por posições políticas e o surgimento de sujeitos sociais mais atuantes, em consequência da própria dinâmica oriunda desse novo período.

Foi nesse contexto que se inseriu o nosso objeto de pesquisa, uma vez que pretendemos analisar a participação das mulheres, seja nas questões de cunho econômico como demandas políticas e sociais suscitadas, de modo a interpelar que a inércia e a submissão não foram características determinantes na conduta das mulheres sertanejas.

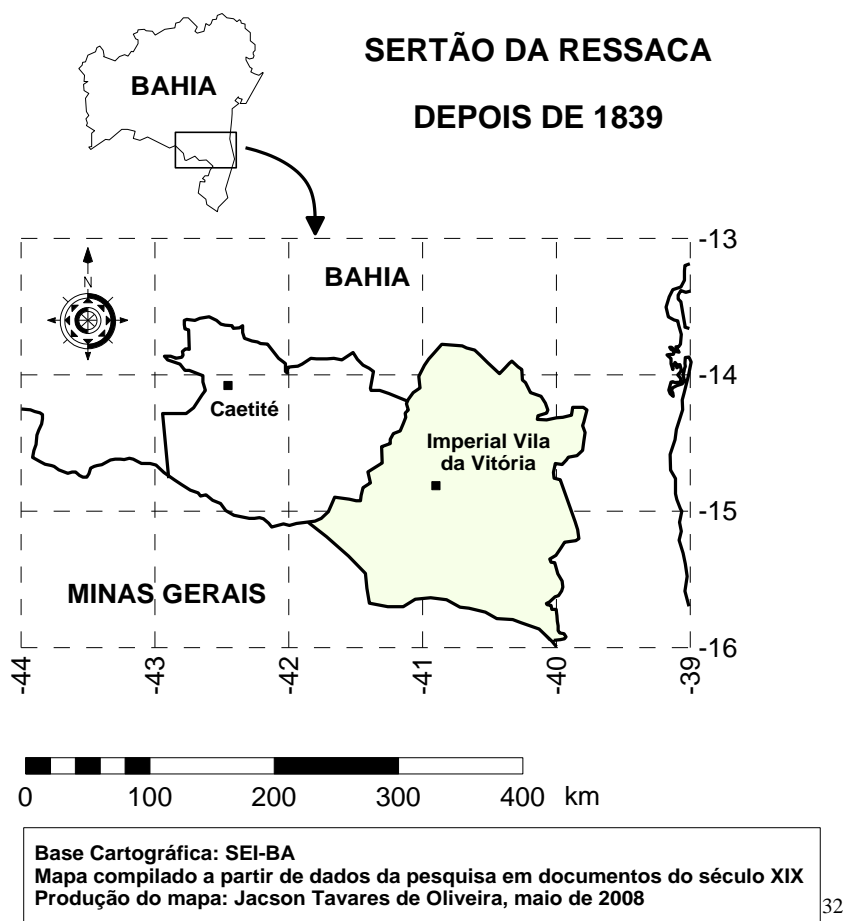
Especificamente, no que diz respeito à Imperial Vila da Vitória, instigou-nos o relato da atuação de mulheres na dinâmica econômica e sua efetiva participação em episódios que consignavam as grandes lutas políticas até entre parentes e membros da mesma família pela hegemonia do poder. Fizemos, assim, a reconstituição desse universo feminino, de modo a privilegiar a análise da documentação disponível.

A data limite da nossa pesquisa é o início do século XX, mas precisamente o ano de 1920. A escolha ocorreu pelo fato de nesse período, a Imperial Vila da Vitória ter sido

o palco de disputas políticas efervescentes entre os “meletes e peduros”, e nos interessou indagar porque o desfecho desse enfrentamento foi conduzido por mulheres atuantes na sociedade local, além disso, é um período incipiente da instauração do novo regime republicano, cabendo-nos questionar se tais mudanças afetaram a estrutura dominante da região.

Quanto ao recorte espacial, estudou-se o Sertão da Ressaca, região que atualmente se localiza no sudoeste do estado da Bahia. Região que se localiza entre os rios das Contas ao norte e Pardo ao Sul, e limita-se ao oeste com a Serra Geral e, ao leste, com o Litoral Sul. O tema se insere no Sertão da Ressaca³¹ por ser local de instalação de fazendas de gado, de produção para subsistência e de entreposto comercial, sendo cruzamento de rotas que ligavam o sertão ao litoral, a Província de Minas Gerais à Capital da Província da Bahia.

Figura 02



³¹ Observe o mapa abaixo sobre o Sertão da Ressaca. In.: NOVAIS, Op. Cit., 2008. p. 21.

³² NOVAIS, 2008, Op. Cit., p. 20.

O mapa refere ao Sertão da Ressaca, região foco do objeto de pesquisa. Porém, não podemos desprezar as relações sociais e econômicas mantidas entre as várias localidades da Província baiana e mineira. Vale ressaltar que tanto a criação de gado, a agricultura e o comércio eram as bases das fortunas das mulheres e, portanto, foram analisadas.

O tema apresentou viabilidade por ser um objeto que ainda não tinha sido estudado e dispor de uma documentação ampla que permite a análise consistente para a constituição do universo feminino no Sertão da Ressaca. Assim, para a realização da pesquisa utilizamos fontes primárias como inventários *post mortem*, testamentos, atas da Câmara, jornais e petições existentes no Arquivo do Fórum João Mangabeira em Vitória da Conquista, no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista e no Arquivo Público do Estado da Bahia.

Os inventários foram utilizados de forma a verificar a hierarquia social, classificando-os segundo os seus valores de fortunas, nesse caso específico, pegando como base a quantidade e o tipo de fortuna que a inventariada possuía, sendo essa a partir de 2:000\$000. Além disso, medimos as diferenciações de riquezas e verificamos a participação de cada grupo inventariado nos setores econômicos e políticos. Haja vista que centramos nosso estudo nas mulheres de elite que assumiram papéis diversos na sociedade local e, portanto, os níveis de riqueza das inventariadas, a quantidade e composição da fortuna. De posse dessas informações, partimos para a análise das informações obtidas, para perceber o quanto e como essas mulheres interferiram na dinâmica econômica da Imperial Vila da Vitória.

As petições e justificações, entre outros processos, foram importantes por apresentar situações em que as mulheres recorriam à justiça e, geralmente, expunham suas vontades e exigências, principalmente no tocante à administração das suas fortunas, além de fazer uma descrição da sua condição social e moral.

Para analisar o envolvimento das mulheres em questões de cunho político, recorreremos também aos jornais de edições mensais, a exemplo de “O Conquistense” vinculado aos meletes e a “A Palavra” de uso dos peduros, periódicos que circulavam em Vitória da Conquista e que reportam ao conflito envolvendo os dois grupos políticos rivais. Embora existam poucos exemplares, os mesmos foram importantes para nos dar uma visão do período, bem como a participação das mulheres no desenrolar das disputas políticas locais.

Para melhor compreender o cotidiano das mulheres que estavam diretamente vinculadas ao conflito Meletes e Peduros, fez-se necessário lançar mão de fontes orais

durante o processo de investigação, na tentativa de articular as experiências suscitadas nas narrativas, com as imagens de tais mulheres firmadas na sociedade local e analisá-las à luz da documentação disponível.

A utilização de fontes orais, a partir de uma perspectiva histórica, tem suscitado inúmeros debates, sobretudo no que concerne à credibilidade e à definição das fontes e os efeitos de sua constituição para o objeto de pesquisa³³. Muitas vezes, o discurso produzido por meio de uma narrativa é fruto de uma construção coletiva, transmitida de uma forma muito contundente por força de uma tradição, esse talvez seja o “calcanhar de Aquiles” das fontes orais, a maior suscetibilidade em apenas reproduzir o discurso de um grupo, num dado momento. Para Pierre Nora, a memória é esse processo vivido, conduzido por grupos vivos, portanto, em evolução permanente e suscetível a todas as manipulações,³⁴ daí a importância do papel instigador da pesquisa histórica, em confrontar as diversas fontes disponíveis na análise crítica do objeto de estudo.

Os relatos contidos no terceiro capítulo deste trabalho podem ser enquadrados no conceito ou na análise caracterizada por Halbwachs como memória coletiva³⁵, muito por conta da estigmatização de tais mulheres como apaziguadoras do conflito. Nota-se que todas as narrativas são respaldadas numa construção eloqüente, de trajetórias tidas como singulares, refletidas numa construção coletiva estereotipada e com clara mensagem de exaltar os papéis que outrora foram os pilares da identidade feminina para aquele contexto histórico.

Nesse sentido, para melhor elucidar as lacunas deixadas pela oralidade que permeia muitas narrativas, é salutar recorrermos a outros documentos que sejam também ricos em informações e significados, a exemplo das fotografias que foram analisadas neste estudo, pois é no exercício da complementaridade das fontes que alcançamos uma maior legitimidade histórica, aliado à análise crítica dos mesmos por parte do pesquisador. Para muitos as fotografias são simples elementos ilustrativos sem dimensão histórica, para

³³ VOLDMAN, Danièle. “Definições e uso” e “A invenção do depoimento oral”. IN: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína (orgs). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 36 -37.

³⁴ NORA, p. 09.

³⁵ Para Halbwachs, a memória coletiva não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo, segundo ele, nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas, é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. In: HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, p. 55 – 89.

outros³⁶ o papel da fotografia é conservar o traço do passado ou auxiliar as ciências em seu esforço para uma melhor compreensão da realidade do mundo, tendo, portanto uma função documental³⁷.

Em alguns casos analisamos duas imagens e duas temporalidades, embasado na perspectiva de que a fotografia implica de fato a questão do sujeito³⁸, e mais precisamente do sujeito em processo, sendo, portanto, necessário que o pesquisador esteja atento ao conteúdo da fotografia, ao momento histórico que ela está retratando e ao contexto da imagem³⁹. Buscou-se perceber por meio das imagens a significação dos papéis associados às mulheres conquistenses do período em estudo, especificamente àquelas que foram propaladas como à frente do seu tempo, partindo do pressuposto de que,

Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e refletida – de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior⁴⁰.

Partindo do pressuposto de que os estudos sobre mulheres introduziram novos problemas e questões para a investigação e análise históricas, que implicaram, por sua vez, no emprego de fontes alternativas, abordagens e estratégias metodológicas não convencionais⁴¹, buscamos compreender a dimensão das relações de poder em que a figura feminina estava inserida, de modo a investigar a atuação das mulheres no contexto político e econômico a partir de meados do século XIX e início do XX no Sertão da Ressaca.

Assim, no primeiro capítulo analisamos a estrutura política de Conquista no período inicial da Primeira República, a formação dos grupos políticos e a relação com os partidos constituídos e que se destacavam na capital, bem como as disputas pelo comando do poder local, especificamente o embate entre meletes e peduros, com o intuito de contextualizar o panorama político em que se insere o nosso objeto de estudo, as mulheres sertanejas. A construção dessa narrativa foi concretizada a partir da análise das Atas da

³⁶ Peter Burke afirma que o significado das imagens depende de seu contexto social de forma ampla, considerando aí os contextos geral, cultural e político, assim como em textos, nas imagens é necessário ler nas entrelinhas, observando nos melhores detalhes em busca de elementos significativos. In.: BURKE, Peter. “Testemunha Ocular. História e Imagem”. São Paulo, EDUSC, 2001, p. 233.

³⁷ DUBOIS, Phillipe. “O ato fotográfico”. São Paulo. Papyrus, 2009, p. 30.

³⁸ Idem, p. 15.

³⁹ LISSOVSKY, Maurício. “A fotografia como documento histórico” In.: Fotografia: Ciclo de Palestras sobre fotografia. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983, p. 117 – 126.

⁴⁰ KOSSOY, Boris. “Fotografia e História”. São Paulo, Ateliê, 2003, p. 156.

⁴¹ SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar, et. all. (orgs.). *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*. Salvador NEIM/UFBA, 2001. P. 10.

Câmara de Conquista dos anos de 1917 a 1921, de jornais e dos estudos que priorizaram a análise desse período.

Já no segundo capítulo abordamos a situação econômica das mulheres do Sertão da Ressaca ainda na segunda metade do século XIX e os principais elementos da composição de suas fortunas. Para isso, utilizamos os inventários, testamentos e petições. Através destes documentos constatamos que as mulheres atuaram diretamente na administração dos seus bens quando viúvas e órfãs, ampliando suas fortunas na maioria dos casos.

No terceiro capítulo optamos por analisar os papéis definidores da sociabilidade feminina, que eram propagados na sociedade da Ressaca, por meio de periódicos que normatizavam a conduta das mulheres, concatenados com os discursos disciplinizadores oriundos das instituições que regulam a vida e a dinâmica do conjunto da sociedade, a exemplo da Igreja. Analisamos, ainda, as mulheres conquistenses que tiveram participação na desfecho do conflito meletes e peduros. Essa pesquisa vem, portanto, contribuir para o preenchimento de algumas lacunas da historiografia, no que se refere ao seu interior, principalmente ao Sertão da Ressaca, na medida em que reconhece as peculiaridades regionais e analisa a participação da mulher no contexto político, econômico, social e, em especial, da Bahia.

CAPÍTULO I

AS DISPUTAS POLÍTICAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Situar o Sertão da Ressaca a partir da segunda metade dos oitocentos, tem sido o foco de muitos trabalhos que contribuem para a historiografia baiana, pautados na análise de questões pertinentes à formação e povoamento, bem como da inserção desta região como importante pólo econômico da província, já citado anteriormente.

Para este período, encontramos no Brasil e, especificamente, na Bahia, um cenário de transformações, relacionadas tanto aos aspectos econômicos quanto as atividades políticas colaboram para a reestruturação da sociedade. Predominava no Brasil uma economia agrária, prevalecendo a agricultura e a pecuária, com uma incipiente e tímida produção industrial, sobretudo nas áreas distantes dos centros urbanos mais prósperos. Na Bahia, a economia agrário-mercantil experimentou, na segunda metade do século XIX, o aparecimento das indústrias fabris⁴².

O Arraial da Conquista fora ocupado e povoado a partir de incursões desbravadoras conduzidas pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa e outros tantos que compunham o “Termo de Henrique Dias”, em fins do século XVIII. “[...] E o projeto do governo – há muito tempo formulado, de estabelecer um arraial entre o sertão distante e o litoral – seria realizado com a implantação do “Arraial da Conquista”, base de combate aos índios (invasão da terra e guerra), de irradiação de latifúndios pecuários e de busca de metais preciosos (incentivada pelo governo a João Gonçalves da Costa)”⁴³.

O contato com os nativos que habitavam a região foi permeado de violências, que consignaram em crescentes conflitos e dizimaram grande parte da população nativa, permitindo, por conseguinte, a fixação dos “novos donos das terras”, principalmente João Gonçalves da Costa e sua família. Em um desses conflitos, conhecido como o “banquete da morte”, João Gonçalves da Costa aproxima-se dos índios, demonstrando-se cordial

⁴² SAMPAIO, José Luis Pamponet. A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte – 1891-1973. Salvador: UFBA, 1975 (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).

⁴³ TORRES, T. L. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1996 p. 92.

convida-os para uma comemoração, em meio a brincadeiras, bebedeira e descontração, surpreende os índios, matando a maioria do grupo. Com atitudes imponentes, ele concretiza o processo que terminou por expulsar os índios e criar o “Arraial da Conquista”.

O “Arraial da Conquista” foi implantado não se sabe exatamente quando, porém documento datado de 12 de agosto de 1780 fala que João Gonçalves da Costa já se encontrava “há dilatado tempo” no Sertão da Ressaca⁴⁴ e que “tem no [seu] rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegadas das primeiras perturbações e rodeadas das fazendas de gado com que fornecem aos açougues da Villa de Jaguaribe, povoação de Nazareth e Aldeia, tendo a fazer dilatado caminho para lhe introduzir os gados⁴⁵”.

A Imperial Vila da Vitória, até sua emancipação ocorrida em 1840, era conhecida como o Arraial da Conquista e estava sob a jurisprudência do termo de Caetité e, posteriormente, a de Minas Gerais.

O Arraial da Conquista, inicialmente, integrava a Vila de Rio de Contas (criada em 1724 e transferida para perto do Brumado pela Resolução de 9 de janeiro de 1725). Judicialmente, era vinculada à Ouvidoria Geral da Comarca da Bahia e, religiosamente, pertencia à Freguesia do Rio Pardo em Minas Gerais continuando a integrá-la até, pelo menos, o ano de 1834.” Pertencer administrativamente a uma província e, religiosamente, a outra era permitido e muito comum antes do Código do Processo Criminal de 1832.

[...]

A divisão judiciária em 1835 criou cinco comarcas nos sertões de Jacobina e São Francisco... assim, o Arraial da Conquista, que integrava a Comarca de Jacobina, passou a pertencer à de Caetité, que pertencia originalmente a de Rio de Contas. Dessa forma, o Arraial da Conquista pertencia a Rio de Contas até a emancipação de Caetité em 1810, comarca da qual se emancipou em 1840⁴⁶.

Em 1840, o arraial da Conquista emancipou-se do município de Caetité, chegando ao patamar de Vila, com a denominação de Imperial Vila da Vitória, fato este que configurará uma nova estrutura político-administrativa, com intensa mobilização para a constituição de partidos políticos, reafirmando os limites de cada família proprietária, bem

⁴⁴ Refere-se à Região do Sudoeste da Bahia, onde se localiza a cidade de Vitória da Conquista. No final do século XVIII Mathias João da Costa já estabelecera a Fazenda Ressaca, no Riacho da Ressaca, dando nome também a região. Está localizada entre os rios das Contas ao norte e Pardo ao Sul, e limita-se ao oeste com a Serra Geral e ao leste com o Litoral Sul. Era um local de instalação de fazendas de gado, de produção para subsistência e de entreposto comercial, sendo cruzamento de rotas que ligavam o sertão ao litoral, a Província de Minas Gerais a Capital da Província da Bahia.

⁴⁵ MEDEIROS, Ruy, H. A. Edição Crítica e Anotada de TORRES, T. L. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1996 p. 93.

⁴⁶ IVO, 2004. Op. Cit., p. 251-254.

como sua influência, a luta por posições políticas e o surgimento de sujeitos sociais mais atuantes, em consequência da própria dinâmica oriunda desse novo período. Dinâmica esta que não destoava da realidade dos sertões, onde

[...] as famílias mais ricas, as proprietárias e/ou negociantes, procuravam garantir uma certa coesão de grupo, dentro de um jogo de trocas, garantias e proteções. Promoviam casamentos endogâmicos, reforçando laços de parentesco e de alianças antigas, e disputavam o domínio do cenário social e político do lugar para preencher as mais importantes instituições de poder e privilégio de seu tempo⁴⁷ [...]

A vila tinha uma economia predominantemente agrícola, com a produção de gêneros alimentícios e de subsistência, além da criação de gado, atividades estas responsáveis pela dinâmica econômica local, que viabilizava não só a fixação dos sertanejos a estas áreas, como também propiciava o intercâmbio comercial entre o litoral, o sertão e outras províncias.

A população da Vila era composta de uma maioria de trabalhadores rurais que praticavam uma agricultura de subsistência, uma parcela de grandes proprietários rurais, que além da produção agrícola também se dedicavam a atividade comercial e creditícia e a criação de gado, dispendo, inclusive, da mão-de-obra escrava, outros tantos comerciantes que abasteciam a vila com diversos gêneros e um crescente número de flagelados que recorriam àquelas terras refugiando-se da seca que assolava outras regiões da província e do Norte, pessoas que debandavam para esta região, porque,

A Imperial Vila da Vitória, situada no Sertão da Ressaca, constituía uma região com potencialidades econômicas, amplos recursos naturais proporcionando uma agricultura próspera, tendo como principais produtos além do algodão, a mandioca, o milho e feijão, contudo o destaque era a pecuária. Havia um fluxo comercial intenso, mantendo, essa região, relações comerciais com a Capital, norte de Minas Gerais e outras vilas da província da Bahia⁴⁸.

Nesse contexto, formou-se na Imperial Vila da Vitória uma elite que detinha o poder econômico, social e político. As famílias Fernandes de Oliveira, Oliveira Freitas, Ferraz Araujo e Lopes Moitinho, aliados com os Gonçalves da Costa, principalmente através dos casamentos, se revezavam nos cargos administrativos e jurídicos, muitas vezes, configurando rivalidades entre famílias para a sucessão e manutenção do poder local.

⁴⁷ FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Salvador: UFBA, 2008. (Tese de Doutorado) p.18.

⁴⁸ NOVAIS, 2008, Op. Cit., p. 27.

No âmbito político, observa-se que a partir da segunda metade do século XIX o questionamento ao regime monárquico, vigente há mais de 60 anos, aliado a desestruturação do trabalho escravo que ainda impulsionava as atividades econômicas e produtivas do país, fez emergir movimentos pontuais, porém articulados, em diversas províncias, com o intuito de fomentar e fortalecer iniciativas, como a propaganda (republicana) e as primeiras tentativas de organização dos republicanos.

Os movimentos rebeldes que eclodiram na Província da Bahia, no final da primeira metade do século XIX são elucidativas quanto ao questionamento do regime monárquico vigente, por uma parcela significativa da sociedade baiana, especificamente da Cidade de Salvador e do Recôncavo. Ao analisar a trajetória posterior dos indivíduos que se envolveram nas lutas rebeldes das décadas de 1820 e 1830 na Bahia⁴⁹, Dilton de Oliveira, evidencia que o período pós-rebelião, por ele identificado como uma contra-revolução na Bahia suscitou uma série de embates políticos, veiculados principalmente por meio de periódicos, em que a elite política conservadora preocupava-se em preservar a integridade do Império e a idéia de uma aparente pacificação, ao passo que, os rebeldes eram acusados de idealizarem o processo de republicanização da Bahia⁵⁰.

Na Província da Bahia, a propaganda republicana se espalhou numa extensão que incluía a capital e diversas cidades do interior, embora tenha sido de menor influência se comparada aos grandes centros do republicanismo nos anos de 1870 e 1880, como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.⁵¹ No entanto, desde a década de 1840, a imprensa oposicionista retoma suas atividades de forma mais sistemática, não só pelo antilusitanismo refletido no questionamento ao regime monárquico, mas pelo fato de fugurarem alguns periódicos, principalmente em Salvador, de tendência republicana, como o *Jornal Guaycuru*, fundado em 1843⁵², de perfil federalista e republicana, que propagava amar cada dia menos a monarquia e adorar cada hora mais a república, e qualificado por Dilton Oliveira como herdeiro das tradições rebeldes das décadas de 20 e 30.

⁴⁹ ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia – Transição conservadora e formação da nação, 1838 – 1850*. Salvador: UFBA, 2006 (Tese de Doutorado), p. 11.

⁵⁰ Idem, p. 15 – 53.

⁵¹ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2001. p. 294.

⁵² No capítulo IV de sua tese, intitulado “Refrear os perversos vãos desses surucucus – a imprensa e a contra-revolução na Bahia”, Dilton analisa a imprensa rebelde no período posterior à Sabinada, sobretudo a partir de 1843, destacando a atuação do *Jornal Guaycuru* de modo a analisar suas proposições e trajetória, assim como o enfoque aos processos judiciais iniciados pelo governo para persegui-lo entre 1843 e 1846. ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia – Transição conservadora e formação da nação, 1838 – 1850*. Salvador: UFBA, 2006 (Tese de Doutorado), p. 151 - 192.

Com o advento da República, o adesismo se tornou uma prática recorrente, inclusive por parte daqueles que apoiavam o regime monárquico, até mesmo os privilégios, confrontos e conflitos entre os grupos oligárquicos dominantes se transferiram para a nova situação.⁵³

A história política da Bahia revela-nos alguns momentos de transição, suscitando reflexões sobre a dinâmica que favoreceu a construção de um perfil político-partidário no Estado, inclusive dos vários arranjos políticos constituídos ao longo do processo histórico. A análise deste contexto, especificamente as primeiras décadas após a instalação do regime republicano, tem demonstrado ser este um período conturbado, em que as elites baianas estavam descontentes com a diminuição do prestígio da Bahia na nova ordem e tentavam situar-se nesse novo arranjo, de modo a manter as mesmas estruturas de poder, bem como o usufruto dos privilégios oriundos dele.

Em contraste com os estados do Centro-Sul, o movimento republicano na Bahia restringiu-se a um diminuto grupo de estudantes e intelectuais... a elite política e a burguesia agro-comercial atuaram no sentido de retardar a instalação ou impedir a expansão do movimento⁵⁴.

A intenção deste capítulo é analisar o cenário político da Bahia e, especificamente, de Vitória da Conquista a partir de meados da primeira década do século XX, refletindo a respeito das mudanças e permanências observadas em cada contexto.

OS ANOS INICIAIS DA REPÚBLICA NA BAHIA

O arraial da Conquista emancipou-se do município de Caetitê em 1840 e foi elevada a categoria de Vila, com a denominação de Imperial Vila da Vitória. Observa-se nesse período a configuração de uma nova estrutura político-administrativa, a mobilização para a constituição de partidos políticos, reafirmando os limites de cada família proprietária, bem como sua influência regional.

A emancipação foi efetivada através da Lei nº 124, de 19 de maio de 1840⁵⁵. Instalada a Imperial Vila da Vitória, quando foram eleitos os vereadores que compunham

⁵³ TAVARES, 2001, Op. Cit., p. 298.

⁵⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. *O Poder Legislativo da Bahia. Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1985, p. 33.

⁵⁵ SOUSA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001, p. 193,

a primeira câmara municipal sendo eles: Manoel José Viana, Joaquim Moreira dos Santos, Theotonio Gomes Roseira, Manoel Francisco Soares, Justiniano Ferreira Campos, Francisco Xavier da Costa e Luiz Fernandes de Oliveira, este último fora escolhido pelos demais para assumir a presidência da câmara de vereadores, na época o Conselho Municipal, e o chefe do Executivo Municipal, já que no período anterior à República, o presidente exercia concomitantemente as duas funções⁵⁶. O legislativo da Imperial Vila da Vitória refletia, a exemplo das demais vilas do Império, o contexto sócio-econômico, onde os representantes das principais famílias, ali instaladas desde o processo de conquista, estavam no comando do poder local.⁵⁷

No período que decorre da emancipação política até a instalação da República no Brasil, a Imperial Vila da Vitória era governada por membros das famílias influentes, sendo esta primeira composição do legislativo apenas o reflexo do modelo de administração que perduraria por muito tempo, onde a alternância no poder era ponderada, principalmente, pelos laços de parentesco e determinado prestígio social.

Nesse contexto, formou-se na Vila uma elite que detinha o poder econômico e político com grande projeção social. As famílias Fernandes de Oliveira, Oliveira Freitas, Ferraz Araújo e Lopes Moitinho, aliançados com os Gonçalves da Costa, principalmente através dos casamentos, se revezavam nos cargos administrativos e jurídicos, muitas vezes, configurando rivalidades entre famílias para a sucessão e manutenção do poder local. Vários integrantes dessa elite política eram membros da Guarda Nacional, muito em função da alteração instituída se deu

a partir da lei de 19 de setembro de 1850 onde a Guarda Nacional não tardava a tornar-se predominantemente e, depois, meramente honorífica e decorativa: com as suas patentes distribuídas somente a correligionários, preveniam-se rebeldias ou premiavam-se devoções. O prestígio do título passou a constituir sedução muitas vezes infalível na técnica de captação dos chefes locais⁵⁸.

O advento da República em 1889, apesar de ter sido noticiado de forma enfática em Salvador, no longínquo Sertão da Ressaca, só foi sabido tempos depois, já que o único meio de comunicação entre capital e interior, eram os jornais de acesso restrito aos comerciantes. Todavia, a mudança do regime não implicou em significativas

⁵⁶ VIANA, Aníbal L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista: Brasil-Artes Gráficas V. 01, 1982, p. 122.

⁵⁷ IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004, p. 68.

⁵⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 241

transformações nas estruturas políticas da região, mas, de imediato, ocorreu a alteração para a nova denominação da localidade, passando a chamar-se, em 1892, apenas Conquista.⁵⁹

A nova denominação não trouxe consigo uma reconfiguração do quadro político da localidade, já que os partidos políticos, doravante compostos por adeptos do Império, continuaram com os mesmos membros que aderiram ao republicanismo. Assim como ocorreu na capital, onde muitos

passaram a ser conhecidos como ‘republicanos de última hora’ qualificação depreciativa que, todavia não os diferenciava substancialmente dos republicanos históricos, muitos dos quais possuíam com eles identidades oligárquicas e parentesco familiar⁶⁰.

Algumas adequações foram realizadas no que tange ao governo da municipalidade, sobretudo na administração local, que, durante o Império, dispunha de um colegiado municipal, composto de cinco membros, dos quais se escolhia um para responder legalmente perante a documentação pertinente ao município - os despachos administrativos.⁶¹ Com o advento da república, instituiu-se a intendência, de modo que entre os “homens bons” era escolhido aquele que deveria gerenciar o município. Esse período de transição Império-República em Conquista, especificamente acerca dos partidos políticos, ainda carece de maior aprofundamento e estudos, que não cabe aprofundar neste trabalho, pois remeterá a meados da primeira década do século XX.

Os ideários republicanos tiveram, de início, pouca divulgação no sertão, os clubes republicanos surgiram na capital e, depois, pulverizaram em algumas localidades do interior. Segundo Mario Augusto,

as informações sobre a propaganda do movimento no interior, como muitas outras, são nebulosas, mas deixam antever uma ampliação nos anos de 1888 e 1889 e uma presença constante de diplomados em cursos superiores, assim como ocorria na capital.⁶²

⁵⁹ SOUZA, Belarmino de Jesus. Arreios, Currais e Porteiras – Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República. São Paulo: PUC-SO, 1999. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) P.65

⁶⁰ TAVARES, 2001, Op. Cit., p. 300.

⁶¹ SOUZA, 1999. Op. Cit., p.66

⁶² SANTOS, Mário Augusto da Silva. *O Movimento Republicano na Bahia*. Salvador: CEB/EDUFBA, 1990, p. 7

As novas idéias republicanas não encontram solo muito fértil na Bahia, sobretudo, devido à posição privilegiada usufruída pelos políticos durante o Império, fato este que gerou insatisfação e curto período de resistência. No entanto,

O que as oligarquias baianas mais desejavam naquele início da República era a passagem indolor do velho para o novo regime político. Nada de mudanças. Nesse sentido é possível entender que a adesão de tantos políticos do Império à República (liberais, liberais federalistas e conservadores) correspondia à sobrevivência política de homens que há muito dominavam a Bahia⁶³.

Esta sobrevivência política era conseguida mediante inúmeras manobras como a que elegeu José Gonçalves da Silva, primeiro governador republicano da Bahia, antes fora nomeado para governar a Bahia em substituição a Virgílio Damásio que iria para a Assembléia Nacional Constituinte, ampliando a esfera de poder daqueles políticos que outrora eram fiéis ao Império, passando de opositores a apoiadores do novo regime.

No caso específico de Conquista, o Partido Republicano era composto por membros de uma mesma parentela, que se opunham em momentos das eleições municipais em uma nítida disputa pelo poder local. Era um partido que se subdividia. Exemplo dessa situação foi quando o Partido Republicano de Conquista passou a ser chefiado por Francisco José dos Santos Silva, reagrupando nele a sua numerosa família, com o intuito de opor-se ao então intendente municipal, o Sr. José Antonio de Lima Guerra, partidário do coronel Pompílio Nunes de Oliveira, rico proprietário rural, que fizera oposição àqueles que governavam a municipalidade desde a sua emancipação. Esse quadro é bastante característico do período, pois

O advento do regime Republicano, com o tempo, mudou a forma de encarar o poder na cidade. O cargo de Intendente personalizava o poder da municipalidade. Tal fato, agora, suscitava ambições e excitava as vaidades pessoais. As disputas no seio das parentelas conquistenses tornam-se comuns, gerando faccionismo político⁶⁴.

Esse faccionismo é bastante característico da política baiana, desde os primeiros anos da República observa-se a conjunção de forças que gravitavam em torno, não de um ideário ou plataforma política, mas da personificação de líderes, a exemplo dos

⁶³ TAVARES, 2001, Op. Cit. p. 300

⁶⁴ SOUZA, Belarmino de Jesus. Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República. In: AGUIAR, Edinalva (org.) *Política: O Poder em disputa Vitória da Conquista e Região*. Memória Conquistense. Vitória da Conquista: Gráfica Brasil, 1999, p. 03.

gonçalvistas, severinistas, vianistas, ruiistas, seabristas, marcelinistas, calmonistas e tantos outros, que povoam as páginas de nossa história política.

As dissensões entre facções e as lutas renhidas pelo poder constituíram a tônica da política baiana na maior parte da Primeira República. No fundo, os embates eram ocasionados por ódios e antipatias pessoais, bem como pelo que se considerava a quebra da hierarquia, da autoridade e dos elos de fidelidade político-partidária.⁶⁵

Analisaremos adiante aspectos presentes na governabilidade em Conquista e se esse faccionismo político presente na capital era, também, característico da política local.

DISPUTAS POLÍTICAS

A tônica da elite baiana foram as queixas quanto o seu isolamento na nova configuração nacional durante os anos iniciais do sistema republicano, pelo fato de que “as regras do jogo político na Primeira República foram definidas a partir do princípio federalista que, consagrado pela Constituição de 1891, atendia aos interesses ligados à economia cafeeira”⁶⁶

Transposto esse período de “adequação” ao regime, dirimidas as insatisfações iniciais, os políticos baianos voltaram-se para a realidade da política estadual, seja nas querelas provenientes da sucessão governamental, seja nas dissidências, no rearranjo dos partidos políticos e no que era prioritário: legitimar-se no poder.

O período em estudo revela-nos inúmeros embates por parte daqueles que vislumbravam comandar a administração pública, a realização de pleitos eleitorais onde prevaleciam os velhos interesses oligárquicos e uma alternância de correligionários políticos nas diversas esferas do poder estadual e municipal, de modo que

mesmo diante de todas as tentativas das reformas eleitorais pelas quais passaram o nosso sistema representativo, recebidas confiantemente por uns, com descrença ou pessimismo por outros, o mecanismo representativo continuou a revelar deficiências por vezes graves como o artificialismo da representação, que era de modo quase invariável maciçamente governista⁶⁷.

⁶⁵ LEITE, Rinaldo César Nascimento. *“A Rainha Destronada”: Discurso das Elites sobre as Grandezas e Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas*. São Paulo: PUC-SP, 2005, (Tese de Doutorado em História Social). p. 236

⁶⁶ SAMPAIO, 1985, Op. Cit., p.43.

⁶⁷ LEAL, 1997, Op. Cit., p. 267

Na Bahia, após o conturbado mandato do primeiro governador republicano, José Gonçalves da Silva, que culminou na denominada “deposição legal”, fora sucedido por Joaquim Manoel Rodrigues Lima,

o primeiro governador baiano eleito pelo voto direto, na verdade pelo famoso voto bico-de-pena, a descoberto, o bicório, que permitia todas as fraudes e fortalecia o poder dos coronéis. Quatro anos depois coube a Luís Viana sucedê-lo. Assim se instalou o sistema de compensações mútuas, que garantiu uma sequência de eleições constitucionais [...]⁶⁸.

Os demais governadores eleitos a partir de então, gravitavam em torno de determinadas lideranças que ora eram aliados políticos e ora rivais incontestes, muitos cumpriam apenas o papel de sucessor sem muita expressividade na política estadual, outros, perspicazmente, se firmavam como referência político-partidária em todo o estado, influenciando chefes políticos locais que comandavam a administração da municipalidade, a exemplo de J. J. Seabra, que, nos dois momentos em que governou a Bahia, exerceu forte influência nos ditames da política conquistense. Mesmo porque o novo regime pressupunha “maior proximidade com uma instância superior de poder”.

O federalismo republicano reduziu sensivelmente o autonomismo do qual gozavam os mandões locais, pois, naquele momento, fazia-se necessário negociar com o poder estadual. Doravante, seria imprescindível a articulação com lideranças e grupos políticos da capital. Para a cidade, o poder dos “coronéis” permanecia intacto, contudo, mais do que nunca, tal poder seria baseado na reciprocidade com as instâncias superiores do poder de Estado⁶⁹.

No caso específico da Bahia, essa aproximação com o poder estadual tornou-se mais frequente, principalmente no governo de J. J. Seabra, quando este saiu do Diretório do Partido Republicano Conservador, em agosto de 1913 e fundou o Partido Republicano Democrata da Bahia, passando a ter sob seu comando um partido para reunir seus correligionários e, segundo Tavares, possuindo maioria na Assembléia Legislativa, subordinou o Poder Legislativo à sua vontade, orientação e ordem, reformou a Constituição de 2 de julho em 1915 e acabou com a eleição para as intendências, os intendentes passariam a ser nomeados⁷⁰. Isso significou, para os coronéis do interior da

⁶⁸ TAVARES, 2001, Op. Cit., p.306.

⁶⁹ SOUZA, 1999, Op. Cit., p.103.

⁷⁰ TAVARES, 2001, Op. Cit., p. 332.

Bahia, a necessidade de estar no partido de Seabra, demonstrando força para adquirir prestígio e ser indicado intendente.

Nesse contexto, é necessário compreender a vinculação de Conquista com a capital no que diz respeito a composição local do Partido Republicano. As principais disputas internas causadoras das dissidências partidárias, os diversos intendentes eleitos ao longo daqueles anos, as disputas intra-partidárias, principalmente durante os períodos de eleições municipais e o papel dos periódicos de circulação local na intensificação das rivalidades, pois, como afirma Rinaldo Leite, além das dissensões e o personalismo, um dos principais instrumentos das rivalidades políticas eram os jornais, a maior parte deles vinculados a alguma facção partidária ou a algum dos líderes políticos estaduais⁷¹.

Em Conquista, dois periódicos “A Palavra” e “O Conquistense”, veicularam notícias e artigos que, por vezes, acirravam, ainda mais, o clima tenso que antecedia os pleitos eleitorais e estavam a serviço de grupos políticos como um meio de divulgar ofensas mútuas. Manuel Fernandes de Oliveira, mais conhecido como Maneca Grosso, que compunha o grupo situacionista, escrevia diversos artigos no jornal “A Palavra”, onde defendia o intendente da época o Sr. Leôncio Satiro dos Santos Silva, além de evidenciar as lutas políticas locais.

Não posso recuar d’esta arena enquanto “O Conquistense” não deixar de manobras, e tratar de chamar a atenção do Intendente em termos de emergências razoáveis, por ora, o que há são patranhas políticas, petas, chetas, balelas, interesses pessoais, o desejo de arranjar uma autoridade policial que se preste a perseguições⁷².

Conforme afirmamos anteriormente, o Partido Republicano de Conquista foi durante muito tempo chefiado por Francisco José dos Santos Silva, o coronel Chico Santos. Todos eram correligionários e possuíam vínculos de parentesco, durante muito tempo conseguiu-se manter um clima amistoso, muito em virtude da liderança de José Fernandes de Oliveira, coronel Gugé, influente político que, com sua perspicácia, conseguia dirimir os conflitos pontuais que surgiam e pela respeitabilidade conquistada perante os demais, mantinha relações cordiais com a oposição, sucedendo o coronel Chico Santos na chefia do Partido Republicano. Assim como na capital, este líder local comandava a sucessão municipal sempre com pessoas próximas ou por ele apoiadas, em processos eleitorais, que, segundo Isnara Ivo, eram

⁷¹ LEITE, 2005. Op. Cit., p. 237.

⁷² Acervo Ruy Herman de Medeiros. Jornal “A Palavra” – p. 9, setembro de 1917.

sufrágios violentos que marcaram a vida política do município e estiveram presentes nos momentos das eleições gerais, quando eram eleitos os vereadores, o chefe do executivo e os juízes de paz. As querelas inerentes à disputas eleitorais, ocorriam, na maioria das vezes, durante as eleições primárias quando, sob direção da mesa paroquial, eram eleito os eleitores⁷³.

Para melhor compreendermos as disputas políticas travadas em Conquista durante a Primeira República, é necessário caracterizar os dois grupos que ampliaram essas querelas, principalmente durante os pleitos eleitorais. Conforme afirma Belarmino de Souza, a compreensão da vida política em Conquista na Primeira República passa necessariamente pelo estudo da formação das parentelas que, ao longo do século XIX, formaram a endogamia conquistense.⁷⁴

O Partido Republicano de Conquista era composto, em sua maioria, por proprietários rurais, que apesar de serem correligionários opunham-se internamente. Haviam os partidários do Cel. Gugé, dos quais todos os intendentess que governaram até 1930, excetuando-se o Sr. José Antonio de Lima Guerra que administrou o município de 1896 a 1899 e era partidário do Cel. Pompílio Nunes, declaradamentepositor do Cel. Gugé. Todavia, oposicionistas e situacionistas mantinham-se no mesmo partido, até que em 1918 registra-se a dissidência, muito em função da criação do Partido Republicano Democrata da Bahia, do Dr. J.J. Seabra, que teve em Conquista o seguinte diretório:

Partido Republicano Democrata

A Comissão Executiva do Partido Republicano Democrata da Bahia, usando das suas atribuições que lhe são conferidas pelas Bases Orgânicas, resolve nomear depois de ouvidas as influencias locais, o seguinte diretório dessa agremiação política no município de

CONQUISTA

Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé
Coronel Francisco Soares de Andrade
Coronel Paulino Fernandes de Oliveira
Major Leôncio Satyro dos Santos Silva
Coronel Paulino Fonseca
Coronel Manoel Emiliano Moreira de Andrade
Coronel João Fernandes de Oliveira Santos
Coronel Antonio Dantas de Oliveira
Bahia e sala de sessões da Comissão Executiva do Partido Republicano Democrata da Bahia, 31 de Dezembro de 1917.
Dr. J. J. Seabra – presidente

⁷³ IVO, 2004, Op. Cit., p. 117.

⁷⁴ Termo utilizado por Belarmino Souza, para compreender a vida política em Conquista na Primeira República através do estudo da formação das parentelas que, ao longo do século XIX disputaram o governo local. SOUZA, 1999.

João Lopes Carvalho – vice-presidente
Frederico Augusto Rodrigues da Costa; 1º secretário
Lauro Lopes Villas Boas; 2º secretário
Dr. Antonio Pacheco Mendes
José Alvaro Cova
José Alfredo de Campos França
Carlos Alves Guimarães
Antonio Pessoa da Costa e Silva
José Batista Marques
Dr. Pedro Tenorio Carneiro de Albuquerque
Aurélio Gomes Ferreira Velloso
(O Democrata) ⁷⁵

Durante os mandatos de J. J. Seabra observa-se que Conquista manteve-se atrelada ao Partido Republicano, a oposição fazia-se apenas na esfera da municipalidade, realidade esta que se reconfiguraria após o fortalecimento da Concentração Republicana da Bahia, que era expressiva na capital e, também, começava ecoar no interior do estado.

No início da segunda década do século XX, foi recorrente as queixas dos políticos locais quanto ao esquecimento do governo estadual em relação ao povo sertanejo. Reivindicava-se melhoria nos serviços públicos e cumprimentos das promessas feitas às vésperas dos pleitos eleitorais, como a instalação do telégrafo, construção de estradas, principalmente a que ligaria Conquista - Jequié, ampliação dos serviços públicos, mais escolas, dentre outros. A insatisfação latente reforçou a adesão de ex correligionários de Muniz/Seabra a aderirem a Rui Barbosa e a nova oposição instituída na Bahia.

Os embates entre J.J.Seabra e Rui Barbosa se constituíram um capítulo à parte da história política da Bahia, esses dois políticos, cada um a seu estilo, comandaram partidos e arrebanharam simpatizantes e opositores. Seguiram um “ritual” semelhante até chegarem à cena política. Formados em direito não seguiram a vida acadêmica, tinham em comum o fato de não pertencerem a uma elite agrária e uma eficiente oratória, dispunham de jornais para divulgarem suas idéias, Seabra, em periódicos restritos à Bahia, muitos sob seu comando, e Rui em jornais, principalmente, no Rio de Janeiro, sendo este último um influente interlocutor entre a elite baiana e o poder central.

Rui consegui converter a marginalização relativa a que estava submetido em um trampolim para alcançar novos horizontes na política [...] Seabra com a instalação da República, soube ser flexível e ágil [...] de grande capacidade de compreender a dinâmica do jogo do poder. ⁷⁶

⁷⁵ Acervo Ruy Herman de Medeiros. “A Palavra”, de 05 de janeiro de 1918.

⁷⁶ SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana na primeira república*. Salvador: UFBA, 2009 (dissertação de mestrado), p.28.

A mudança de “rumos” seguia a própria dinâmica da estrutura política da Bahia, na medida em que a oposição se fortalecia sem, com isso, chegar ao poder. Os opositores de outrora poderiam ser aliados dependendo se assim lhes conviessem às circunstâncias, a exemplo dessa dissonância num curto período de tempo são os dois relatos que se seguem. Em 1919 o Conselho Municipal aprovou na sessão ordinária de 28 de agosto de 1919, uma moção em que os conselheiros Jesulino de Oliveira e Josias da Silva Leite prestavam homenagem ao governador e outros políticos influentes da Bahia.

Antonio Muniz Ferrão de Aragão honrado e benemérito Governador do Estado, José Joaquim Seabra Senador Federal e glorioso chefe do pujante e envencível Partido Republicano Democrata e José Álvaro Cova, digno e prestigioso Chefe de Polícia do Estado vulto, os três, de alto destaque na vida pública da Bahia e que por seus exemplos de patriotismo e abnegação, muito se tem recomendado estima e confiança populares. Fazendo conhecido esse seu modo de pensar, reflexo dos sentimentos que o dominam este Concelho sempre um dever de gratidão e justiça, que em tanto importa o applauso a pessoas de valor de suas Excellências norteadas na trilha do bem estar aos seus conterraneos, cujos interesses lhes despertaram e lhes despertam sempre as mais acarinhadas atenções⁷⁷.

Já em 1924, por ocasião da intervenção do governador J. J. Seabra na nomeação do Sr. Oscar de Araújo para o cargo de coletor estadual em substituição ao Sr. Vicente Júlio Montanha, serviu de pretexto para que a oposição se manifeste por meio do artigo “PROTESTAMOS! Arbitrariedade revoltante – O Sr. Seabra quer a infelicidade de Conquista”, no jornal “O Sertão”, que, nesse período, se apresenta como o principal meio de veiculação propagandista da Concentração Republicana no município e afirmava ser essa atitude uma “afrota ao povo e um desastrado epílogo para a tragédia política de Seabra em Conquista”:

O Sr. J. J. Seabra, desesperado, por que não encontrou em Conquista quem quizesse acompanhá-lo em sua maldita felonia, procura vingar-se do povo desta terra, lançando mão dos meios mais torpes, mais injustos, mais detestáveis! A Lei sempre fora para o velho governador agonizante, uma letra morta, coisa de nenhuma importância. Foi sempre escalando as muralhas da lei que o Sr. J. J. Seabra conseguiu alcançar posições, chegando até a dominar, durante doze annos, o nosso Estado, fundando a mais nefanda, a mais desmoralizada oligarchia de que há memória nos annos da política nacional⁷⁸.

Outro fator preponderante para a dissidência foi o falecimento do Cel. Gugé, que apesar de ter declarados adversários políticos, conseguia manter as rivalidades no nível das

⁷⁷ AMVC: Atas da Câmara de Conquista, 1919.

⁷⁸ AMVC: O Sertão. Conquista, 08 de fevereiro de 1924.

discussões e posicionamentos, sem que houvesse um enfrentamento mais contundente como o que ocorreria em 1919⁷⁹.

É importante compreendermos melhor o papel do Cel. Gugé na política conquistense no período estudado, já que se firmara como um líder que conseguiu manter a cordialidade com os opositores e fortalecer o grupo situacionista que perdurara no poder local por várias décadas, graças em parte, à sua influência e expressividade entre os correligionários.

O Cel. Gugé exerceu diversos cargos eletivos e nomeação do governo, tanto no antigo regime como no início do período republicano. Era membro de uma das famílias influentes de Conquista, filho do capitão Luiz Fernandes de Oliveira e Thereza Fernandes de Oliveira, casou-se duas vezes, sendo sua segunda esposa, Joana Angélica de Oliveira Santos que juntamente com Eufrosina, Laudicéia e Henriqueta conseguiram atenuar o conflito entre Meletes e Peduros, como discutiremos adiante.

Era um chefe político perspicaz, liderava o partido local e durante o período que exerceu a vida pública herdou a fama de ser sempre combativo, mas nunca vencido. Quando da sua morte, o Conselho Municipal, por indicação do conselheiro José Governo e aceitação dos demais membros, aprovou uma moção de pesar pelo seu falecimento.

[...] deante tão triste quão dolorôzo acontecimento... a realizar-se um voto de supremo pesar pelo trespasse de tão conspícuo cavalheiro... de render um preito de justa homenagem que será levada a memória d'aquelle cidadão operoso e honesto, cujo carisma nos mais puros sentimentos de justiça e patriotismo, reflete-se eloquentemente nos relevantes benefícios que com dedicação e carinho sempre soube prestar a esse glorioso município de Conquista⁸⁰.

Nessa época, o conselho municipal era composto pelos senhores Paulino Fonseca, Francisco Piloto, Josias Leite, Clemente José da Silva, Crescêncio Silveira, Francisco da Silva, Jesulino de Oliveira, Agrippino Borges e José Governo, todos eles correligionários do Cel Gugé, inclusive o Intendente Sr. Leôncio Satiro dos Santos Silva.

O fato de destacar esse episódio se justifica, principalmente porque a partir desse momento as disputas políticas que, até então, se travavam no plano das idéias e da veiculação de ofensas mútuas nos jornais de circulação local, passaram a ser freqüentes

⁷⁹ Esse conflito ocorreu em Conquista, no início do ano de 1919 entre partidários dos dois grupos políticos rivais, Meletes e Peduros. Na verdade, a gênese desse conflito remete ao final do século XIX, em disputas entre famílias influentes do município. Os líderes desses grupos conseguiram arrebanhar simpatizantes e, por vezes, para atacar mutuamente, insuflando os correligionários ao confronto armado, utilizavam os jornais de circulação local, "O Conquistense" e "A Palavra", representando respectivamente, os Meletes e os Peduros.

⁸⁰ AMVC: Atas da Câmara de Conquista, Sessão Ordinária do dia 05 de setembro de 1918 – DSCO2795.

com acirrados embates violentos que culminaram no conflito armado, situação essa que era postergada pelo influente posicionamento do Cel. Gugé frente as facções políticas locais, já que ele conseguia manter o equilíbrio entre os adversários principalmente pelo respeito que impunha aos demais líderes.

Além do Cel. Gugé destacava-se no cenário político de Conquista o Cel. Pompílio Nunes de Oliveira, filho do Tenente José Nunes Bahiense e de dona Senhorinha Fernandes de Oliveira Ribeiro, descendentes dos conquistadores Gonçalves da Costa, possuía uma das maiores fortunas da localidade, sempre se mantivera à frente da oposição política, não conseguindo lograr muito êxito nas sucessivas tentativas em eleger alguém que pudesse governar a cidade.

Assumiu postos importantes na administração local, como o cargo de juiz municipal e delegado de polícia nos anos de 1896 e 1897, além de estar diretamente vinculado àqueles que comandavam os destinos do município. O envolvimento em desavenças pessoais, acusações de patrocinar milícias para fins de vinganças entre famílias influentes da região e ser o mandatário de espancamentos a adversários políticos, como no caso de Maneca Grosso que abordaremos adiante, fez aumentar o clima de rivalidade entre este e os correligionários do Cel. Gugé, seu tio e maior opositor no campo das disputas políticas.

MELETES E PEDUROS

A história política conquistense não fugiu dos moldes da política baiana e nacional, sobretudo em relação às características próprias do sistema, como o mandonismo, clientelismo, o usufruto do público em benefício do privado, de grupos proprietários e que se perpetuavam no poder, a personificação e quase inexistência de uma ideologia partidária que representasse os interesses coletivos.

Os episódios sangrentos que marcaram a história local são apenas exemplos dos desmandos que faziam parte do cotidiano da cidade e são bem compreendidos se vistos como expressão do embaralhamento das funções públicas, tão pouco definidas pelos homens que ocupavam os postos de comando do poder local.⁸¹

⁸¹ IVO, 2004. Op. Cit., p. 97.

Para melhor compreendermos um dos momentos mais conturbados, o conflito Meletes e Peduros, é necessário retornarmos a outros episódios que também evidenciam a disputa entre familiares, quer seja pela posse de terras, quer seja pelo comando da municipalidade, como a Tragédia do Tamanduá ocorrida em 1895 que fora a gênese das desavenças entre os partidários dos grupos supracitados.

A “Tragédia do Tamanduá” ficou assim conhecida, pela matança que ocorreu na Fazenda Tamanduá, localizada atualmente no município de Belo Campo, a 43 km de Vitória da Conquista, vingança articulada por Calixto de Almeida Freire pela morte de seus irmãos Sérgio e Gasparino de Almeida Freire, a mando do Cel. Domingos Ferraz de Araújo e seu genro Afonso Lopes Moitinho. Estima-se que mais de 20 pessoas de uma mesma família tenham sido assassinadas e após algumas prisões, a lentidão em apurar os fatos e julgar os culpados fez com que “em 1919 a justiça prescrevesse os crimes ocorridos na Fazenda Tamanduá.”⁸²

As desavenças entre Meletes e Peduros guardam estrita relação com a Tragédia do Tamanduá, principalmente por envolver antigos desafetos que, mais uma vez, se encontravam em lados contrários, articulando-se em meio às ofensas e ameaças mútuas que pareciam reviver nuances do conflito de outrora. Na ocasião do episódio Tamanduá o Cel. Pompílio Nunes de Oliveira – um dos líderes dos meletes – era acusado de ser um dos principais patrocinadores da milícia particular formada por Calixtinho, responsável pela arregimentação de muitos homens que compunham a milícia privada que ficou conhecida como a “Linha dos Mocozeiros”.

O Cel. Domingos Ferraz, era sogro de Manoel Fernandes de Oliveira – Maneca Grosso – um dos líderes dos peduros e para quem “a impunidade dos crimes da Fazenda do Tamanduá era única e exclusivamente explicável pela omissão do Cel. Pompílio Nunes, delegado na época e também suspeito de subvencionar os crimes”⁸³.

Decorridos mais de 20 anos, a Cidade da Conquista tornou-se, novamente, o palco de embates políticos envolvendo uma parentela que compunha os quadros da administração municipal desde a elevação da Imperial Vila da Vitória. Se as desavenças pessoais foram a tônica na Tragédia do Tamanduá, no conflito Meletes e Peduros as rivalidades foram aprofundadas pelas querelas familiares associadas as dissidências políticas, já que:

⁸² IVO, 2004. Op. Cit., p. 216. “Sobre esse episódio ver o livro de IVO “O anjo da Morte contra o Santo Lenho”.

⁸³ Idem, p. 217.

Com o falecimento do Cel. Gugé no dia 05 de agosto de 1918, logo após, deixarem o diretório (do Partido Republicano Democrata da Bahia) os senhores: Manoel Emiliano Moreira de Andrade, Antonio Dantas de Oliveira (seu cunhado), João Fernandes de Oliveira Santos (João Santos como se lhe chamavam) e Francisco Soares de Andrade e fundaram um grupo oposicionista denominado “Meletes” e o restante do diretório recebeu o apelido de “Peduros”, sendo chefiados pelo Dr. Antonio Agripino da Silva Borges grande amigo e sincero correligionário do Coronel Gugé⁸⁴.

O grupo dos peduros era composto pelos senhores Cel. José Fernandes de Oliveira Gugé (Cel. Gugé), Manoel Fernandes de Oliveira (Maneca Grosso), Paulino Fernandes dos Santos Silva, Leôncio Satyro dos Santos Silva, Paulino Fonseca, Ascendino dos Santos Melo, Paulino Fernandes de Oliveira e Manoel de Oliveira Santos, além do Dr. Agripino da Silva Borges, como mencionado anteriormente.

Segundo Aníbal Viana, os termos Meletes e Peduros foram utilizados pela primeira vez numa dessas afrontas entre partidários do Cel. Pompílio Nunes e do Cel. Gugé, discutindo a respeito da força e prevalência dos políticos em questão, o “pompilista” (grifo nosso) afirmou ser eles como o melete, tamanduá de espécie superior e como tal quando “gruda” não solta mais, referindo-se a fidelidade ao líder da oposição municipal, em contrapartida denominou o seu opositor de peduro, de raça ruim, principalmente pelo fato de o grupo comandado pelo Cel. Gugé não dispor de tantos recursos quanto os do Cel. Pompílio⁸⁵.

O jornal “A Palavra” em um de seus artigos, fez referência ao termo melete como linguarudo, por se pronunciarem sempre contrários ao intendente Leoncio Satyro dos Santos Silva, questionando as contas públicas e acusando o intendente de “defraudador dos cofres municipaes”, “e assim vendo, que vadio amansador de bichos é esse que nos traz ao *scenario* um *melete* da língua mais cumprida do que a do tamanduá assú, comedor de formiga que ora *lambe* os 4 ventos como se estivesse lambendo assucar ethereo?”⁸⁶

A referência feita pelo jornal traz outra definição para o termo melete, não contradiz a denominação comumente aceita, mas dá-lhe nova conotação mais adequada para o embate travado entre os grupos através dos jornais com achincalhamentos, acusações mútuas e excesso de verbosidades.⁸⁷

⁸⁴ VIANA, 1982, Op. Cit., p.139.

⁸⁵ Idem, p.143 – 144.

⁸⁶ AMVC: A Palavra, 07 de setembro de 1917, p. 2 e 3.

⁸⁷ AMVC: A Palavra, 24 de agosto de 1917, p. 2.

Segundo Marco Morel era comum a utilização de imagens de animais no debate político, principalmente a veiculação desses temas no vocabulário utilizados pelos jornais, pautados na dicotomia valorização/depreciação, a utilização de animais com características positivas para exaltar os grupos favoráveis, ao tempo em que os de caracteres menos pomposos eram para identificar, de modo depreciativo, os opositores. Papagaios, raposas, galinhas de Guiné, macacos, urubus eram denominações recorrentes na imprensa de opinião, definida por ele como uma “zoologia política”⁸⁸.

Os jornais foram os instrumentos mais utilizados para ampliar a animosidade entre os grupos políticos, que se valiam destes para divulgar as insatisfações contestes de cada facção através de “A Palavra” e “O Conquistense”, representando respectivamente os Peduros e os Meletes. “A Palavra” era um jornal semanário, o terceiro que circulou em Conquista, fundado pelo Sr. Demosthenes Alves da Rocha – Diretor – e Merceliano Alves Mosinho – Redator -, circulou pela primeira vez no dia 23 de junho de 1917 até o ano de 1920. Era um jornal que divulgava notícias oficiais da Intendência e do Conselho Municipal, tendo como um dos seus principais escritores o Sr. Manoel Fernandes de Oliveira (Maneca Grosso), que, em artigos muitas vezes fervorosos, advogava a favor do intendente Leôncio Satyro ao tempo em que revidava as acusações suscitadas pelo “O Conquistense”.

A análise de “A Palavra” foi fundamental para compreendermos parte das desavenças que pairavam entre os dois grupos, no entanto tivemos muitas dificuldades para analisá-lo sequencialmente, principalmente devido à inexistência de inúmeros exemplares. Utilizamos alguns exemplares do arquivo pessoal de Aníbal Viana que se encontra sobre os cuidados do Sr. Ruy Herman de Menezes, outras reportagens (números) soltas e desconexas que se encontram no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista e no Museu Regional. Mesmo diante desse obstáculo, foi possível compreender a importância deste veículo no acirramento do conflito, através da análise dos artigos escritos por Maneca Grosso, identificamos as principais questões que acentuavam o clima de desentendimentos e desembocaria no conflito armado.

Por outro lado, os meletes dispunham do jornal “O Conquistense” para veicular artigos refutando as acusações e tecendo críticas ao grupo situacionista. Infelizmente não encontramos nenhum exemplar do período estudado, constando apenas alguns referentes à

⁸⁸ Ver o artigo de MOREL, Marco. “Animais, Monstros e Deformidades: a “Zoologia Política” no processo de construção do Império do Brasil. In.: *Revista Estudos Históricas*, 1999, nº 24.

década de 50, tanto no AMVC quanto no Museu Regional, o que compromete uma análise mais ilustrativa do confronto no campo das idéias, sobretudo pelo fato de não podermos confrontar as informações veiculadas e incorrer no risco de analisar apenas uma versão da disputa em questão.

Os rearranjos do partido em Conquista geraram um período de grande instabilidade, onde a disputa pelo poder local tornou-se mais nítida, com acirrados embates no campo das idéias, através de panfletos e artigos que achincalhavam ambos os lados, acusações e, até mesmo, o conflito armado como entre Meletes e Peduros no início do ano de 1919.

Os opositores tornavam-se alvos de inúmeras intrigas, na maioria das vezes os artigos escritos por Maneca Grosso (Peduro) eram ofensivos ao grupo político do Sr. Pompílio Nunes e o juiz Dr. Araújo (Melete), como demonstra o trecho transcrito⁸⁹,

Eis como o dr. Araújo confessou que não tem consciência! – Para 4 cavalheiros da minha parcialidade, em certa Fazenda, s. ex. disse que *o chefe político d'aqui deve ter jagunços* - . Eis como o Dr. Araujo confessou que gosta de *politicar à bala!* – Para um dos seus amigos, s. ex. disse que no S. Antonio de Jesus, teve somente o trabalho de montar um chefe político, e que aqui tem tido todos os trabalhos simultâneos de montar e desmontar... Eis como o dr. Araujo confessou que é um politiqueiro velho capaz de levar esta terra a deplorável estado!...

[...]

...de certos conquistenses que não serve para juiz de direito, nem tão pouco para despenseiro de queijos e caixas de cervejas... mas pelos seus predicados moraes, pelos seus traços physionomicos, pelos liames de sua loquacidade, pela *pureza* do seu estame e pela *finura* de sua linguagem, está supimpa, *de luxo*, para ser nomeado – CAPITÃO DE TROPA DE CIGANOS.

Conquista, 19 de Dezembro de 1917.

Tendo o tabelião de notas interino se negado a reconhecer firma em presença das quatro pessoas abaixo assignadas, assignei de novo em presença das mesmas pessoas.

Manuel Fernandes de Oliveira

Argimiro Bahiano

Rodrigo dos Santos Silva

Francisco da Silva Costa

Manoel Ignácio da Silva Leite.⁹⁰

A situação descrita não é peculiar a um momento específico, desde a criação dos dois periódicos supracitados, ampliou-se o clima de rivalidades em Conquista, na ausência de um programa que norteasse o partido lançava-se mão de panfletários que pudessem

⁸⁹ – possivelmente tais artigos eram respondidos no mesmo tom pelo jornal “O Conquistense”, utilizado pelos Meletes para veicular informações favoráveis ao grupo, infelizmente ainda não conseguimos exemplares deste periódico para melhor compreendermos os discursos que contextualizavam tais desavenças.

⁹⁰ Acervo Ruy Herman de Medeiros. “A Palavra”, de 19 de dezembro de 1917.

exaltar àqueles que administravam a cidade e depreciar os opositores, comportamento recíproco por parte dos que almejavam galgar o comando da municipalidade.

Além disso, o envolvimento do Juiz de Direito Dr. Antônio José de Araújo nas desavenças entre as facções políticas em Conquista, aumentava o clima de rivalidade que pairava na sociedade local, sobretudo porque ele era responsabilizado pelo acirramento das tensões, considerado um “juiz político”⁹¹, pois teria sua atuação sido um dos motivadores para a deflagração do conflito armado.

Os peduros acusavam-no de proteção aos meletes e incentivador das injúrias oposicionistas ao, então intendente, Sr. Leoncio Satiro. Tal posicionamento do juiz demonstrava uma atitude imprópria para sua função, no entanto, era uma prática corrente no Brasil,

não está, porém, completamente afastada a participação da organização judiciária nas atividades políticas, apesar de serem estas expressamente vedadas aos juízes: a subsistência de juízes temporários, o mecanismo das promoções e remoções e o emprego de diversos meios de sedução e compressão, difíceis de serem evitados ou reprimidos, tudo isso contribui para que, especialmente no interior, ainda se encontrem juízes e promotores partidários e á medida que aumenta a eficácia do mecanismo judiciário e policial dos Estados, mais subordinada ao poder se torna essa magistratura oficiosa, reforçando o governismo dos chefes locais.⁹²

Observamos não necessariamente uma magistratura oficiosa no sentido de apoiar o governo local, mas com a intenção de contribuir para a ascensão da oposição, da qual o juiz era acusado de correligionário. Mesmo porque a sucessão municipal ao longo das décadas, até aproximadamente a Revolução de 30, demonstrava a preponderância governista, assim como na política nacional, “neste longo período, tivemos vários regimes políticos e numerosas reformas eleitorais; não obstante, permaneceu o fato fundamental da influência governista na expressão das urnas”⁹³.

A predominância governista foi, ao longo dos anos, constituída pelas famílias proprietárias, que detinham além do poder político e econômico, também funções no judiciário e o domínio no poder local era apenas um arranjo ajustado a cada período eleitoral, determinada pela junção de forças políticas que eram preponderantes no município.

⁹¹ VIANA, 1982. Op. Cit., p. 149.

⁹² LEAL, 1997. Op. Cit., p. 231 – 243.

⁹³ Idem, p. 273.

O quadro abaixo lista o nome dos intendentess que governaram o município de 1892 a 1930, destes, apenas o Sr. José Antonio de Lima Guerra era membro da oposição, uma realidade que não destoava do quadro geral da política baiana, pois mesmo aqueles que se colocavam como oposição diante do pleito eleitoral, na maioria das vezes, passavam a apoiar o novo governo instituído pela vontade das urnas.

TABELA I
INTENDENTES EM CONQUISTA

INTENDENTE	MANDATO
Joaquim Correia de Melo	Janeiro de 1892 a dezembro de 1895
José Antonio de lima Guerra	01/01/1896 a 31/12/1899
Estêvam José dos Santos Silva	De 1904 a 1906
Dr. João Diogo de Sá Barreto	De 1906 a 1907
José Maximiliano Fernandes de Oliveira	01/01/1908 a 31/12/1911
Cel. José Fernandes de Oliveira Gugé	01/01/1912 a 31/12/1915
Leôncio Satiro dos Santos Silva	01/01/1916 a 03/01/1919
Cel. Francisco da Silva Costa	03/01/1919 a 22/01/1919
Ascendino dos Santos Melo	22/01/1919 a 31/12/1919
Dr. Jesulino de Oliveira	01/01/1920 até meados do mesmo mês
Ascendino dos Santos Melo	1921 a 1922
Cel. Paulino Fonseca	01/01/1922 – renunciou meses depois
Dr. Antonio Agripino da Silva Borges	1922 a 1923
Cel. Justino da Silva Gusmão	01/01/1924 a 31/12/1925
Cel. Paulino Fernandes dos Santos Silva	1926 a 1927
Otávio José dos Santos Silva	01/01/1928 a 24/10/1930
Bruno Bacelar de Oliveira	29/10/1930 a 13/11/1930

FONTE: Atas da Câmara Municipal de Vitória da Conquista de 1892 a 1930. Extraído da exposição comemorando os 90 anos do conflito entre Meletes e Peduros, organizado pelo Professor Ruy Herman de Medeiros.

Por um lado a postura do juiz Dr. Antonio José de Araújo aguçou as inquietações dos peduros; por outro, os artigos escritos por Maneca Grosso, no jornal “A Palavra” serviram como estímulo para acirrar os ânimos dos meletes, isto porque, conforme já explicamos, era comum transparecer as insatisfações de ambos os lados por meio de matérias publicadas nos periódicos.

As divergências políticas que há muito existiam em Conquista se tornaram mais agudas no governo do Intendente Leôncio Satyro dos Santos Silva. O conflito se tornou eminente, principalmente pelo fato de membros do Partido Republicano Democrata de Conquista não chegarem a um consenso quanto a composição da direção do partido,

alguns optavam pela conciliação, no entanto divergiam quanto a permanência de Leôncio Satyro na intendência.

A presença do juiz Dr. Araújo interferindo nas questões intestinas da política local, estavam acima das propostas de direcionamento da agremiação, sobretudo porque o grupo dos meletes, liderado por Manoel Emiliano Moreira exigia a renúncia do intendente e se negavam a dispensar o apoio de Dr. Araújo, como assim exigia os peduros. Por fim, essas dissensões potencializadas desembocariam na luta armada.

O Sr. Antonio Agripino da Silva Borges, mais conhecido como Agripino Borges, fora nomeado em meados de 1920, delegado regional da zona de Conquista, em entrevista para o jornal “Diário de Notícias” da capital, dizia ter assumido o cargo com o intuito de restabelecer a ordem no município por conta dos conflituosos embates que ali se travavam, motivados por dissidências políticas, afirmava que:

As luctas no sertão, infelizmente, não vêm de agora, são muito antigas. As luctas actuaes (1919) differem em pouco das antigas e são originadas quase sempre por questões políticas e pela proteção aos criminosos, contra o que sempre me bati [...] ⁹⁴.

As questões políticas e a proteção aos criminosos, identificados como motivadores das lutas no sertão, também foram preponderantes para o enfrentamento em janeiro de 1919, quando os grupos passaram da esfera da verbalização para uma ação mais contundente e violenta.

O espancamento de Maneca Grosso, supostamente por seu artigo criticando fervorosamente o juiz Dr. José Araújo e Pompílio Nunes motivou a arregimentação de inúmeros jagunços no intuito de revidar a afronta. Partidários de Maneca Grosso e do Cel. Pompílio Nunes munidos de armas e com um número significativo de “colaboradores” partiram para o enfrentamento em praça pública, uma cena belicosa que intimidou a população local a ponto de durante os dois dias apenas os conflitantes perambularem pelas ruas da cidade.

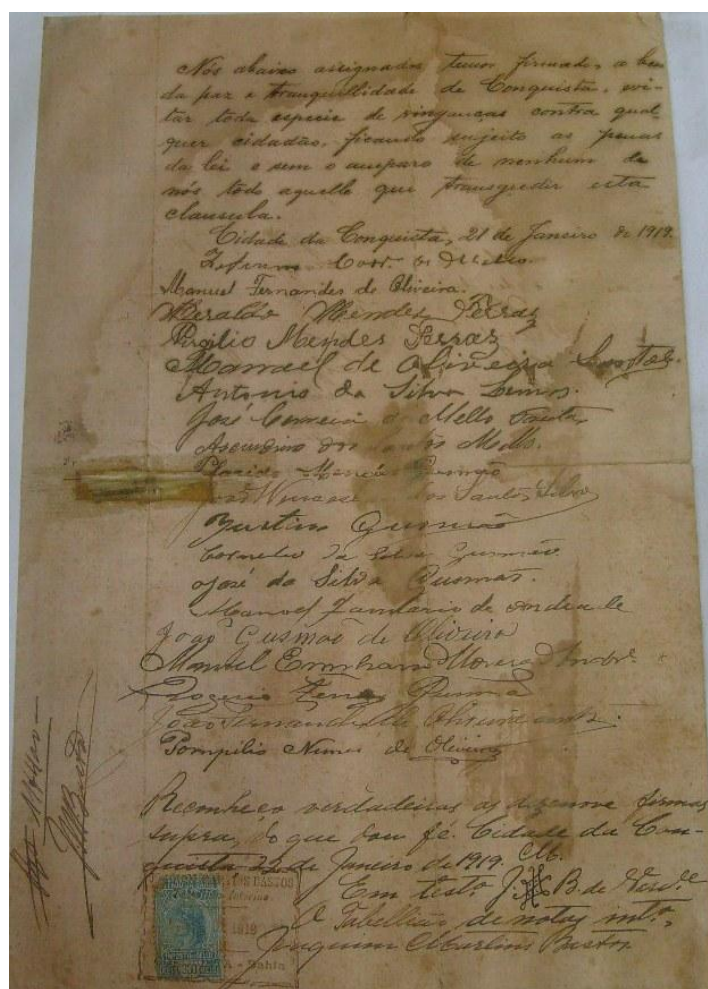
Em número maior, os peduros conseguiram encurralar os meletes, diante do embate seguiu-se a morte de um dos membros e outros tantos feridos, resultando a partir daí os esforços de pessoas que não estavam diretamente ligadas ao confronto armado, para tentarem um armistício conseguido com a intervenção das senhoras Laudicéia Gusmão,

⁹⁴ AMVC: A Palavra, 11 de outubro de 1919.

Eufrosina de Oliveira, Henriqueta Prates e Joana Angélica, participação esta que discutiremos adiante.

Passado o confronto e acordado entre os membros de ambos os grupos que não mais levariam as diferenças partidárias para o embate armado, assinou-se um documento que confirmaria tal compromisso.

Figura 03



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista. Termo de Celebração da Paz entre Meletes e Peduros

O compromisso de pacificar as lutas partidárias surgiu atrelado à vontade de retorno a uma unificação política sempre presente na composição administrativa do município. A dissidência partidária é identificada como um elemento nocivo ao

desenvolvimento da *comuna*, sobretudo por colocar em lados opostos àqueles que comungavam do mesmo sentimento de pertença ao poder.

Urge que a Conquista proclame, triunphante, o clarim da unificação política!
Os partidos são, principalmente para os logares mais longíquos, para as localidades relativamente pequenas, a similhaça da sementeira damninha atirada no seio das plantações alimentícias; os partidos, infelizmente, são a origem de males horrorosos, tremendos clataclysmos, catástrofes imagináveis!
Não devemos, portanto, consentir na fomentação de dois ou mais partidos em nosso meio, ainda mais porque a Família Conquistense é uma só, é um só sangue e deve por isto mesmo ser uma só alma, um só ideal⁹⁵.

Nesse contexto, observa-se que a caracterização dos partidos políticos bem como as rivalidades que permeavam os processos eleitorais em Conquista perduraram por um longo período, mesmo após a instituição da República, o que não difere do contexto estadual, onde a personificação, o elitismo, a constituição de partidos, que mais se identificavam como facções e os periódicos atrelados a lideranças locais/regionais definiram a política baiana e os diversos embates para a sucessão governamental. Por fim, predominava a conciliação política, onde os interesses de grupos econômicos se sobrepunham aos perfis partidários destoantes e os rearranjos eram comuns como garantia de sobrevivência no seio da política local.

⁹⁵ AMVC: A Palavra, 11 de julho de 1920.

CAPÍTULO II

SOCIEDADE E RIQUEZA NO SERTÃO DA RESSACA

O povoamento e desenvolvimento do Sertão da Ressaca se efeturaram a partir da instalação de fazendas de gado, que tinha como função abastecer o mercado interno, principalmente, os centros mineradores. A criação de gado não foi a única atividade econômica praticada nessa região. Paralelo a criação de gado vacum, cavalari e muar existia o cultivo de gêneros de subsistência, da cana-de-açúcar, como também havia instalações de engenhos para o fabrico do açúcar, rapadura e do aguardente com base no trabalho escravo. Assim, as fazendas da Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX se configuraram em unidades policulturas e tendentes a auto-suficiência e propulsoras da dinâmica interna da produção econômica da região⁹⁶.

A participação das principais famílias da Imperial Vila da Vitória no contexto político do Sertão da Ressaca, está diretamente ligada as suas condições econômicas de grandes proprietários de terras, gado e escravos. Configuravam, assim, uma elite que atuavam em todas as esferas da sociedade local, participavam da administração como membros da Câmara Municipal, nos cargos do judiciário e militares, defendiam, especialmente, seus próprios interesses frente a população pobre.

Nesse contexto marcado pelo predomínio da figura masculina nas esferas econômicas, políticas e sociais, elucidamos a participação, influência e o papel da mulher como agente integrante dessa sociedade que estava a margem de uma organização patriarcal do final do século XIX e início do XX. Com base em inventários, testamentos e petições identificamos algumas funções exercidas pelas mulheres nesse período, entre elas as de serem proprietárias, produtoras, comerciantes e chefes de família.

A análise dos inventários de algumas mulheres, no período entre 1841 até 1902, é o que subsidiou as discussões suscitadas neste capítulo, haja vista que optamos por, através desses inventários, tentar responder alguns questionamentos pertinentes à vivência de tais mulheres na sociedade do Sertão da Ressaca. Identificando o nível das fortunas deixadas por elas, como compunha tais fortunas, comparando o quinhão que receberam quando da

⁹⁶ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia-1840-1888)*. Salvador: UFBA, 2008, p. 69-74. (Dissertação de mestrado)

sua viuvez e o monte-mor que deixaram quando de sua morte, para melhor analisá-las enquanto administradoras, assim como os objetos descritos e as despesas com funeral e alguns ritos religiosos, nos dão a dimensão da influência religiosa na vida dessas mulheres.

Partindo de uma análise documental, identificamos os bens das mulheres do Sertão da Ressaca e percebemos que a composição das suas fortunas, de maneira geral, era da atividade agrícola, da criação de gado, do comércio e do crédito. Os inventários como o de Genoveva Roza de Jesus com o monte-mor de 2:111\$120 e o de Maria Clemência do Amor Divino, maior fortuna encontrada, com o monte-mor de 135:843\$000, estavam pautados na divisão das riquezas suscitado por Kátia Mattoso, como a tabela abaixo, a maioria dos inventários estudados, 23,1%, incluem-se na categoria das fortunas médias entre 2:100\$000 a 10:000\$000, 10,6% como fortunas boas, com o monte-mor de 10:000\$000 a 50:000\$000 e apenas 1,1% classificados como fortunas grandes pequenas.

Com base nas tabelas de Mattoso, elaboramos a composição das fortunas das mulheres do sertão da Ressaca, utilizando os inventários com monte-mor a partir de 2:000\$000 e priorizando as informações referentes aos bens de raiz, escravos, gado, crédito e dinheiro⁹⁷.

TABELA II
CLASSES DAS FORTUNAS (SALVADOR, 1801-1889)

Classe	Valor (em mil-réis)
1- Muito pequenas	0 a 200
2- Pequenas	201 a 1:000
3- Pequenas médias	1:100 a 2:000
4- Médias	2:100 a 10:000
5- Boas	10:100 a 50:000
6- Grandes pequenas	50:100 a 200:000
7- Grandes médias	200:100 a 500:000
8- Grandes	500:100 a 1.000:000 e mais

FONTE: MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004, p. 303.

Quanto a composição das fortunas, observamos que alguns bens são predominantes e representam a maior parte do monte-mor, como é o caso dos escravos. Dos 59 inventários analisados, em apenas 4,1%, o valor dos bens de raiz é superior ao dos escravos, e somente em 1,7% não consta nenhum escravo na relação dos bens inventariados. No restante, o alto preço dos escravos define a maior parcela do monte-mor, como é o caso Mariana de Assumpção, com o monte-mor de 4:876\$010, possuía cinco

⁹⁷ Ver tabelas em anexo nas páginas 120-124.

escravos que totalizava 4:050\$000, o restante do espólio era composto por doze gados vacum e cavalari, no valor de 340\$000 e 305\$000 de bens de raiz⁹⁸.

Senhorinha de Souza Conceição, deixou o monte-mor de 2:887\$760, e apenas três escravos, valia 2:320\$000⁹⁹. O que nos leva a avaliar a importância da mão-de-obra escrava para uma sociedade que pautava sua economia principalmente na agricultura e criação de animais, além da valoração dos cativos no período bem anterior ao processo de abolição da escravatura, já que na segunda metade do século XIX, o valor a mão-de-obra escrava, no conjunto da riqueza das classes produtoras, senhores de engenho e proprietários rurais, aumenta de maneira significativa¹⁰⁰.

O alto valor dos escravos é oriundo da Lei Euzébio de Queiroz, promulgada em 1850, que pôs fim ao tráfico e provocou a escassez da mão-de-obra escrava, como também do movimento abolicionista aliado ao alto índice inflacionário¹⁰¹.

TABELA III
INVENTÁRIOS EM QUE O VALOR DOS ESCRAVOS É BEM MAIOR DO
QUE OS BENS DE RAIZ.

ANO	INVENTARIADA	MONTE-MOR	BENS DE RAIZ	ESCAVOS
1877	Maria da Paixão de Jesus	11:457\$780	535\$000	5:150\$000
1848	Ana Senhorinha de Jesus	20:772\$340	825\$000	7:291\$000
1857-1866	Carolina Maria de Jesus	12:560\$060	906\$000	7:605\$000
1862	Maria Vianna de Campos	11:009\$620	1:319\$000	7:600\$000
1870-1871	Ana da Exaltação da Santa Cruz	10:717\$900	1:548\$000	4:600\$000
1882	Cordulina Maria da Graça	20:592\$833	1:750\$000	3:250\$000
1850-1852	Rozaura Gonçalves da Costa	10:570\$020	1:777\$000	5:070\$000
1877	Porfíria de Oliveira Freitas	13:999\$800	3:035\$000	7:850\$000
1881-1882	Sophia Maria de Oliveira	33:059\$600	5:381\$000	11:550\$000
1870	Maria Magdalena Ferreira Campos	31:066\$120	5:640\$000	24:746\$000

Fonte: AFJM: Inventários de 1848 a 1882

Pela descrição de algumas benfeitorias e dos produtos cultivados podemos inferir que as mulheres representadas na Tabela III eram pequenas proprietárias rurais, que conduziam as pequenas lavouras, bem como administravam a propriedade, com uma prole que variava de cinco a treze filhos, com a média de idade entre 2 e 22 anos.

Nesse sentido, o escravo se apresenta como uma alternativa para realizar os trabalhos advindos da dinâmica das fazendas que não precisavam de um número grande de escravos para cuidar do gado, como ocorria nos engenhos. Geralmente uma a três pessoas

⁹⁸ AFJM: Caixa de Diversos - Inventário de Mariana de Assumpção, 1863.

⁹⁹ AFMJ: Caixa de Diversos - Inventário de Senhorinha de Souza Conceição, 1863/1865.

¹⁰⁰ MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004, p. 312.

¹⁰¹ NOVAIS, 2008, Op. Cit., p. 57.

eram necessárias para cuidar da criação no pasto, no transporte e na ferra do gado¹⁰². Mesmo tendo pouco trabalho com o gado, a figura do vaqueiro foi fundamental para o desenvolvimento da pecuária no sertão¹⁰³.

As benfeitorias eram necessárias para facilitar o serviço na fazenda, como para o processamento da cana-de-açúcar e da mandioca. Além disso, as benfeitorias agregavam valor a propriedade rural, fator importante para a avaliação durante venda da propriedade. Dentre as benfeitorias, as mais recorrentes eram as casas de farinha, seguidas de engenho e currais, dado o grande número de gado, tanto vacum como cavalari. Porfíria de Oliveira Freitas, moradora da Fazenda Anteiro na Imperial Vila da Vitória, faleceu em 1877, dentre os inventários acima listados, é o que apresenta uma variedade de produtos cultivados, pois possuía uma roça de arroz, uma roça de milho, um canavial, além de duas mangas plantadas de grama¹⁰⁴.

TABELA IV
INVENTÁRIOS EM QUE O VALOR DO GADO É BEM MAIOR DO QUE OS
BENS DE RAIZ

ANO	INVENTARIADA	MONTE-MOR	BENS DE RAIZ	GADO
1859	Guilhermina Thereza de Jesus	5:780\$000	50\$000	1:112\$000
1870	Raimunda Rosa do Livramento	2:392\$550	55\$990	1:103\$000
1855-1858	Damazia Rosa de Jesus	2:327\$580	90\$000	1:040\$000
1863	Joana Ferreira Campos	2:771\$480	99\$000	1:114\$000
1880-1884	Hermelina Pereira de Oliveira	6:481\$072	120\$000	2:672\$000
1876-1877	Antonia Maria Santiago	4:762\$000	205\$000	1:853\$000
1863-1880	Clemência Maria de Jesus	6:292\$000	625\$000	1:665\$000
1881-1882	Adelaide Marcelina Ribeiro	2:800\$000	680\$000	1:960\$000

Fonte: AFJM: Inventários de 1855 a 1884.

Desse panorama observado pela descrição da Tabela IV, em alguns casos há uma inversão, na partilha amigável dos bens do Cel. Joaquim Fernandes Ribeiro em que beneficiava Rachel Fernandes Ribeiro apontou para uma composição de fortuna, onde os bens de raiz são preponderantes, compunha ao lado das dívidas ativas as principais parcelas do monte-mor, de um total de 49:425\$840, 6:720\$000 eram semoventes¹⁰⁵, 18:050\$000 bens de raiz e 24:600\$340 eram de dívidas ativas.¹⁰⁶

¹⁰² ARAÚJO, Emerson Pinto. *Capítulos da História de Jequié*. Salvador: EGBA, 1997, p. 52.

¹⁰³ SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo: Aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Nacional, 1956. p. 211.

¹⁰⁴ AFMJ: Caixa de Diversos - Inventário de Porfíria de Oliveira Freitas, 1877-1879.

¹⁰⁵ Semovente é usado aqui somente referente ao gado vacum, cavalari e muar.

¹⁰⁶ AFMJ: Caixa de Diversos - Partilha amigável dos bens do Cel. Joaquim Fernandes Ribeiro, 1894.

Em outros casos, chega a ser irrisório o valor dos semoventes, se comparado com os bens de raiz. Anna Angélica dos Santos Silva, que faleceu em março de 1902, deixou um monte-mor de 15:473\$000, sendo apenas 925\$000 de semoventes para um total de 5:800\$000 de bens de raiz. Esses dados apontam para uma realidade em que a atividade econômica desenvolvida pela viúva não estava diretamente relacionada com a agricultura já que a posse do gado era menor em relação aos outros fazendeiros.

Ainda em se tratando da composição das fortunas, as dívidas ativas se apresentam como um dos elementos presentes, principalmente nos inventários a partir de 10:0000\$000, apontando para a perspectiva de uma atividade de crédito recorrente na sociedade e economia do Sertão da Ressaca, levando-se em consideração também o alto índice de dívidas passivas, tema esse que não iremos abordar por não ser objeto desse estudo.

TABELA V
 RELAÇÃO DOS INVENTÁRIOS COM MAIORES DÍVIDAS ATIVAS E
 DINHEIRO

INVENTARIADA	MONTE-MOR	DÍVIDAS ATIVAS	DINHEIRO
M ^a Clemência do Amor Divino	135:843\$000	13:590\$650	43:321\$150
Rachel Fernandes Ribeiro	49:425\$840	24:600\$340	-
Jacintha Maria da Conceição	44:877\$000	16:159\$000	4:137\$000
Rosa Maria de Jesus	36:564\$722	5:479\$000	-
Sophia Maria de Oliveira	33:059\$600	2:285\$000	1:840\$000
Ana Senhorinha de Jesus	20:772\$340		90\$000
Cordulina Maria da Graça	20:592\$833	1:872\$000	-
Anna Angélica dos Santos Silva	15:473\$000	6:600\$000	-
Maria da Paixão de Jesus	11:457\$780	2:247\$000	-
Anna da Exaltação da Santa Cruz	10:717\$900	-	500\$000
Júlia Rosa de Souza	10:176\$000	2:400\$000	-
Senhorinha N. Fernandes Ribeiro	8:362\$347	3:000\$000	1:091\$000
Januária de Souza Borges	3:813\$500	1:380\$000	-
Anna Joaquina do Nascimento			151:800
Maria Antonia de Carvalho			75\$000

Fonte: AFJM: Inventários de 1848 a 1884.

Muitas das mulheres analisadas aparecem como grandes credoras, que agregava a esta atividade a administração dos variados bens, como suas terras, a produção, a criação de animais e o comércio, por vezes, as dívidas ativas eram responsáveis por quase metade do monte-mor, como é o caso de Rachel Fernandes Oliveira.

No que tange a análise dessas inventariadas como credoras, o caso de Rachel Fernandes Ribeiro é bastante elucidativo, viúva do Cel. Joaquim Fernandes Ribeiro¹⁰⁷, que deixou um monte-mor de 49:425\$840, herdou os seguintes bens:

Um engenho movido a água
Um alambique
Uma casa de morada na fazenda Paraíso
Uma roça plantada de capim
Uma parte na casa da praça da matriz da Cidade de Conquista
As terras da fazenda Jibóia
Terras no Riacho da Bananeira
Uma parte das terras na fazenda Mundo Nôvo
Cem bois boiadeiros
Vinte cabeças de gado vacum
Quatro burros velhos
Uma dívida por letra de José Fernandes de Oliveira de 1:680\$000
Uma dívida por letra de Jesuíno Fernandes de Oliveira de 1:575\$000
Uma dívida por letra de Luiz Fernandes de Oliveira de 396\$340
Uma dívida por letra de Francisco José dos Santos de 15:000\$000¹⁰⁸

De acordo com a relação dos bens acima, como em quase todos os inventários, podemos observar que construções de benfeitorias dentro das propriedades eram necessárias para aumentar a produção, mas, também, eram elementos que culminavam no aumento da fortuna, desse modo, as propriedades e as construções estavam associadas, também, a obtenção de prestígio e poder.

Nota-se, ainda, que a maior parte da meação da viúva fora composta de dívidas ativas, a exemplo da viúva Anna Angélica dos Santos Silva, que ao morrer em março de 1902, deixara entre os bens a serem partilhados pelos seus doze filhos, 6:600\$000 de dívidas ativas, o maior valor dos itens que compunham o monte-mor¹⁰⁹.

Podemos concluir com estes índices apontados na Tabela IV, que as mulheres preferiam investir riquezas emprestando dinheiro a outros, pois tinham a esperança de fazerem um bom negócio, uma vez que no ato da partilha do inventário, parte do monte-mor era reservado para pagar as dívidas. Outra incidência do alto valor das dívidas ativas é a comercialização da produção da fazenda a crédito. Era comum a negociação ser a crédito pela falta de circulação da moeda. Nesse caso, o crédito era usado para quase tudo, sendo considerado assim, uma moeda invisível e constituía um dos componentes da riqueza ao mesmo tempo em que manteve um vínculo de dependência¹¹⁰.

¹⁰⁷ Vejam-se as relações do Coronel com a conformação política regional.

¹⁰⁸ AFJM: Caixa de Inventários - Partilha amigável dos bens do Cel. Joaquim Fernandes Ribeiro, 1894-1895.

¹⁰⁹ AFJM: Caixa de Inventários - Inventário de Anna Angélica dos Santos Silva, 1900-1904.

¹¹⁰ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)* São Paulo: USP, 1998, (Tese de Doutorado).

Com uma incidência bem menor nos inventários aparece o papel moeda, por ser o dinheiro um item de pouca circulação e a composição das riquezas para o período estar centrada, muito mais, em propriedades e animais que movimentavam a economia local e, também, boa parte da economia baiana.

Segundo Sheyla Farias Silva, devido a falta da circulação de dinheiro no mercado, o capital usurário estava presente no comércio por meio de empréstimos ou de crédito por compras que ultrapassavam os limites geográficos das cidades, formando, inclusive, cadeias de endividamento¹¹¹. Assim, o dinheiro, de pouca circulação no período, era um bem restrito aos mais afortunados.

Mesmo sendo o dinheiro de pouca circulação, o crédito era uma atividade muito praticada no Sertão da Ressaca, na grande maioria dos inventários estudados consta sempre a relação de dívidas ativas e dívidas passivas na composição das fortunas arroladas, apontando desse modo para a prevalência da atividade creditícia, independente do espólio e da atividade econômica exercida, mantendo um regime de vínculos e dependências entre os cidadãos, e como afirma Idelma Novais,

No século XIX como no período colonial a ausência de um sistema de crédito oficial possibilitou a formação de redes de empréstimos pessoais. No caso do Sertão da Ressaca, as transações comerciais e de crédito eram pessoais e diretas, uma vez que os bancos estavam distantes, usando sempre a nota promissória ou apenas uma anotação numa folha de papel comum, assinada, atestando a realização do empréstimo ou do negócio, pois a manutenção das fortunas rurais, mais prestigiadas, não era possível sem crédito.¹¹²

O crédito era imprescindível para o desenvolvimento das atividades econômicas no período aqui estudado, pois era efetuado de diversas formas e para os variados fins, desde a realização das lavouras até a compra na venda da vila.

2.1. A ADMINISTRAÇÃO DAS FORTUNAS

A análise dos inventários post-mortem dessas mulheres suscitou inúmeras indagações, principalmente no que diz respeito à administração do espólio, como elas geriram esses recursos durante o período de viuvez, se conseguiram aumentar ou diminuir o monte-mor recebido. A relação das mulheres com a administração dos bens vem

¹¹¹ SILVA, Sheyla, Farias. Nas *Teias da Fortuna: Homens de Negócios na Estância Oitocentista (1820-1888)*. Salvador: UFBA, 2005. (Dissertação de Mestrado)

¹¹² NOVAIS, 2008, Op. Cit. p. 124.

elucidar aspectos importantes da própria dinâmica econômica do Sertão da Ressaca, onde, muitas vezes, os bens que compunham o espólio sofriam variações de preços do período em que fora relacionados nos autos de partilhas dos maridos para os das viúvas inventariadas, dessa forma a deflação de alguns bens resultava no decréscimo do monte-mor administrado por elas.

É o caso de Maria Thereza de Jesus¹¹³ viúva de Francisco Xavier Lacerda¹¹⁴, que recebera em 1871 a sua parte da meação no valor de 9:250\$000 e quando morreu em 1874, deixou um monte-mor de 8:994\$620. A diferença de 255\$380 entre a meação e monte-mor deixado não se deve a má administração dos bens por parte de Maria Thereza, mas pelo decréscimo no valor dos escravos, verificamos que nos autos da partilha entre os bens recebidos por Maria Thereza constavam seis escravos, no valor de 4:500\$000 que três anos mais tarde valiam apenas 3:800\$000, diferença esta que fora contrabalanceada pela oscilação dos preços dos demais bens que compunham todo o espólio.

Outro espólio que decresceu foi o de Anna Angélica dos Santos Silva, esposa do Tenente Manoel José dos Santos Silva, falecido em 1883, que herdou a quantia de 18:811\$304¹¹⁵, quatro escravos, uma casa de morar, alguns objetos em ouro e prata, e a maioria do monte-mor era de produtos comercializáveis, como fazendas, miudezas, drogas e molhados, já que o Tenente Manoel era um bem-sucedido comerciante na praça da Imperial Villa da Victória, e a atividade de comerciar fora deixada para o comando de sua esposa, conforme demonstrado pelos autos da partilha, à que Dona Anna Angélica recebeu:

A casa da loja no valor de 400\$000
Fazendas existentes na loja no valor de 4:058\$157
Nas miudezas no valor de 2:586\$028
Drogas existentes nas lojas no valor de 980\$051
Molhados no valor de 321\$319
Nas fazendas chegadas ultimamente no valor de 973\$262
A metade das dívidas por conta de rol no valor de 2:094\$635
Em dívidas por letra no valor de 3:165\$501¹¹⁶.

No entanto, ao analisarmos o inventário de Anna Angélica¹¹⁷ com o monte-mor de 15:473\$000 chama-nos atenção não só o fato de ter diminuído o espólio, como também o fato de não mais constar qualquer referência aos itens que compunham o montante de mercadorias negociadas pelo seu marido, Tenente Manoel, que por ela foram herdados. De

¹¹³ AFJM: Caixa de Diversos - Inventário de Maria Thereza de Jesus, 1898-1899.

¹¹⁴ AFJM: Caixa de Inventários - Inventário de Francisco Xavier Lacerda, 1871-1874.

¹¹⁵ AFJM: Caixa de Inventários - Inventário do Tenente Manoel José dos Santos Silva, 1883.

¹¹⁶ AFJM: Caixa de Inventários - Inventário do Tenente Manoel José dos Santos Silva, 1883.

¹¹⁷ AFJM: Caixa de Inventários - Inventário de Anna Angélica dos Santos Silva, 1902.

início esta informação, leva-nos a constatar que decorridos dezenove anos da morte do tenente até a de D. Anna Angélica, a atividade comercial não tenha sido exercida por ela, possivelmente ela tenha investido em outras atividades como a aquisição de alguns imóveis, já que dentre os bens inventariados constam uma casa no valor de 1:452\$000, uma casa sita a rua da matriz da Cidade da Conquista e também as partes de uma casa que a inventariada comprou ao Cel. Antonio Ferraz de Araújo Catão, Ricardo Ferraz de Araújo e outros, possivelmente herdeiros, que negociaram o referido imóvel¹¹⁸.

A análise dos documentos disponíveis não possibilitou quaisquer outras conclusões acerca das atividades desenvolvidas por Anna Angélica, provavelmente tenha designado a um de seus filhos para dar continuidade a atividade comercial há muito praticada pela família, já que o considerável quinhão de 8:918\$817 do total do monte-mor herdado pela falecida era de mercadorias anteriormente listadas.

Interessante é o caso de Francisca Victória do Sacramento, viúva de Tibúrcio da Silva Lemos, que morreu em 1870, recebeu pela sua meação 6:022\$500 e deixou um monte-mor partível de 96\$000¹¹⁹. A herança constituída de mais de cento e cinquenta cabeças de gado cavalariço, vacas, muar e ovinos, equipamentos como roda de fiar, prensa e forno para fazer farinha, além de 181\$900 em dívidas ativas e 155\$700 em dinheiro existente na mão do Capitão Manoel Fernandes de Oliveira¹²⁰.

A fortuna fora dilapidada ao ponto de ser necessário vender alguns bens para pagar as despesas com o funeral, refletindo um quadro bem característico das dificuldades enfrentadas por parte da população baiana a partir da segunda metade do século XIX, qualificado por Katia Mattoso como uma população de “ricos” endividados que, às vezes, era preciso tomar emprestado para comprar alimentos e, muitas vezes, constavam nos inventários documentos nos quais os herdeiros expressavam sua indignação frente aos bens que achavam ser mais valiosos¹²¹, ou como no caso acima, onde do monte-mor de 347\$900, 218\$500 foram destinados para pagar as custas do funeral e dívidas passivas.

Em outros inventários, como o de Antonia Maria da Natividade¹²², falecida em 1895, sem testamento e por não ter filhos deixou como herdeiros seus cinco irmãos, no entanto, como um monte-mor modesto, constam vários termos de desistência dos herdeiros do quinhão que lhes era de direito para pagar as dívidas deixadas.

¹¹⁸ AFJM: Caixa de Inventários - Inventário de Anna Angélica dos Santos Silva, 1902.

¹¹⁹ AFJM: Caixa de Diversos - Inventário de Francisca Victória do Sacramento, 1888 a 1889.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ MATTOSO, 2004, Op. Cit., p. 314.

¹²² AFJM: Caixa de Diversos - Arrolamento dos bens de Antonia Maria da Natividade, 1890-1896.

Por outro lado, muitas mulheres conseguiram administrar o espólio recebido de modo a ampliar o seu valor. Sob o prisma da ausência do homem, a mulher se revelava gestora e empreendedora de sua herança, ampliando sua fortuna. Segundo Eni de Mesquita Samara, desde o final do século XVII e início do XIX, mulheres chefes de famílias atuavam como trabalhadoras, mediadoras e intermediárias nas atividades de comércio e negócios¹²³.

Assim, percebemos que no Sertão da Ressaca no século XIX a mulher se apresenta como uma pessoa decidida, capaz de gerenciar os seus negócios, administrar e sustentar a família. Segundo Idelma Novais, as mulheres que recorriam a justiça sempre que eram prejudicadas, eram obrigadas a se apresentar amparadas pela figura masculina, na qualidade de fiador, tutor ou procurador, porém, “essas mulheres eram responsáveis diretas pela administração da casa, da administração da sua herança e da criação dos filhos. O fiador só aparecia para garantir uma exigência da lei”¹²⁴. Caso que não ocorria somente no Sertão da Ressaca e Brasil.

Para a história colonial da América e no tocante à História das Mulheres, muitas vezes nos deparamos com dificuldades na identificação das fontes, posto que essas mulheres não fossem documentadas, estavam sempre representadas pelo homem, seja na condição de marido, procurador ou tutor.

Lãs mujeres ricas y com prestigio social, heredado de su tronco familiar, pudieron armonizar el papel de guardianas de la reproducción biológica y cultural con un activo papel en las esferas públicas, casi siempre con la mediación de un representante varón, como era entonces estipulado por la ley¹²⁵.

No caso da mulher contar com um administrador de confiança para realizar as tarefas mais pesadas com a lavoura e a criação de animais, não tira dela o ônus de trabalhar para gerir sua própria herança. Joana Belizária, exemplo de gestoras de sucesso, faleceu sem deixar herdeiros descendentes nem ascendentes, apenas irmãos e sobrinhos qualificados como herdeiros habilitados, como a maioria dos irmãos também eram falecidos, passaram a ser representados pelos filhos, daí constar no inventário um número

¹²³ SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres das Américas: Um repasse pela Historiografia Latino-Americana Recente. In.: *Américas, Américas*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUP/Marco Zero, vol. 11, nº 21, setembro, 90/fevereiro, 91. p. 230.

¹²⁴ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. Mulher, Família e Negócio: O papel da mulher no Sertão da Ressaca. *Anais da ANPUH*. São Leopoldo: ANPUH. 2007.

¹²⁵ BELTRÁN, Clara Lopez. *Alianzas Familiares. Elite, Género y negocios em La Paz, Século XVII*. La Paz: Institutos de Estudios Peruanos. Ano: 1998. p. 138.

considerável de justificações e petições de sobrinhos requerendo sua parte na herança de modo à incluí-los aos títulos de herdeiros.

Todas essas solicitações eram para usufruir do monte-mor de 4:887\$300, constituído principalmente por semoventes, imóveis e dívidas ativas¹²⁶, desse total, 3:491\$000 era a meação a que teve direito quando do falecimento de seu esposo, Capitão Sérgio Balbino Lopes,¹²⁷ o restante foi amealhado por Joana durante o período que administrou seus próprios recursos.

As informações depuradas do inventário nos leva à conclusão de que ela conseguira administrar o espólio de modo a aumentá-lo, a sua condição de viúva e sozinha, já que não ter filhos, não fora empecilho para gerir a herança recebida, observamos que por ocasião da morte do Capitão Sérgio Balbino Lopes constava o montante de 1:906\$965 de dívidas passivas que foram liquidadas no período em que inventariou os bens do referido Capitão e nenhum valor em dívidas ativas¹²⁸, já Joana Belizária deixou a quantia de 1:160\$000 só de dívidas ativas e nenhum valor em dívidas passivas, demonstrando que a atividade creditícia era praticada por ela na sociedade do Sertão da Ressaca, além de adquirir, ao longo desse período, algumas partes de terras, como:

Uma parte de terras em commum na Fazenda do Salobro comprada pela quantia de 2\$000 e avaliada pela quantia de 20\$000;
Uma parte de terras na Fazenda do Verruga, comprada por 10\$000 e avaliada pela quantia de 20\$000;
Uma parte de terras comprada na Fazenda Jibóia pela quantia de 20\$000;
Uma pequena roça plantada de mandioca na Fazenda dos Algodões pela quantia de 20\$000;
Uma manga cercada, plantada de gramma, com um tanque pela quantia de 100\$000.¹²⁹

Considerando o monte-mor que ela recebeu quando da meação e o valor por ela deixado, observamos que ela conseguiu quase que triplicar o espólio, diversificando as atividades econômicas, que além de pequena proprietária rural era também credora, investindo na aquisição de alguns bens de raiz.

Outra inventariada que conseguiu aumentar seus bens foi Senhorinha Nunes Fernandes Ribeiro, falecida em 1887 deixando um monte-mor de 8:362\$347¹³⁰. Viúva do Tenente José Nunes Bahiense, herdou a quantia de 1:903\$985¹³¹. No testamento e

¹²⁶ AFJM: Caixa de Diversos - Inventário de Joana Belizária de Jesus, 1890-1899.

¹²⁷ AFJM: Caixa de Inventários - Inventário do Capitão Sérgio Balbino Lopes, 1881-1882.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ AFJM: Caixa de Diversos - Inventário de Joana Belizária de Jesus, 1890-1899.

¹³⁰ AFJM: Caixa de Inventários - Inventário de Senhorinha Nunes Fernandes Ribeiro, 1887.

¹³¹ AFJM: Caixa de Diversos - Inventário do Tenente José Nunes Bahiense, 1877-1879.

inventário do referido Tenente, não fica evidente quais bens compunham o quinhão herdado por Senhorinha, o que apreendemos é que o sistema de partilha adotado nesse caso não foi o da meação, já que o monte-mor foi dividido em quatro partes iguais, para cada um dos três filhos e para a viúva, que, segundo consta no testamento, declara-a como sua legítima testamenteira e ficará ela deposta dessa condição caso contraía segundas núpcias e como também perderiam seu meio soldo à que ela tem direito, devido a patente do seu marido,¹³² condição imposta a maioria das viúvas.

Mesmo sem a descrição dos bens herdados, a análise do inventário de Senhorinha aponta para o sucesso na administração da pequena fortuna que herdara, não só pela multiplicação do monte-mor¹³³, como também pelo fato de ter crescido outras atividades econômicas as já desempenhadas por ela, a exemplo do crédito, pois nos valores arrolados aproximadamente 3:000\$000 eram de dívidas ativas, além de possuir dinheiro na Thesouraria da Fazenda da Bahia, a quantia de 950:000 provenientes da venda de alguns escravos¹³⁴ e 141:000 do meio soldo a que ela tinha direito¹³⁵, o que não deixa de ser relevante a constatar, já que poucos são os inventários em que aparece dinheiro relacionado nos bens à inventariar, principalmente no que se refere em poupar, uma prática pouco recorrente no Sertão da Ressaca.

Segundo Sheyla Faria Silva muitos fazendeiros de Estância, em Sergipe, a partir de 1850, passaram a aplicar seus rendimentos em outros bens como em aquisições de apólices e, até mesmo, empréstimos. Afirma ainda, essa autora, que as mulheres de Estância, em Sergipe, “que viviam dos negócios investiam maiores valores no entesouramento do bem dinheiro, quer seja na aquisição de apólices ou depósitos bancários”¹³⁶.

Num curto espaço de tempo, aproximadamente três anos, o espólio de Cordulina Maria da Graça, herdado de seu marido Marcos Ferreira de Campos aumentou em mais de três contos. Cordulina não deixou nenhum herdeiro ascendente nem descendente, apenas herdeiros colaterais. Durante o processo do inventário Apolinário Ferreira Campos Meira e outros parentes de D. Cordulina entraram com uma petição requerendo o direito à herança, foram ouvidas várias testemunhas que atestam o parentesco com a falecida, Apolinário então, assumiu a condição de inventariante.

¹³² AFJM: Caixa de Diversos - Testamento do Tenente José Nunes Bahiense, 1877-1879.

¹³³ Decorridos 10 dez anos, Senhorinha acrescentou a quantia de 6:458\$362 ao monte-mor que havia recebido quando da morte de seu marido, o Tenente José Nunes Bahiense.

¹³⁴ AFJM: Caixa de Inventários - Inventário de Senhorinha Nunes Fernandes Ribeiro, 1887.

¹³⁵ Valor proveniente do meio soldo a que ela tinha direito, contado de 01/07/1886 a 22/01/1887.

¹³⁶ SILVA, Op. Cit. 2005, p. 87 e 92.

Quando da análise do inventário, observamos que ela herdara escravos, bens de raiz e muitas cabeças de gado deixados por seu marido, chamou-nos a atenção o alto valor de dívidas passivas contraídas, já que no inventário de Marcos Ferreira Campos constava apenas 358\$853¹³⁷ que foram liquidadas no período em que fora feito seu inventário, no entanto, Cordulina tinha mais de 3:366\$000 só de dívidas passivas. Investigando a origem de tais dívidas, constatamos que quase metade do valor era referente a dividendos por serviços prestados pelo Sr. Apolinário Ferreira Campos Meira:

Declarou mais que o casal inventariado, deve à elle inventariante, treis annos que prestou como administrador e encarregado de todos os seus negócios, quer públicos como particulares a quantia de um conto e quinhentos réis.¹³⁸

Ainda se tratando das dívidas, constava também no inventário, uma letra no valor de 1:866\$000 que Cordulina devia a Cassiano Fernandes de Oliveira. A letra foi cobrada por Thereza Fernandes de Oliveira, viúva do credor, que em petição “alegava que por demora em terminar o processo do inventário alguns dos herdeiros estão dilapidando a herança além de seu recurso está paralisado”¹³⁹. Aqui se evidencia outra mulher tratando de negócios com outra mulher, não carecendo de intermediários para gerir sua vida material.

Mesmo diante dessas dívidas, o monte-mor que a falecida intestada D. Cordulina deixou, foi acrescido em mais de 3:000\$000, principalmente pela aquisição de várias cabeças de gado e alguns bens de raiz, reiterando a assertiva de que a principal atividade por ela desempenhada foi a de proprietária rural, já que as mercadorias da loja que seu marido negociava na praça da Villa da Victoria foram destinadas a meação do inventariado.

A inserção das mulheres na dinâmica econômica do Sertão da Ressaca destacava-se principalmente nas atividades vinculadas à propriedade rural, seja como fazendeiras que geriam seus próprios bens ou, até mesmo, quando administrados por terceiros, na maioria das vezes pertencentes à própria família.

No que diz respeito à atividade comercial, dentre todos os inventários analisados, observamos que mesmo quando o marido era comerciante na praça e herdando as mercadorias por ele deixadas, quando da análise dos inventários dessas viúvas não mais

¹³⁷ AFJM: Caixa de Diversos - Inventário de Marcos Ferreira Campos, 1877-1879.

¹³⁸ AFJM: Caixa de Inventários - Inventário de Cordulina Maria da Graça, 1881-1882.

¹³⁹ Idem.

constavam qualquer referência as mercadorias que ora foram negociadas, o que nos leva a concluir que, muitas preferiam destinar o comando dessa atividade para outrem.

Partindo de uma análise documental, inferimos alguns inventários de comerciantes partindo do modelo proposto por Kátia Mattoso em seu estudo sobre a riqueza dos baianos no século XIX, onde ela qualifica como comerciantes todos aqueles que praticam a arte de negociar, desde o grande negociante que negocia com o exterior até mesmo o pequeno taberneiro¹⁴⁰, partindo desse pressuposto, abordamos o caso da comerciante Viúva Neves e Maria Ribeiro.

Mesmo diante da pouca incidência de mulheres comerciantes, alguns relatos nos chamam a atenção, como é o caso de Maria Ribeiro¹⁴¹, crioula, morreu no estado de solteira, sem deixar ascendentes ou descendentes, sendo os bens do seu espólio arrecadados como de ausentes. Dentre os bens relacionados no monte-mor da pequena importância de 200\$000, estavam dezenove garrações, alguns vazios outros cheios de aguardentes, e uma petição do Tenente Joaquim Fernandes Ribeiro, que requeria o seguinte:

Diz o Tenente Joaquim Fernandes Ribeiro que sob a guarda da crioula Maria Ribeiro se achavão 19 garrações de vasios que o suplicante lhe mandava dar por deposito de cachaça que mandava entregar-lhe para vender, d'estes garrações forão cheios de cachaça ultimamente e ficarão a entrega da mesma Maria Ribeiro, poucos dias antes de seu falecimento, 15 garrações para vender a 5\$000 cada um¹⁴².

A análise dos autos revela a possibilidade de Maria Ribeiro ser uma pequena comerciante de cachaça, como tantos outros exemplos suscitados pela historiografia, na qual os libertos ou mesmo escravos dedicavam a atividade comercial, nas praças das vilas, com os seus tabuleiros vendendo os mais diferentes gêneros e contribuindo significativamente para a dinâmica econômica de diversos centros comerciais da Bahia e do Brasil. Nesse caso específico, a documentação aponta para uma situação em que, o comércio em questão, a venda de aguardente, era praticada por Maria Ribeiro em favor de terceiros, ela era apenas encarregada de negociar,

¹⁴⁰ Nesse estudo Kátia Mattoso analisa a estrutura social da Cidade de Salvador do século XIX, através da reestruturação e revisitando o esquema proposto por Vilhena, onde ela arrola nessa rubrica de comerciantes a vendedeira de farinha, o atravessador de gêneros, o comerciante de escravos, os donos de vendas e de armazéns, os comerciantes de madeira, os comerciantes de tecidos, as taberneiras, os negociantes matriculados e os comerciantes de couro. MATTOSO, 2004, Op. Cit., p.221-222.

¹⁴¹ AFJM: Caixa de Inventários - Autos de arrecadação dos bens de Maria Ribeiro, 1880-1889.

¹⁴² AFJM: Caixa de Inventários - Autos de arrecadação dos bens de Maria Ribeiro, 1880-1889.

Que a mesma ficou devendo ao supplicante a quantia de 75\$000, sendo 50\$000 de dinheiro de empréstimo e 25\$000 proveniente de 5 garrações de cachaça, que dispõe a razão de 5\$000 cada um, como encarregada pelo Tenente Joaquim para vender tal gênero.¹⁴³

Não obstante, é relevante ressaltarmos que, de qualquer forma, este fora o meio encontrado por ela para inserir-se economicamente e dessa pequena vendagem tirar o seu sustento, já que dentre os bens relacionados nos autos tinham apenas poucos móveis e a casa em que ela morava, segundo consta em petição do Tenente Joaquim Fernandes Ribeiro, esta propriedade lhe pertencia e Maria Ribeiro vivia de favores.

Ainda se tratando de mulheres comerciantes, são poucos os relatos para o período estudado, a maioria das casas comerciais existentes na Villa da Vitória era liderada por homens, o que não nos permite, no entanto, refutar a presença feminina nesta atividade, a exemplo da Viúva Neves e Irmãos, que comerciava diversos produtos como fazendas, máquinas de costuras, chapéus enfeitados e muitas outras miudezas, eram prósperos comerciantes da Vila da Victória, que durante anos ofereceram à sociedade local os mais variados produtos, muitos deles adquiridos na capital da província¹⁴⁴.

O fato de ter o termo viúva atrelado ao nome da casa comercial, era uma prática muito comum na época, provavelmente o marido tenha sido o pioneiro na atividade comercial e herdando este negócio, sua condição de viúva é que passava a identificar a nova loja. Analisando o Almanack Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia dos anos de 1854 a 1856, constatamos que das trinta lojas ali relacionadas como de propriedades de mulheres seis eram identificadas como de viúvas¹⁴⁵.

A Viúva Neves e Irmãos era uma casa comercial de destaque na Vila da Victória, que disponibilizava à seus clientes mais de cento e noventa e cinco itens, mercadorias das mais diversas, o que demonstra que a região, mesmo distante da capital, era abastecida de mercadorias de diversas utilidades, a maioria importadas, como os chales franceses, e destinadas as consumidoras femininas, e mais:

77 peças de madraço dos mais variados tipos;
43 peças 85 cent. De madraço;

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ AFJM: Caixa de Diversos - Execução Comercial da Viúva Neves, 1890-1899, nº 24.

¹⁴⁵ APEB: Filme nº 37 - Almanack Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia, 1854 a 1856. Muitas destas lojas apareciam assim relacionadas: - Loja de Fazendas: Viúva Azevedo e filhos, Rua Direita do Commercio, 36; - Armazens Alfandegados: Viúva Guilhermina e filhos, Caes Dourado, 4; - Botequins e refrescos: Viúva Lima, Botequim Flôr, Terreiro, 39; Hotéis e Casas de Pastos: Viúva Rolando, Hotel das Nações; - Artes e Ofícios/armadores de Igreja: Viúva de Marcelino dos Santos Lima, Baixa dos Sapateiros, entre outros.

35 peças 80 cent. De madraço;
44 peças 70 cent. Algodão;
12 metros de 30 cent. De algodão;
18 metros de 80 cent. De algodão;
11 metros de 85 cent. De algodão;
28 metros de 50 cent. De algodão;
58 pessos de algodão;
99 retalles de algodão;
50 retalles de gasimire;
50 retalles de murinó;
603 metros de chita em retalhos maiores e menores;
1 peça de chita francesa nº 21578;
222 metros de chitas variadas;
1 peça de chita Damião;
50 fardas de musseline branca;
4 challes francezes 12/4;
7 cortes de calça casineta;
7 metros de sedam;
6 chapéos pretos para meninos;
1 chapéo preto ordinário;
5 chapéos enfeitados para mulher;
15 chapéos de sol ordinários;
12 feixaduras de broca;
2 pezos de ferro de 15 e 12 kilos;
9 escovas para dentes;
2 dúzias de talheres cabo de prata para mesa;
1 vidro com um pouco de sulphato;
3 gravatas de senhores e hommens;
1 par de botinas;
5 pares de meias para meninos;
1 maço de alfinetes;
1 masso de anzóis;
8 1/2 dúzias c. corda de viola;
16 pentes de prender cabelos.¹⁴⁶

A execução comercial da Viúva Neves e Irmãos começou em 1889, quando Teixeira de Queirós e Companhia, negociantes matriculados na Bahia, requer junto ao Superior Tribunal da Relação o pagamento da quantia de 17:354\$707, importância de seus débitos pelas fazendas e miudezas vendidas à Viúva Neves e Irmãos, negociantes na Villa da Victória e representado pelo Sr. Mathias João da Silva Gusmão e Dona Maria do Rosário da Silva Neves¹⁴⁷.

No transcorrer da execução comercial, vários bens da firma Viúva Neves foram penhorados e levados à praça pública em pregão de bens e arrematação¹⁴⁸ para que depois de arrematados, o valor adquirido fosse utilizado para pagamento das dívidas aferidas com a firma Teixeira de Queirós e Companhia.

¹⁴⁶ AFJM: Caixa Diversos - Execução Comercial da Viúva Neves e irmãos, 1890-1899, nº 24.

¹⁴⁷ AFJM: Caixa Diversos - Execução Comercial da Viúva Neves e Irmãos, 1890-1899, nº 24.

¹⁴⁸ AFJM: Caixa Diversos - Execução Comercial da Viúva Neves e Irmãos, 1890-1899, nº 24, p. 202.

Entre os bens penhorados, haviam alguns bens de raiz, imóveis, gados, além de letras e dívidas, demonstrando que a atividade comercial praticada durante muitos anos pela Viúva Neves foi rentável e proporcionou investir em outras atividades econômicas, possivelmente como criadores, devido a grande quantidade de mangas plantadas, conforme consta na descrição dos bens penhorados, em cumprimento ao mandato judicial,

Uma machina de sapateiro, quatro cavallos, um burro velho, duas vacas paridas, uma novilha de dois annos, a fazenda da barriguda com uma casa de morada, com uma manga cercada e plantada de bengo e gramma, com um tanque e um canavial, uma manga no lugar denominado Jaboação com uma manga cercada e plantada de bengo e gramma, uma manga no lugar denominado Campinhos, plantada de bengo, partes de terras da Fazenda da Filicia, da dos Campinhos e da Choça, uma casa de morada, cita a praça da Matriz desta Villa [...] tendo uma armação de venda [...] tendo um bom quintal amurado sob numero nove, uma casa de morar, numero seis cita à rua do Visconde – Rio Branco, antiga do Espinheiro, com uma contígua a esta, cita na mesma rua com uma armação de loja com algumas peças de fazendas e meudezas, uma casa também contígua à esta, também de morada [...] e uma casa de morada [...] sendo todas essas casas contiguas, cercadas por um bom muro e mais letras e dívidas no valor de cinco contos e seiscentos e vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e sete e finalmente uma manga n'esta Villa, cercada e plantada de capim [...]¹⁴⁹.

O relato de parte dos bens da Viúva Neves, a maioria de casas e mangas plantadas, aponta para a perspectiva de uma diversificação das atividades econômicas que estava diretamente vinculada a própria dinamização da economia da Villa da Victória, de modo que os prósperos comerciantes eram também aqueles que compunham a categoria dos principais proprietários rurais da Vila, além de constatarmos a presença feminina, já que a firma Viúva Neves e Irmãos era composta por Maria do Rosário da Silva Neves e seu irmão Mathias João da Silva Gusmão, sócio-gerente da firma. Quando do processo da execução comercial por diversas vezes tendo que ir á Salvador, para representar a firma, a loja ficara sob a responsabilidade de Maria do Rosário, o que demonstra que a administração da referida firma era compartilhada por ambos.

Ainda se tratando da administração dos bens por parte das viúvas, outro aspecto que nos chama a atenção é quanto ao patrimônio dos filhos menores. Foi recorrente na documentação analisada vários “extratos de tutelas”, presentes nos inventários quando da morte do marido, ficando a viúva na administração do patrimônio dos filhos menores, como tutora, devia ainda prestar contas ao juiz competente, demonstrando zelo no

¹⁴⁹ AFJM: Caixa de Diversos - Execução Comercial da Viúva Neves e Irmãos, 1890-1899, nº 24, p.33 e 34.

cumprimento desse dever, ao lado de um comportamento honesto e respeitoso para com a memória do marido¹⁵⁰.

É o caso da autuação de petição para arrolamento dos bens de Carolina Vieira Nunes, onde Joaquim Ribeiro de Queirós requer a tutela do menor Manoel, seu neto, alegando que a referida viúva de seu filho Roque Ribeiro de Queiros, passou-se a segundas núpcias com Manoel Ignácio Vieira e estava dilapidando os poucos bens deixados, o pequeno espólio de 403:000¹⁵¹. Nesse caso específico, a alegação recai não só em relação a administração dos bens, mas, principalmente, pelo comportamento por ela assumido a partir das segundas núpcias, sendo sob esta ótica avaliada como incapaz de criar o filho, o que endossa a solicitação da tutela por parte do avô.

Na ausência do dinheiro as propriedades eram dispostas pelas viúvas para suprir as despesas com a criação dos filhos menores, e mesmo em casos de saúde, era preciso requerer ao juiz autorização para a venda dos bens, justificando a necessidade do usufruto dos recursos depositados em favor dos herdeiros.

Virgínia Emerentima Ribeiro, viúva do alferes Álvaro Antonio Ribeiro, tendo ficado filhos menores sob sua tutela, por, diversas vezes, encaminhou processo peticionário, solicitando autorização para dispor da venda de uma casa e de alguns dos bens de seus filhos menores para realizar tratamento de saúde do menor José Ribeiro¹⁵². Mesmo para tão urgente causa, era necessário que a venda dos bens, bem como a disponibilidade dos recursos provenientes das vendas, fossem deferidas por ordem judicial, não podendo a viúva dispor da herança sem autorização prévia.

Segundo Eni Samara, pela legislação vigente no Império, e como demonstra no caso em análise nos anos iniciais da república, quando houvesse filhos menores, a partilha fazia-se sob a jurisdição dos tribunais competentes, neste caso, o juiz de órfãos era a pessoa constituída por autoridade para fazer os inventários e partilhas em que interessam pessoas incapazes de administrar seus bens.¹⁵³

¹⁵⁰ MESQUITA, Eni de Samara. *As Mulheres, o Poder e a Família – São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989 p. 151.

¹⁵¹ AFJM: Caixa Diversos - Petição de Joaquim Ribeiro de Queirós contra Carolina Vieira Nunes, 1896.

¹⁵² AFJM: Caixa de Inventários - Inventário do Alferes Álvaro Antonio Ribeiro, 1895.

¹⁵³ SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.p. 151.

2.2. OBJETOS, VESTIMENTAS E FUNERAIS: Uma apreensão do gênero na sociedade da Ressaca

Os inventários como objetos de estudo, suscitam inúmeras possibilidades de análise, desde os aspectos econômicos quando observamos através da composição dos bens arrolados, a atividade econômica preponderante e a distribuição da riqueza, como também conotações específicas por gênero e classe social quando analisamos aspectos da cotidianidade por meio dos objetos religiosos como terços, rosários, imagens de santo, roupas e adornos, além das despesas mais presentes como as relativas ao funeral.

Nesse sentido, nos propomos a analisar a incidência desses objetos nos inventários estudados, com o objetivo de melhor compreendermos o universo dessas mulheres no que diz respeito a suas vivências. Ao analisar o inventário de Maria Cristina de Oliveira, que morava sozinha e não deixou herdeiros para o seu pouco patrimônio de 949\$240 reis, e pelos bens que deixou revelou “um estilo de vida bastante afinado com o que se pode considerar de moderno na época”¹⁵⁴. Maria Antonieta Miguel afirma que no cotidiano das mulheres da Imperial Vila da Vitória se observa uma presença de jóias e roupas de tecidos importados e outros adornos, evidenciando uma vida de luxo.

A maioria dos inventários analisados fica evidente a presença de ouro, prata e muitos objetos religiosos como terços, rosários, imagens de santos. Anna Joaquina do Nascimento¹⁵⁵, tendo falecido sem deixar herdeiros presentes, consta entre os bens inventariados, uma relação de itens bastante diversificados, desde produtos religiosos, utensílios de comércio e muitas roupas e adornos. Nesse caso específico, o capitão Paulino Fernandes de Oliveira recorreu à justiça por meio de uma justificação para provar que diversos bens arrolados como espólio da falecida Anna Joaquina do Nascimento são de sua propriedade e de seu domínio¹⁵⁶, requerendo que os bens arrolados e justificados sejam entregue á ele, “a exceção das ropas que condigna ao sexo da falecida”¹⁵⁷, a relação das roupas e adornos, demonstra um traço de luxo e ostentação por parte da inventariada.

Um roupão preto, um dito de brim, um cobertor de lam (papa), trez cobertores de chita, dois cortinados para cama, trez vestidos de lam, vinte e trez vestidos de

¹⁵⁴ MIGUEL, Antonieta. *Vida Material e Cotidiano: A Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA, 2000 (dissertação de Mestrado), p. 122.

¹⁵⁵ AFJM: Caixa de Diversos - Atuação de portaria para arrecadação dos bens deixados pelo falecimento de Anna Joaquina do Nascimento, 1889.

¹⁵⁶ AFJM: Caixa Diversos - Justificação do Capitão Paulino Fernandes de Oliveira, 1889.

¹⁵⁷ Idem

chita servidos, cinco ditas de dita novos, doze anagóas de madraço servidas, nove chalés sortidos, seis camizas de mulher servidas [...] doze cazaquinhos de lam servidos, dois pedaços de chita, ambos de sua qualidade, um resto de madraço em dois pedaços que regulão cinco metros [...], dez lenços sortidos [...], trez pares de meias para senhora, um lenço de seda, dois chapéus de sol para senhora, um véo branco velho [...]

O traço de luxo ora demonstrado no inventário de Anna Joaquina não era muito comum entre as mulheres analisadas, ao contrário dos objetos religiosos que eram arrolados em praticamente todos os inventários com um monte-mor a partir de 2:000\$000, como Anna Maria Novaes, que entre os bens dispunha de 44 contas de ouro, no valor de 11\$000 e um rosário com Padre Nosso de ouro e uma cruz no valor de 6\$000.¹⁵⁸

Outros apresentavam na relação dos bens além de muitos rosários, imagens de santos e partes do seu corpo, numa demonstração de devoção e a importância imputada à religião entre as mulheres do Sertão da Ressaca,

como trez olhos de Santa Luzia com trez partes de ouro¹⁵⁹, um rosário com Padre Nosso com cruz de ouro, um dito com dezesseis Padre Nosso, cruz e olhos de Santa Luzia¹⁶⁰, hum rosário de Padre Nosso e uma cruz de ouro, um dito com quinze Padre Nossos pequenos e uma cruzinha¹⁶¹, um oratório pequeno de madeira envernizado dentro do qual contem um registro do Senhor Bom Jesus da Lapa, uma imagem de Cristo de Latão, uma dita N. S. da Conceição e outra dita de Santa Ana¹⁶².

Percebemos que na maioria dos inventários analisados os objetos religiosos quando da partilha dos bens, ficavam sempre como parte do dote das herdeiras, além de alguns pertences domésticos, indicativos de que a própria hierarquia das partilhas era influenciada pelas questões relativas ao gênero.

Além dos objetos religiosos, a evidente preocupação com o enterro entre as diversas camadas da sociedade justifica os gastos e as atitudes frente o momento do funeral. Independente da situação econômica, a preocupação com o funeral incluindo os rituais com a encomendação das almas e as missas era sempre presente, dispondo de altas cifras para cobrir as despesas, alguns de quase todo o dote, outros tinham que vender alguns pertences para liquidar as dívidas contraídas para esse fim.

Segundo João José Reis a morte era um negócio que envolvia um grande número de especialistas atuando na venda de bens e serviços funerários. Analisando as receitas e

¹⁵⁸ AFJM: Caixa de Inventários – 1880-1885.

¹⁵⁹ AFJM: Caixa de Inventários – Inventário de Anna Rosa de Jesus, 1871-1874.

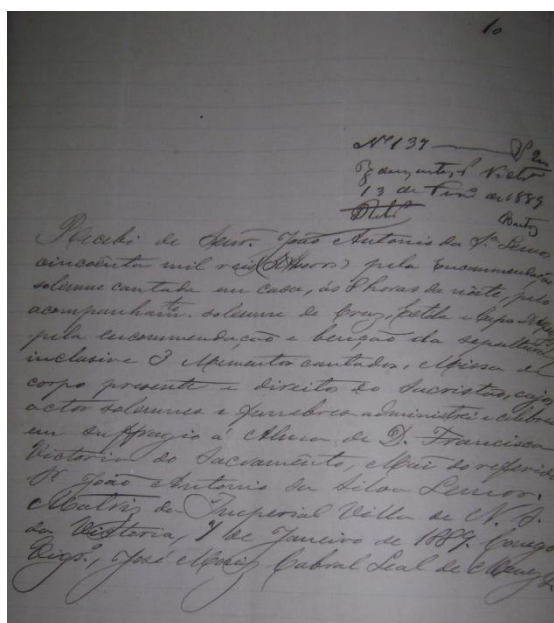
¹⁶⁰ AFJM: Caixa de Inventários – Inventário de Maria Theresa de Jesus, 1871-1874.

¹⁶¹ AFJM: Caixa de Inventários – Inventário de Clemência Maria de Jesus, 18...

¹⁶² AFJM: Caixa de Diversos - Atuação de portaria para arrecadação dos bens deixados pelo falecimento de Anna Joaquina do Nascimento, 1889.

despesas das Irmandades e Conventos de Salvador quando do período da Cemiterada o autor aponta para uma verdadeira economia da morte¹⁶³, onde os familiares disponibilizavam os recursos necessários para as despesas com todos os momentos que compõem os ritos funerários, geralmente elencados pelos falecidos em testamentos e/ou inventários como vontade a ser cumprida.

Figura 04



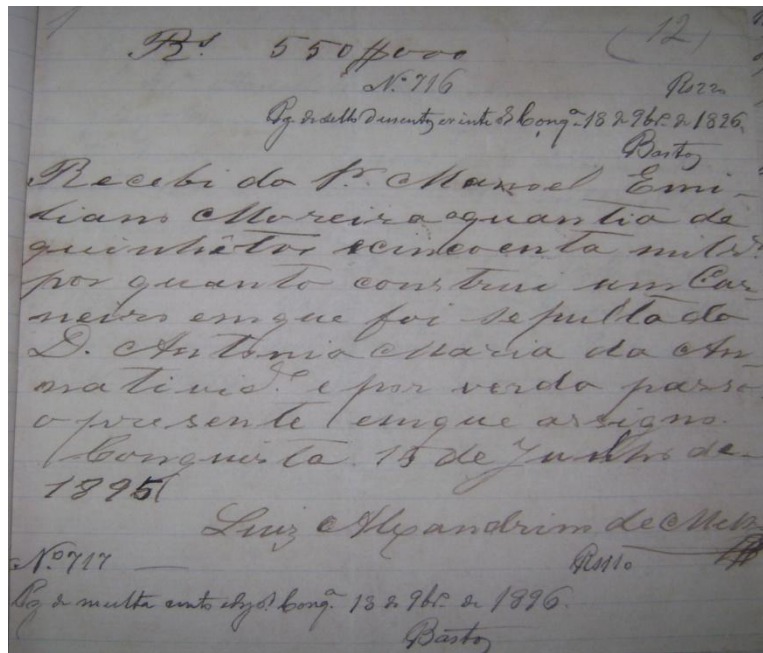
FONTE: AFJM. Recibo pela encomendação da alma e demais serviços religiosos prestados no funeral da senhora Francisca Victoria do Sacramento.

Antonia Maria da Natividade gastou a alta cifra de 1:157\$890 com o seu funeral, sendo deste total 550:000 disponibilizado só para a construção da carneira. Para efetuar o pagamento das despesas feitas com o funeral, todos os herdeiros desistiram do quinhão que lhes era de direito, além de ter sido entregue a casa de morada ao Sr Emiliano como parte do pagamento das despesas feitas por ele em favor do funeral e a venda de alguns bens móveis como a imagem de Santo Antonio com coroa dourada avaliado por cinco mil réis e uma Nossa Senhora da Conceição avaliada por cinco mil réis, um crucificado galvanizado de metal avaliado por cinco mil réis, um rosário com desesseis contas de ouro e um crucifixo avaliado por dez mil réis¹⁶⁴.

¹⁶³ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1991, p. 228-244.

¹⁶⁴ AFJM: Caixa de Diversos – 1888-1889 – Arrolamento dos bens de Antonia Maria da Natividade, 1896.

Figura 05



FONTE: AFJM. Recibo de pagamento pela construção da carneira de Antonia Maria da Natividade.

Em muitos casos as despesas com o funeral eram as únicas dívidas contraídas pelas inventariadas. Senhorinha Nunes Fernandes Ribeiro, que morrera em 1887 deixando um monte-mor de 8:362\$347 para os oito herdeiros, constava a dívida passiva de 682\$860 por conta de rol a seu filho Pompilho Nunes pelas despesas feitas com as moléstias e enterramento da mesma, como funeral, carneira e sufrágios pela alma¹⁶⁵.

As despesas funerárias como pagamentos de missas, compra de velas, materiais para a confecção de mortalhas, eram listadas na maioria dos inventários analisados, de acordo com João José Reis eles são a documentação mais apropriada para perceber tais despesas, por constarem os recibos que comprovam os serviços prestados pelos profissionais da morte, bem como a quantidade dos artigos comprados¹⁶⁶ para esse fim. É o caso da nota fiscal abaixo descrita:

¹⁶⁵ AFJM: Caixa de Inventários – Inventário de Senhorinha Nunes Fernandes Ribeiro, 1887.

¹⁶⁶ REIS, 1991, Op. Cit., p.234.

Figura 06

LOJA A PRAÇA DA MATRIZ
RUA DA PRAÇA DE JESUS N. 1

Supra a Carta de Pedro II de Janeiro de 1857

Para o Funeral de Anna Joaquina do Nascimento

ALFREDO PRATES & OLIVEIRA D. J. C.

4	R ^o	madraças		12,500
3	"	Abandouros		12,500
6	C ^o	chita preta		24,000
10	V ^o	avo com velhas	150	18,000
6	"	Abobas de linho		12,000
10	"	Abobas de papel	100	12,000
1	P ^o	Cravos francezes		2,280
1	"	taboas pretas		2,150
1	"	" auradas		12,500
2	"	Taboas p ^o Coxão	50	18,000
1	"	do Coração de São		2,500
1	"	Carta de Coração		10,000
1	"	Parafuso vermelho		2,280
20	"	Cartas de Coração	40	3,200
2	V ^o	Adorco longo	240	2,400
20	"	Veras galas longas		5,000
				47,830

Visita 18 de Junho de 1889

Alfredo Prates & Oliveira

N. 110 - Rua da Praça de Jesus N. 1
de agosto de 1889 - 18 de
Junho de 1889

Prates Prates

FONTE: AFJM. Relação das mercadorias compradas para o funeral da Senhora Anna Joaquina do Nascimento.

A valorização e o devido zelo com as questões que permeiam o ritual da morte, não foram prerrogativas femininas, no entanto, é salutar destacarmos como estas práticas ritualísticas estavam também presentes na sociedade da Ressaca. A incorporação de determinados valores, como a preocupação com a “boa morte” e todas as solicitações a serem cumpridas quando do falecimento, como a celebração de missas e todo o processo para encomendação da alma, evidenciadas principalmente nos testamentos, atestam a latente preocupação em formalizar o cumprimento de suas vontades *post mortem*.

CAPÍTULO III

PAPÉIS SOCIAIS NA SOCIEDADE CONQUISTENSE

Ser mulher, padecer constantemente,
E viver rindo embora no seu peito,
Um sofrimento atroz, dorido, ingente,
Esmague esse seu riso contrafeito

É consigo guardar o seu tormento;
É não poder dizer o que se sente,
É se curvar perante o sofrimento,
E escondel-o ao olhar de toda gente

É se a visse chorando... talvez quem sabe?
Disses-te rindo: - É esse o teu destino;
Amar – ser feliz, a ti, não cabe.

Mulher sê forte! Ri para esconder
A tua dor do mundo cruel e ferino,
- Sublime missão do teu sofrer!...
PEROLA DIVINA¹⁶⁷

O estudo sobre as mulheres na historiografia brasileira tem resultado em importantes trabalhos que retratam o cotidiano e a dinâmica social em que elas estão inseridas, refletindo, principalmente, acerca das inúmeras formas de resistências que se processaram ao longo deste período. De modo menos constante, a mulher sertaneja, tem também despertado o interesse de muitos historiadores, descortinadas nos inventários, na documentação jurídica, nos jornais que veiculavam discursos homogeneizadores, na poesia, no fazer-se diário.

As mulheres têm se constituído num importante objeto de estudo, que transcende a mera dicotomia homem versus mulher, e corrobora para a análise mais historicizada do contexto social ao qual está inserida, tanto em aspectos sociais, econômicos quanto políticos, “ao contrário do que sempre pareceu constituir submissão e passividade, outrora marcas da presença feminina na história do Brasil”¹⁶⁸.

A mulher sertaneja a qual nos referimos não difere sistematicamente das demais mulheres que vivem em outras regiões do Brasil, mesmo assim, não devemos partir

¹⁶⁷ AMVC: A Conquista, outubro de 1914 – “Poema Mulher”.

¹⁶⁸ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres em Minas Gerais. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 184.

somente de generalizações, mas compreender as particularidades que permeiam cada contexto histórico.

Desta forma, propomo-nos a analisar o cotidiano das mulheres do Sertão da Ressaca, de modo a compreender especificidades, as imagens construídas e a afirmação dos papéis definidores da feminilidade, através dos discursos veiculados por periódicos de circulação local que atingiam um público restrito, tanto pelo fato do acesso quanto pelo número reduzido de pessoas que sabiam ler. No entanto, mesmo diante de tais restrições, eles foram utilizados para ditar normas do “bem viver”, inspirando-se, na maioria das vezes, em matérias publicadas pelos mais importantes jornais da capital Salvador, como uma maneira de fazer chegar aos distantes caminhos do sertão os ditames de uma sociabilidade inspirada, principalmente, no modelo europeu.

As mulheres figuravam nas páginas dos periódicos inicialmente apenas nos editais de proclamas de casamento, de consórcios, obituários e, principalmente, nos natalícios, espaços limitados e que as retratavam sempre como a esposa ou filha de um importante senhor da sociedade local. Posteriormente, observam-se a inserção de variados temas como feminismo, normas de condutas com a intenção de “disciplinar não apenas os papéis sociais, mas também os afetos e o uso do corpo”¹⁶⁹.

A construção de imagens idealizadas, referindo-se como a mais perfeita e frágil das criaturas, inspirada no ideário positivista e que desempenhava os papéis de mãe exemplar e esposa dedicada era uma constante nos jornais. Na maioria das vezes as mulheres só eram citadas nas colunas natalícias, sendo recorrente a associação ao esposo, caracterizado pelo que pertencia e pelas funções que exercia, conforme registrado: “Fazem annos no dia 23 do corrente D. Joanna Amaral, virtuosa esposa de nosso amigo e correspondente major Antonio M. do Amaral escrivão dos feitos cíveis no Jequié”¹⁷⁰.

Em muitos casos as felicitações eram precedidas de declarações elogiosas que exaltavam as características exigidas para as mulheres da época.

Colheu, hontem, mais uma flor no jardim primaveril de sua preciosa existência a exma sra d. Laura dos Santos Torres, digníssima consorte do cel. Deocleciano Benigno Torres, abastardo fazendeiro neste município.

Esposa tenra e mãe dedicada, a distincta anniversariante é um dos mais bellos ornamentos de nossa sociedade¹⁷¹.

¹⁶⁹ FIGUEIREDO, 2007. Op. Cit., p. 167.

¹⁷⁰ AMVC: A Conquista, 18 de junho de 1911.

¹⁷¹ AMVC: A Notícia, 22 de julho de 1922.

Nesses periódicos ocupava a primeira página com matérias sobre questões políticas do município, notas sobre alguns homens de destaque na vida pública e as mulheres protagonizavam nas demais páginas, além das colunas já citadas, as propagandas sobre “saúde e cura dos incommodos de senhoras”¹⁷², casas comerciais e em poemas e sonetos.

Esporadicamente, vinculava-se às questões domésticas definidoras do universo feminino como o cuidado com a casa e o asseio dos filhos, além da preocupação com as oscilações na economia que derivavam a alta dos preços de gêneros alimentícios, como o anúncio que se segue:

ENTRE COMADRES

D. Engracia e D. Felismina, velhas amigas e comadres duas vezes, commentavam os preços dos generos alimentícios, e alarmada contra a falta de certos gêneros no mercado, dizia a primeira à segunda:

- Comadre Felismina, estamos a braços com a crise!

- É verdade, comadre, farinha a 6 litros, feijão a litro e meio, arroz, quase que se não encontra e ainda as meninas estão com fulia de Club... só querem vestidos verde e amarello...azul e branco... que é um Deus nos acuda!

- ... Lá em casa também as meninas estão muito entusiasmadas com os Clubs...

Foram a partida dia 2 bancando o *chic* com os vestidos, calçados e até pó de arroz...¹⁷³.

O próprio título da coluna evidencia a pouca importância dada a opinião das mulheres quando se tratava de analisar aspectos que não circunscreviam ao ambiente familiar, mesmo se estes implicassem em questionamentos que inquietavam boa parte da população, como é o caso da falta de determinados gêneros alimentícios no mercado, eram considerados apenas “coisas de comadres”, o que denota a discreta inserção e a dificuldade em transpor os limites que definiam a atuação do feminino, como restrita ao universo privado além das imposições que eram caracterizadas como próprias da natureza.

Muitos dos papéis definidores da feminilidade eram veementemente propagados, com a nítida intenção de incentivar as mulheres a segui-los, seja na condição de esposa, mãe ou o que Margareth Rago definiu como “a promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”. A idealização das mulheres em seus papéis familiares, hierarquicamente definidos como o casamento e a maternidade, eram frequentes em discursos imbuídos de normatização, como o artigo publicado no jornal A Notícia de 17 de janeiro de 1924:

¹⁷² AMVC: A Notícia, 22 de julho de 1922.

¹⁷³ AMVC: O Sertão, 18 de janeiro de 1924.

- 15 anos – Arde em desejos de crescer para atrair a atenção dos homens
 16 – Começa a ter uma idéia confusa que se chama paixão
 17 – Fala de amor procurando compreender-lhe todos os segredos
 18 - Sonha -----terníssimas relações amorosas com um mancebo que já começou a fazer-lhe a côrte
 19 – Faz-se mais escrupulosa e menos amável porque tem diversos adoradores
 20 – Começa a ser o que se chama – a mulher da moda – e julga-se obrigada a mostrar-se orgulhosa de seus atractivos
 21 – Crê firmemente na influencia dos seus bellos olhos, e suppõe que todos se curvam diante da luz que elles expedem
 22 – Rejeita um partido vantajoso, porque o pretendente não é o que se pode chamar um homem da moda
 23 – Namora todos os rapazes que conhece
 24 – Admira-se de não ter ainda casado
 25 – Sonha que um rapaz pediu em casamento, porém acorda e vê que foi ilusão
 26 – Ocupa-se em mirar-se ao espelho, alisar a trança e perguntar a si mesma: - pois é possível que eu fique engeitada
 27 – Tudo lhe aborrece porque já perdeu todas as esperanças
 28 – Diz às camaradas que nunca desejou casar... que é cousa a que vota a maior indiferença
 29 – Pinta-se de pó de arroz e torna-se enredadeira
 30 – Diz dos homens o que Máfoma não disse do toucinho¹⁷⁴.

Intitulado “A mulher segundo as idades”, fora compilado do Almanach “Luso Brasileiro” e instiga as leitoras se a lista é verdadeira ou não acerca das “phases da vida da mulher”. Dois aspectos chamam a atenção: primeiro, o fato de a mulher ser retratada como aquela que quer “atrahir a atenção dos homens”; e, segundo, a espera por um casamento e o receio de ser “engeitada”, intuito presente entre os 24 e 30 anos, confirmando uma das preocupações da época que era exercer o papel de esposa, algo que se não alcançado com o avançar da idade constituiria em um sério problema a ser enfrentado.

O fato de priorizar o casamento como uma das principais ambições da mulher fora postulado pela tradição cristã como um dos pilares necessários para a estruturação “sadia” de uma sociedade, sobretudo por conta do papel social exercido pela família. De acordo com esta tradição, o casamento é necessário por ter duas grandes finalidades naturais e racionais: a procriação e a constituição de uma comunidade perfeita.¹⁷⁵

Sem dúvida, essas responsabilidades ficaram a cargo principalmente das mulheres, que deveriam abdicar de comportamentos contrários a esses princípios e corroborar para a primazia dos objetivos sociais e políticos do casamento. Justifica-se, portanto, todos os esforços para eleger o casamento como uma prioridade feminina, uma instituição

¹⁷⁴ AMVC: A Notícia, 17 janeiro de 1924.

¹⁷⁵ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2009, pp, 177-180.

apropriada e ressignificada ao longo dos tempos, mas que para esse contexto ainda era importante configurar como algo “sonhado e perseguido” pelas mulheres.

Outro propósito deveria motivar a vivência feminina, o sublime ato de ser mãe, “na visão da sociedade misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher, ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria”¹⁷⁶. A maternidade é vinculada a plenitude no ato de doação, abnegação, constituição de núcleos familiares e, sobretudo, a dispensa de um amor imaculado, discurso este construído com o intuito de

fundar um novo modelo normativo de feminilidade e convencer a mulher de que deve corresponder a ele... a propagação de um modelo imaginário de família e tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de ser mãe.¹⁷⁷

A fecundidade feminina é propagada como algo benéfico a sociedade, pautando-se no ideário positivista de formação dos novos seres humanos onde a mulher tem a missão de educar não somente os filhos, mas, sobretudo, àqueles que irão negociar, decidir e governar os destinos da comuna, além do fato de compreender a procriação como fonte de engrandecimento da nação, como o que propõe o anúncio a seguir: “No lugar denominado Barreiros, deste termo, há poucos dias, três mulheres deram à luz a sete filhos. (...) Continuando deste modo, não teremos mais necessidade de imigração. Basta Barreiros para povoar o solo brasílio”¹⁷⁸. Esses discursos tinham a nítida intenção de legitimar os papéis que foram delimitados ao longo dos tempos como “coisas de mulher”, concorrendo desta maneira para a “naturalização” das funções e a marginalização daquelas que se recusavam a cumprir com tais rituais.

a procriação tinha função paradigmática na constituição de papéis femininos: a prostituta, por evitar a procriação, era o avesso da mãe; a mulher que não encontrasse um marido para gerar um filho estava condenada à melancolia; a genitora, por sua vez, tinha também sua sexualidade controlada e seu fruto era a prova material das intenções que tivera ao procriar, e de suas virtudes¹⁷⁹.

¹⁷⁶ ARAUJO Emanuel. A arte da Sedução: sexualidade feminina na Colônia. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 52.

¹⁷⁷ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. Do Cabaré ao La: a utopia da cidade disciplinar (Brasil:1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 75.

¹⁷⁸ AMVC: Jornal A Notícia, 26 de julho de 1922.

¹⁷⁹ JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p. 199.

Nesse universo de disseminação de uma ideologia soma-se “a tradicional representação da mulher-submissão”¹⁸⁰ que emergia, a princípio, em decorrência da doutrinação religiosa, mas fora sendo reforçada cotidianamente, mediante práticas sociais que valorizavam e, principalmente, persuadiam-nas para uma conduta submissa. Não queremos com isso afirmar a passividade feminina, pois a historiografia já nos forneceu inúmeros exemplos de estratégias de resistências perpetradas pelas mulheres.

Esses mesmos discursos homogeneizadores dos papéis femininos identificou a mulher como tendo uma natureza complementar à do homem [...] a autoridade masculina e a submissão feminina eram compreendidos no binômio “obediência e amor.”¹⁸¹

A natureza complementar à do homem que era atribuída à mulher, expressava-se através de interlocuções comparativas que sacralizava a figura feminina, caracterizada com adjetivos que remetiam ao amor incondicional, a comoção por meio de atitudes benevolentes, as virtudes vinculadas muito mais aos aspectos emocionais do que racionais, uma maneira muito sutil de definir as relações de poder superpostas na sociedade e que foram polarizados no poema de Victor Hugo veiculado pelo jornal A Notícia:

O homem é a mais elevada das criaturas. A mulher, o mais sublime dos ideais.
[...]
O homem é o cérebro; a mulher o coração. O cérebro produz a luz; o coração produz o amor. A luz fecunda; o amor ressuscita.
[...]
A aspiração do homem é a suprema glória; a aspiração da mulher é a virtude extrema. A glória produz a grandeza; a virtude produz a divindade.
O homem tem a supremacia; a mulher a preferência. A supremacia representa a força, a preferência representa o direito.
O homem é forte pela razão; a mulher é invencível pelas lágrimas. A razão convence, as lágrimas commovem.¹⁸²

Num cenário em que os modelos ideais de mãe e esposa eram propagados através da literatura, das tradições orais, das práticas cotidianas e, principalmente, da educação informal, o objetivo era homogeneizar mecanicamente, respaldando-se em paradigmas teológicos cristãos, onde a dicotomia não estava presente apenas em ser homem ou mulher, mas na própria polarização da identidade feminina entre Maria e Eva. A primeira, o modelo a ser seguido; e, a segunda, a ser rejeitada, “ressuscitando imagens atávicas de

¹⁸⁰ RAGO, 1985. Op. Cit. p.97.

¹⁸¹ PEDRO Joana Maria. Mulheres do Sul. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 298.

¹⁸² AMVC: Victor Hugo, A Notícia 23 de maio de 1925 – DSCO3229.

uma misoginia que remontava o simbólico e o mítico pertencentes à tradição judaico-cristã” Tradição esta que atribuía características sobre-humanas,

Na simplicidade de um coraçãozinho carinhoso e amável, a encantadora senhorita que perfilamos tem nas suas maneiras gentis e na doçura de suas palavras, duas pérolas preciosas que as donzellas possuem: a candura e a sinceridade [...] origem límpida de tantos sorrisos crystalinos e acariciadores, puros como os sorrisos protectores d’um anjo [...]¹⁸³.

Em contraposição a candura e a personalidade de uma mulher angelical e dessexualizada, revela-se a outra faceta feminina que deve ser combatida “a mulher sensual, pecadora e, principalmente, a prostituta, associada à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem” que deve ser permanentemente controlada, “as possuidoras de língua traiçoeira”¹⁸⁴.

Palavras de mulher leva-as o vento!...
Triste de quem a ouça e nellas creies
Ellas são frágeis como frágil (ilegível)
E é, por vezes, (ilegível) ao doido intento
Palavras que não vem do pensamento,
Iludem como o canto da sereia
Palavras que se escrevem sobre a areia
E a onda chega a apagar-se num momento
Quantas mentiras em notas crystallinas,
Vem da garganta musical de um anjo
De alma traidora e de feições divinas
No entanto, em confessar não me constranjo,
Eu preffiro as mentiras femininas...¹⁸⁵

A associação da mulher às imagens de Maria e Eva era comumente disseminada na sociedade, sobretudo quando o intuito era reforçar ou corrigir determinados perfis que supunham importantes na formação das mais jovens e, conseqüentemente, dos valores passados pelas gerações mais velhas que deveriam ser consolidados. Essa polarização dos perfis femininos ocasionou a crescente discriminação de todas aquelas que não se enquadravam no papel de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, quando, por outro lado, uma série de iniciativas com o intuito de normatizar a conduta feminina, de modo a “disciplinar não apenas os papéis sociais, mas também os afetos e o uso do corpo”¹⁸⁶.

A intenção de disciplinar o uso do corpo evidenciava-se de diversas formas como num artigo transcrito do Diário da Bahia de 1922 e veiculado pelo periódico de circulação

¹⁸³ AMVC: A Palavra, 27/10/1917.

¹⁸⁴ RAGO, 1985. Op. Cit., p. 82 e 47.

¹⁸⁵ AMVC: Bastos Tigre, O Sertão – DSCO3194

¹⁸⁶ FIGUEIREDO, 2007. Op. Cit., p. 167

local, A Notícia. O artigo expunha os conselhos da Igreja Católica sobre a moda feminina, denunciando o que para Ela figurava como indecência e orientando os pais e mães cristãos para banirem de seus lares as modas ridículas e indecentes.

A extravagância feria a moral e os preceitos cristãos, de modo que as senhoras que não tivessem devidamente trajadas não poderiam participar dos rituais da Igreja, a exemplo da “Sagrada Comunhão” e recomendava que todos os párocos e sacerdotes cumprissem religiosamente com o dever de ler todas as recomendações durante a Santa Missa:

Deveis iniciar uma severa campanha contra os hábitos universalmente radicados, no sentido de reformal-os dentro de normas mais christãs. A elegancia é necessária muitas vezes, mas a virtude é ainda mais bella si de acordo com as maneiras exteriores dessa mesma elegância. Desgraçadamente, muitas se empenhavam no desejo inconseqüente de seguir a moda sem indagar ate onde a modéstia christã a prohibe. Não se lembram de que a elegância cessa quando trasspassa os limites da virtude. O que espero das senhoras de Roma, é uma santa cruzada contra as aberrações da moda¹⁸⁷.

A divulgação das palavras do Papa Pio XI, pelo Acerbispado da Bahia, destinava-se a todos os fiéis de modo que: “A admoestação do Santo Padre verberando a indecência das modas deve ser recebida com religioso acatamento e attendida por todas a senhoras do mundo inteiro”¹⁸⁸. Não era somente a “moda das roupas” que deveria ser regulamentada, de forma menos dogmática “a moda dos cabellos curtos” também era contestada, numa nítida intenção de circunscrever os limites do universo feminino, mesmo no que diz respeito ao uso do seu corpo.

A calvice ameaça quem cortou suas lindas madeixas.
A notícia não pode ser mais alarmante.
Leiam-na as moças bahianas que acompanham a moda dos cabellos cortados e...
acautelem-se.

[...]

Bom é que aqui se saiba e que haja uma prevenção “defensiva”, porque se no homem pôde passar e tolerar-se a falta de cabellos, o mesmo não se dá com a mulher, que tanto necessita do adorno da cabelleira, que é um dos marcos da sua belleza¹⁸⁹.

Este anúncio nos remete a algumas indagações, como o fato da preocupação da sociedade em envolver as mulheres apenas em questões efêmeras, de cunho meramente

¹⁸⁷ AMVC: A Notícia, 1922.

¹⁸⁸ AMVC: A Notícia, 05 de agosto de 1922.

¹⁸⁹ AMVC: A Semana, 06 de setembro de 1924.

normatizador, de modo que uma rede de significados era construída para, estrategicamente, delimitar o campo de atuação das mulheres. Na maioria das vezes, a postura de mulheres que não condizia com o padrão de conduta moral defendida como ideal era tido como caso de polícia, principalmente para aquelas que, no cotidiano, utilizavam variadas formas de resistência, como o acesso ao espaço público, território de usufruto masculino.

A espacialidade era mais um viés da rede de significados que definia a vivência feminina, o retrato da mulher pública é construído em oposição ao da mulher honesta, casada e boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada¹⁹⁰. Em algumas situações, o domínio de espaços públicos por parte das mulheres, era retratado com o tom de denúncia, principalmente se desprovidas do recato e das posturas eleitas como desejáveis, os comportamentos e atitudes caracterizados como inoportunos eram observados e recriminados até mesmo nas feiras livres.

Em um desses episódios as reclamações eram justamente o comportamento de determinadas mulheres nas feiras livres semanais realizadas sempre aos sábados, qualificadas como cenas ofensivas à moral pública que causavam vergonha e provocavam indignação.

Grupos e mais grupos de mulheres de vida atirada, dentre as quaes rapariguinhas mais impúberas, mas já prostituídas, muitas descalças e maltrapilhas e outras a transnudar (ilegível), tal o estado das suas vestes, com (ilegível) indecentes e imoraes, seguidas sempre por malandros, por desocupados, percorrem a feira, pellados aos da (ilegível), já se vê, dinheiro e bugingangas.

E do meio dia em diante, quasi todas embriagadas, acontecendo o mesmo com tais malandros, plantam a manta faz as coisas do arco da velha e acabam cêdo.

Esses actos (ilegível), com as nossas feiras semanaes, devem ter uma rigorosa reprimenda, para que a moral pública, entre nós, não continue sendo offendida.

Cabe a polícia dar as providências que o caso está a exigir¹⁹¹.

É nítida a preocupação em “sanear” os espaços públicos, onde as mulheres de vida atirada deveriam ser reprimidas e punidas pela postura que assumiam, uma prática que norteou a mentalidade da época imbuída de um caráter “civilizador” dos atos e sentimentos. Nesse contexto, as prostitutas são vistas como ameaça ao modelo de família e o casamento que era propagado. A prostituição foi classificada pelo saber médico e criminológico como vício, fermento corrosivo lançado ao grêmio social, que tende a

¹⁹⁰ RAGO, 1985. Op. Cit. p.90.

¹⁹¹ AMVC: A Notícia, 17 de janeiro de 1925.

alastrar e a corromper todo o corpo social, por isso a preocupação em controlar rigidamente a vida cotidiana das prostitutas¹⁹².

Tais discursos eram oriundos dos mais variados campos do saber, como por exemplo, dos campos médico, jurídico, pedagógico ou eclesiástico, sendo que cada qual à sua maneira buscava compreender e normatizar a imagem da mulher de acordo com certos sistemas de valores e mediante a utilização de recursos de comunicação como o jornalismo diário, que então inseria entre suas preocupações mais relevantes a mobilização da opinião pública junto aos debates que envolviam tal temática, de matiz feminino. A despeito das diferenças existentes entre as diversas esferas de comunicação citadas, o problema relativo ao gênero feminino, ora entendido na acepção dada pela dicotomia masculino/feminino e ora entendido como interpretação do lugar da mulher no mundo, em boa parte dos escritos do período se apresenta como uma tentativa de metamorfoseamento dos pretensos atributos naturalmente feminis aos da “pátria mãe” [...] ¹⁹³.

Por certo, no que se refere a imagem idealizada de mulher, várias outras preocupações estavam postas para a sociedade da época, no entanto depreende-se que os periódicos corroboraram para a solidificação de determinados papéis sociais no Sertão da Ressaca, a medida em que divulgavam os discursos homogeneizadores, proliferados através de poemas, “recomendações” de cunho religioso e matérias destinadas especificamente ao público feminino, tornando-se evidente as especificidades de cada discurso no sentido de normatizar e delinear determinados perfis.

3.1. MULHERES NAS ELITES CONQUISTENSES

O conflito entre Meletes e Peduros se configurou como um dos episódios mais violentos envolvendo políticos no embate direto pelo comando da municipalidade. Diante do confronto e temendo a vitimização de mais pessoas, as senhoras Laudicéia Gusmão de Oliveira, Henriqueta Prates, Euflosina de Oliveira e Joana Angélica intervieram e conseguiram por fim ao conflito.

Sucedese a essa cena algumas indagações pertinentes e que norteiam a nossa investigação; quem são essas mulheres? O que as motivou para intervir no desfecho do conflito? Qual a relação delas com os envolvidos? Qual a sua atuação na sociedade da

¹⁹² RAGO, 1985. Op. Cit. p.85.

¹⁹³ DISCINI, Norma e CAMPOS, Raquel Discini de. “A imagem da mulher na literatura e no jornal das primeiras décadas do século XX: questões de discurso e gênero”. In.: *Cadernos de História da Educação*. V. 8, n. 2 – jul./dez. 2009.

época? Muitas são consideradas conselheiras políticas, apaziguadoras e medianeiras da paz, até onde se concretizam tais afirmativas?

Em todas as narrativas a respeito desse conflito enaltece a “façanha” dessas mulheres, não pretendemos nesse trabalho traçar uma mera biografia, tarefa esta já realizada por Orrico no livro “As mulheres que fizeram história em Conquista” e Aníbal Viana na “Revista Histórica de Conquista” no apêndice “Mulheres Ilustres”, mas é importante que saibamos um pouco mais sobre elas.

Na cidade da Conquista de início do século XX, a posição das mulheres não difere muito do contexto regional e nacional, pelo contrário, o fato de se tratar de uma cidade do interior, muitas das tradições estavam mais arraigadas e sujeitas a lentas transformações, o que não impede que façamos uma análise desse contexto observando principalmente os papéis sociais desempenhados por elas, qual a visibilidade dessas mulheres e como estavam inseridas na dinâmica da sociedade local.

Os laços de parentescos permeavam as relações e o cotidiano, muito influenciados pela dinâmica própria da cidade da Conquista, herdadas desde quando ainda era a Imperial Vila da Vitória. Para melhor compreendermos os papéis desempenhados por tais mulheres, é necessária a análise de conceitos como poder e empoderamento na tentativa de identificar aspectos importantes desse contexto onde

o imaginário republicano construiu um modelo de mulher ressaltando uma série de virtudes consideradas naturais. Paradoxalmente, tínhamos uma natureza feminina fragilizada, passiva e dependente de um lado, e uma natureza forte, decidida, ágil e competente de outro. Em cada momento buscava-se valorizar um ou outro discurso à vezes os dois simultaneamente¹⁹⁴.

As mulheres em estudo estavam polarizadas nesses estereótipos de fragilidade e coragem, caridade e abnegação, numa vivência permeada de atribuições domésticas que as prendia ao universo privado. No entanto, algumas burlavam tais limitações, atuando em atividades que proporcionavam o acesso ao espaço público, seja na condição de proprietárias rurais, comerciantes, “curiosa/parteira” e, até mesmo, chefes de famílias devido a incidência da morte, muita vezes prematura, de seus conjugues e, nos sertões, muitos desses papéis eram exercidos concomitantemente.

¹⁹⁴ LEITE, Márcia Maria da Silva B. As damas da Caridade: sociedades femininas na Bahia Republicana, In.: SARDENBERG. Cecilia Maria Bacellar, ET. All. (orgs.). *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*. Salvador NEIM/UFBA, 2001. p. 94.

O trabalho de Silmária Souza Brandão¹⁹⁵ é bastante ilustrativo nesse sentido, pois analisa a participação das mulheres na atividade comercial em Salvador a partir de meados do século XIX, demonstrando que a participação feminina nesse ramo é mais intensa do que geralmente se admitia, a comercialização dos mais variados artigos que proporciona não somente a transição da esfera privada para a pública, mas, sobretudo, o domínio de espaços outros que permitiram uma atuação que não estava restrita apenas as atividades cotidianas, mas lidar com comércios administrados na sua maioria por viúvas que:¹⁹⁶

para atender aos ditames da Lei e evitar sanções impostas pelos juízes, as viúvas, faziam publicar editais conclamando os credores do marido a se habilitarem no inventário para receber seus créditos, sugerindo desenvoltura na administração de situações aparentemente inusitadas para mulheres, que a princípio e, até então, acreditava-se que viviam recolhidas aos seus lares, sob a proteção dos maridos [...] apesar das limitações é perceptível a habilidade para administrar o dinheiro, haja vista que, em alguns casos, a mulher levava bastante tempo para tirar o dinheiro da herança dos filhos, mantendo-os exclusivamente com a renda do comércio ou apenas com a sua parte da herança [...]¹⁹⁷

As mulheres do Sertão da Ressaca povoaram as páginas de algumas obras que se dedicaram a descrever sua altivez e bravura, muitas vezes trabalhos de cunho memorialista, onde prevalecia a descrição das mulheres como abnegadas, esposas e mães que tão bem cumpriram os papéis sociais que lhes competiam, contribuindo para a grandeza e constituição da Cidade de Conquista.

Em “Mulheres que fizeram história em Conquista” Israel Araújo Orrico descreve a trajetória de treze mulheres, elencadas por ele como distintas senhoras da sociedade conquistense que, de alguma forma, contribuíram para o engrandecimento da “comuna”. Entre uma e outra transcrição da vida dessas mulheres, de caráter biográfico, o autor apresenta os eventos que foram marcantes na história do município, como a melhoria na infra-estrutura impulsionada pela urbanização – energia, construção da BR 116, a rede telegráfica Conquista-Jequié, entre outros – fatos da história política, como a denominada “Guerra Meletes e Peduros”. Observa-se, contudo, que esses eventos são tratados de forma periférica, já que o objetivo do autor centra-se em:

¹⁹⁵ BRANDÃO, Silmária Souza. *No Lar e no Balcão: As Mulheres na Praça Comercial de Salvador (1850 – 1888)*. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação de mestrado)

¹⁹⁶ A autora afirma que em alguns casos a atividade comercial exercida esteve quase sempre vinculada a orfandade ou a viuvez, momento em que era necessário dar andamento as atividades comerciais por tempo indeterminado ou, ao menos, administrar os negócios até a sua completa liquidação. P. 108.

¹⁹⁷ BRANDÃO, 2008. Op. Cit., p. 32-33.

antes de tudo, homenagear e reconhecer o valor da mulher conquistense e sertaneja, quer aquelas que brotaram das raízes genealógicas de nossos fundadores, donas e senhoras de cutelo e baraço, quer aquelas, mais humildes, nascidas no seio do povo, mulheres em cujas veias correm o sangue dos bravos indígenas mongoiós e patachós, que defenderam tão bem o solo em que viviam, às vezes a custo da própria vida¹⁹⁸.

Utilizando de alguns importantes documentos históricos como a carta-patente de capitão do Terço de Henrique Dias, concedida a João Gonçalves da Costa, correspondências do capitão-mor Antonio Dias de Miranda solicitando auxílio das autoridades da Bahia para implantar a conquista do Sertão da Ressaca, além da iconografia dos principais eventos relatados acima, o autor priorizou construir uma narrativa permeada de declarações elogiosas aos “vultos” da cidade, certamente não devemos cobrar o rigor metodológico no trato com as fontes, já que se trata de uma obra de caráter memorialista, conforme descreve o poeta Nilton Gonçalves¹⁹⁹:

é um apelo do autor a prosseguir na caminhada histórica rumo a destinos cada vez mais altos, sem esquecer o exemplo de nossos antepassados, sobretudo o heroísmo, a abnegação das mulheres que fizeram a nossa história, lembrando sempre que os braços dos bandeirantes que rasgaram caminhos nada seriam sem as mãos que embalaram os nossos berços no labor de nossa formação.

Aníbal Viana, autor da “Revista Histórica de Conquista”, obra editada em dois volumes, narra a formação histórica do Município de Vitória da Conquista, desde a sua conquista até as duas últimas décadas do século XX. Partindo de uma análise geral da sociedade de Conquista, relata os principais fatos históricos, para, posteriormente, dedicar um pequeno espaço para destacar a contribuição de algumas mulheres conquistenses, constando no final do primeiro volume com o título de “Mulheres Ilustres”.

O elenco é composto de aproximadamente vinte mulheres que se destacaram nas mais variadas atividades, como médica, professora, militantes da política local, artistas plásticas, escritoras e tantas outras. Utilizando de critérios próximos aos de Orrico, Viana destacou os feitos de mulheres que compunham a elite conquistense, inclusive as senhoras consideradas pacificadoras no conflito Meletes e Peduros, e outras que em comum convergiam aos requisitos de mulheres caridosas, dignificantes e altruísticas.

¹⁹⁸ ORRICO, Israel Araújo. *Mulheres que Fizeram História em Conquista*. Vitória da Conquista: Bahia Arts Gráficas, 1982. p. 07.

¹⁹⁹ Nilton Gonçalves era advogado, poeta e presidente da Academia Conquistense de Letras, quando da ocasião do lançamento do livro de Israel Orrico, em 1982.

Convém ressaltar que o relato sobre tais mulheres fora precedido do capítulo “Homens Notáveis de nossa história”, onde estava elencado um considerável número de senhores da sociedade local que foram agrupados sob dois parâmetros: “Personagens de Destaque” e “Valores da Terra”, compunham estes grupos políticos, intelectuais, artistas, escritores que preenchiam o requisito de ilustres conquistenses, conforme afirma o próprio autor.

Sabemos que essa era uma prática recorrente da época, laurear os feitos de homens e mulheres notáveis, a maioria pertencentes as principais famílias que povoaram o município, que deveriam ser postergadas através de biografias. Partindo de uma das primeiras indagações que norteia essa pesquisa, compreender melhor quem são essas mulheres, especificamente as diretamente vinculadas ao confronto entre

Meletes e Peduros, com o intuito de perceber a vivência dessas mulheres, sem a pretensão de denominá-las nem como heroínas nem como submissas, mas compreendê-las inseridas na dinâmica social do período, com suas limitações, mas também como sujeitos que, na cotidianidade, na esfera do lar ou mesmo “além-casa” contribuíram para a construção da história do Sertão da Ressaca.

Nesse ínterim, utilizamos uma metodologia pautada em depoimentos e fotografias disponíveis para compor este terceiro capítulo. Por carência de fontes mais sistemáticas sobre tais mulheres e o episódio em estudo, recorreremos a história oral, mesmo ciente do cuidado necessário em lidar com este tipo de fonte.

Partindo do pressuposto de que a fotografia assume um importante papel na conservação e multiplicação da memória e como afirma Le Goff²⁰⁰ é uma das mais importantes e significativas manifestações da memória nos séculos XIX e XX, optamos pela análise de algumas fotografias, haja visto que elas revelam um sistema de percepção, de pensamento e de apreciação comum a todo um grupo, tendo entre outras funções, a de transmitir uma certa imagem, uma determinada representação de uma pessoa ou grupo, podendo transmitir imagens de caráter meramente simbólico ou até mesmo políticos²⁰¹.

Diante de tais fatos, mais uma indagação inquieta-nos, qual a imagem construída dessas mulheres? Qual a intencionalidade que perpassa tais imagens que foram lançadas para a posteridade através de fotografias?, uma vez que, a fotografia não é apenas uma

²⁰⁰ LE GOFF, Jacques. Memória. In: Enciclopédia Einaudi – Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

²⁰¹ RÊGO, André Heráclio do. *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa, 2008, p. 200 a 203.

forma de expressão, mas um meio de informação e comunicação, pelos indícios nela presentes²⁰² e que evidencia:

Formas de expressão produzidas tendo em vista determinados usos, individuais e/ou coletivos, e que nos revelam pistas sobre diferentes maneiras de pensar, sentir e agir. Formas que não são, necessariamente, correspondentes às daquele que delas se apropria posteriormente [...] toma-se o retrato fotográfico como um produto social e cultural, concebido como um documento, como registro, um fragmento que chega até nós oriundos de outros tempos, e como recurso apto a comunicar representações, ou seja, modos pelos quais indivíduos e grupos sociais representam a si e ao mundo²⁰³.

Partindo do pressuposto de que a fotografia como fonte histórica enseja uma série de possibilidades para análise do objeto em estudo e por ser uma forma de comunicação não-verbal que transmite as mais variadas mensagens, analisaremos algumas fotografias de Henriqueta Prates, Euflosina de Oliveira, Joana Angélica e Laudicéia Gusmão, com o intuito de compreender a construção da (auto) representação, a linguagem simbólica vinculada ao registro de tais fotografias, já que:

a fotografia dá ao indivíduo a oportunidade de se distanciar da realidade, de se proteger segundo uma imagem idealizada, de identificar a um tipo, fazer a sua representação [...] e a nós com o olhar do curioso/pesquisador tentar perceber os códigos e signos contidos nas fotos antigas, para separá-las e entendê-las e, através deles, escrever a história²⁰⁴.

Apesar do número restrito de fotografias, apenas seis, buscaremos compreender o contexto em que elas foram produzidas e qual a representação que tais registros tendiam a veicular numa relação dialógica com a literatura disponível sobre as mulheres em estudo, de modo a contrapor fotografias de períodos distintos, na tentativa de analisar o significado de cada uma delas.

As fontes para análise foram catalogadas do acervo digital do Museu Regional de Vitória da Conquista, e a restrição de exemplares para o período é resultante da dificuldade do acesso à fotografia, principalmente, no longínquo Sertão da Ressaca, além do fato de nem todos poderem usufruir de sua imagem representada, posto que:

²⁰² STANCIK, Marco Antonio. Entre flores e canhões na Grande Guerra (1914-1918): o final da Belle Époque e o começo do “breve século XX” em um álbum de retratos fotográficos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 29, nº 58, p. 445, 2009.

²⁰³ Idem, p. 446-447.

²⁰⁴ KOUTSOUKOS, Sandra Sofia. M. No estúdio do photographo, o rito da pose – Brasil, segunda metade do século XIX, *Revista Àgora*, Vitória, n. 5, p. 21, 2007.

Após a invenção da fotografia (por Louis J. M. Daguerre, na França, em 1839), o ato de ir ao estúdio do fotógrafo se tornou rapidamente uma demanda de status, mas havia uma demanda maior – a possibilidade de “perpetuação” de sua própria imagem.²⁰⁵

A seguir passaremos à análise das fotografias das quatro personagens selecionadas e aquelas imagens que foram localizadas, buscando identificar o perfil feminino presente na sociedade conquistense.

a) EUFLOSINA MARIA DE OLIVEIRA FREITAS TRINDADE

Euflosina Maria de Oliveira, mais conhecida como Fulô do Panela, nasceu em 1859 no povoado do Panela, atual Campo Formoso, filha do capitão-ajudante João de Oliveira Freitas e a escrava forra Maria Bernarda, teve 5 filhos, resultado de dois casamentos.

Fulô é um exemplo de como as mestiçagens foram comuns na formação das famílias conquistenses: primeiro, casou-se com um descendente de português, Lázaro Viana, com quem teve dois filhos; depois, abandonada pelo marido, uniu-se ao comerciante italiano Francisco Pascoal, com quem teve um filho – Noé Moraes de Oliveira – (...) manteve relacionamento com o coronel Gugé, e depois casou-se legalmente com o português Alfredo Trindade, passando a chamar Euflosina Maria de Oliveira Freitas Trindade.²⁰⁶

De personalidade forte e coragem para desafiar alguns padrões impostos pela sociedade da época, “segundo narram seus contemporâneos D. Eufrosina era mulata, de belos traços fisionômicos, cabelos anelados, boa estatura. Herdou a audácia de seu bisavô Cel. João Gonçalves da Costa”²⁰⁷.

São variadas as narrativas sobre Fulô do Panela, suscitando suas qualidades, destemor e altivez frente as situações em que exigiam posicionamento firme, por sua personalidade despertou, em muitos, a admiração, e para outros tantos a reprovação por apresentar um comportamento tido como “ousado”. A ousadia enquanto atitude que

²⁰⁵ Idem, p. 1.

²⁰⁶ NASCIMENTO, Washington Santos. *Construindo o “negro”: lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista/BA (1870-1930)*. São Paulo: PUC-SP, 2008. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais) p.45.

²⁰⁷ VIANA Anibal Lopes. *Revista História de Conquista*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas Ltda. 1982. p. 399.

desafiava padrões e impunha uma postura combativa, é elencada como uma das características de Fulô por membros do Grupo Pilão de Arueira²⁰⁸.

Elas contavam pra gente que Flor, que quem trouxe a dança para cá foram os garimpeiros, quando estavam fazendo esta estrada que liga Vitória da Conquista a Urandi, e que eles alojaram nos barracões e eles cantavam no final da tarde, a noite eles cantavam o pilão de arueira. Como Flor, ela não tinha medo de nada, ela acabou indo nesses galpões, conheceu o pilão de arueira e foi Flor do Painel que cantou o pilão de arueira a primeira vez nos presépios, que naquela época quase todas as famílias fazia um presépio e Flor inseriu nessas músicas de presépio o pilão de arueira, tanto que minha vó como dona Josefa falavam que nessa época só os homens brincavam o pilão de arueira, porque foi Flor que trouxe e Flor não era bem vista pelas mulheres, pela ousadia, era, elas discriminavam Flor (...)²⁰⁹.

A respeito da discriminação sofrida por Flor não aparece nas obras de Aníbal e Orrico, já nos depoimentos quando se referia a postura dela, indiretamente transparecia reprovação, principalmente pelo fato de ter contraído várias núpcias e possuir caso extraconjugal, para muitos ela era a “Flor, bonita e na janela”, os homens por sinal falavam de Flor diferente das mulheres²¹⁰:

mas ela era muito ousada, era muito ousada (D. Ermelina, avó de D. Elza)
há mas aquela era doída, Flor era uma negra doída (risos) (Sr. Procópio)

Era uma mulher de atitudes extremadas, qualificada como alguém que impunha respeito por ser muito justa. Como a maioria das mulheres da época, era católica fervorosa, fé esta que motivou posicionamento contrário a instalação da primeira Igreja protestante de Conquista, a ponto de: “toda noite Flor desfazia a construção que havia sido feita durante o dia, e o interessante é que todos sabiam que era ela mas ninguém tinha coragem de enfrentá-la”²¹¹. Esse caso se assemelha ao mito de Penélope, cuja decisão por esperar seu amado – Ulisses, que partira para guerra, firmara um acordo com seu pai de que ao acabar um bordado, casar-se-ia com outro pretendente. Dessa forma, ela bordava de dia e desmanchava à noite.

²⁰⁸ Pilão de Arueira: Pilão era um artefato muito utilizado pelos escravos para o processamento de grãos e aroeira é uma madeira. Já o Grupo Pilão de Arueira é um grupo formado por homens e mulheres que atualmente vivem no Campo Formoso, distrito de Vitória da Conquista, se apresentam dançando e cantando músicas de origem africana, encenando a lida diária dos escravos com artefatos como pilão e representando o preparo de iguarias derivados da mandioca.

²⁰⁹ Entrevista com D. Elza Salgado, em Junho de 2010. Moradora do Povoado Campo Formoso, antigo Painel e membro do grupo Pilão de Arueira.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Entrevista com d. Elza Salgado. 2010, Op. Cit.

Devido às dificuldades de acesso à saúde pública, era uma prática comum recorrer às pessoas da própria comunidade para auxiliar na cura de pequenos males e, principalmente, para realizar partos, Flor era uma parteira muito famosa e muito requisitada. Segundo d. Edirce, além de parteira curiosa, ela também se dedicava a cura de algumas pessoas com o uso de garrafadas, um preparo com ervas medicinais muito utilizado no Sertão da Ressaca, e a crença na cura levava muitas pessoas a procurá-la, até mesmo porque:

antes de serem as auxiliares reverentes, ansiosas e sempre culpabilizadas dos médicos, as mulheres do povo, pelo contrário, foram suas principais rivais e continuadoras de uma medicina popular [...] elas empregam todos os recursos de uma farmacopéia multissecular, conhecem mil maneiras de aliviar os pequenos males cotidianos que tantas vezes desarmam a medicina douta. Olhando-se de perto, esses “remédios populares” certamente revelariam um real saber dos sofrimentos do povo, preocupado em evitar despesas [...] ²¹².

É importante ressaltarmos que, no decorrer da pesquisa, deparamo-nos com distintas representações de Flor do Panela, para as mulheres do Grupo Pilão de Arueira, uma mulher aguerrida, ativa e desbravadora que

foi um marco e ainda é, tem uma influência muito grande principalmente nas mulheres negras, as negras do Panela, a gente faz questão de mostrar, dela se colocar como mulher, como pessoa, como gente, a gente sempre lembra de Flor do Panela que não abaixava a cabeça para branca nenhuma [...] fazer as coisas, enfrentar o que ela enfrentava, só mesmo pela fibra pela qual ela foi feita ²¹³.

Longe de ser uma unanimidade, essa admiração por Flor do Panela retrata um sentimento construído na atualidade por um determinado segmento social, diferentemente do que era expressado pelas mulheres da comunidade do Panela quando da não aceitação de Flor e de seus comportamentos e atitudes tidos como reprováveis para a época.

²¹² PERROT, Michellet. *Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 208.

²¹³ Entrevista com D. Elza Salgado.1010, Op. Cit.

Figura 07



FONTE: Museu Regional de Vitória da Conquista, Acervo personalidades. Foto de Eufrosina Oliveira Freitas Trindade (Fulô do Panela)

Contrapomos as fotografias de Fulô do Panela, a primeira tradicionalmente encontrada nos livros e trabalhos acadêmicos²¹⁴ que abordam sobre ela, identificada por Eufrosina Oliveira Freitas Trindade²¹⁵. Nitidamente, a fotografia valorizava o que Fulô deixava transparecer num primeiro contato, a feição sutil dos filhos ilegítimos – tão comuns à época – os traços negróides, e a beleza exuberante, que há tantos encantou, despertando admiração em alguns, despeito e indiferença, em outros.

Minha vó era branca, meu vô era negão, meu vô era farrista, então minha vó tinha ciúme dela – Flor – (risos), ela falava que ela era ousada, ela não falava o nome de Flor do Panela, ela contava as histórias de Flor mas com uma certa reserva [...] já meu avô não, ele era da farra, era um negão muito bonito, farrista, gostava muito de brincar, de festa, tocar violão, minha vó toda vida foi muito reservada, então a personalidade de meu avô combinava era com a de Flor do Panela (risos), daí essa pouca admiração de minha vó, vinha daí [...] principalmente as mulheres e as brancas (se referindo as que desaprovavam o comportamento de Flor)²¹⁶.

²¹⁴ NASCIMENTO, 2008. Op. Cit., p.45.

²¹⁵ Museu Regional de Vitória da Conquista, Acervo Personalidades.

²¹⁶ Entrevista concedida por D. Elza Salgado, em julho de 2010.

Na segunda imagem, Eufrosina é identificada como Fulô do Panela – amante do Cel. Gugé – uma definição que acompanhara por um longo período, e que não deixa de ser uma demonstração de como ela burlava conceitos/valores que estereotipavam as mulheres da época e, ao mesmo tempo, que a sociedade apontava aquelas mulheres que não se enquadravam nos perfis estabelecidos, independentemente das relações que elas estabeleciam com aqueles que se encontravam em posição de mando, como era o caso do Cel. Gugé.

Figura 08



FONTE: Museu Regional de Vitória da Conquista, Acervo personalidades. Foto de Eufrosina Oliveira Freitas Trindade

Mesmo não tendo registro da data nas duas fotos, percebe-se que a primeira retratava Fulô mais jovem, ao passo que na segunda não é apenas o relativo envelhecimento que nos chama a atenção, mas principalmente, a postura assumida por ela frente “a lente”, um perfil pouco comum para a época, posicionamento que não seguia a padronização do portar das mulheres do período, e a exemplo de D. Henriqueta, a segunda fotografia é o resultado de uma imagem construída de Fulô do Panela, altiva, aguerrida, que impunha respeito e alheia as normas estabelecidas que regulavam a vida das mulheres.

Quando eles vieram fundar a Igreja (Batista) aqui, ela (Fulô) era contra [...] tinha aqui um parente dela que a gente chamava tio Chá, que também era contra, ele já quis até entrar à cavalo na Igreja, meu avô que não deixou, e acabar com o culto (risos), a mando dela (risos), queria acabar com a sinagoga, ela achava que era uma afronta à religião católica²¹⁷.

[...]

Minha vó falava que ela (Flor) protegia e defendia com unhas e dentes quem chegasse perto [...] que próximo a casa de Flor tinha um corregozinho e ela falava que ali Flor delimitava, ali era o limite, até no riacho, a polícia, o adversário, o inimigo, qualquer um poderia até chegar ali, mas depois do riacho não passava [...], a polícia ia perseguindo alguém, mas se a pessoa tivesse a felicidade de saltar o riacho, cair do lado de Flor ninguém mais tocava, se fosse preciso ela vinha trazer e entregava para a polícia, ela era muito respeitada [...], ela não acobertava, ela era justa e exigia respeito, mas ela não acobertava erros não [...], tinha o córrego como limite, ninguém ultrapassava sem pedir a permissão de Flor²¹⁸.

Esses dois depoimentos reiteram as narrativas em torno da imagem de Fulô do Panela, como “uma mulher que esteve à frente do seu tempo”, que penetrava nas fimbrias deixadas por uma sociedade calcada em valores sexistas, ousando transpor os limites impostos pela mentalidade da época. Não obstante, o primeiro depoimento refere-se a objeção de Flor do Panela quanto a edificação da Primeira Igreja Batista da Cidade de Conquista, se por um lado essa atitude demonstra a sua determinação na resolução dos problemas e enfrentamento das situações adversas, por outro transparece a intolerância religiosa, marcadamente presente nas sociedades como o Sertão da Ressaca, onde a fé católica e a devoção aos rituais religiosos são predominantes na cotidianidade.

Notadamente no que concerne a essa questão, Flor se posiciona extremamente conservadora, muito embora o segundo depoimento “expõe” outro traço da personalidade de Flor, dada ao enfrentamento e que impunha respeito e reverência ante a sua figura, a própria utilização do córrego como um limite intransponível não deixa de ser a delimitação de um território de poder.

Mais o pio er qui era sua bunitiza
Virô u'a besta fera naquelas redondeza
In todas brincadêra adonde ela chegava
As mulê dancadêra assombrada ficava
Já pois dela nas era os cantado dizia
Qui a dô e as aligria na sombra dela andava
A adonde ela tivesse a véa da foice istava
A véa da foice istava
In todas as brincadêra adonde ela ia
Iantes dela chegava na frente as aligria

²¹⁷ Entrevista concedida por D. Edirce, em julho de 2010.

²¹⁸ Entrevista concedida por D. Elza, em julho de 2010.

Dispois só se uvía era o trincá dos ferro
As mãe soltano uns berro
Chorano mal dizia
E triste no ôtro dia
Era só choro e intêrro
Dassanta era bunita qui inté fazia horrô
No sertão prú via dela
Muito sangue derramo
Conta os antigos quela
Dispois da morte viro
Pássu das asa marela
Jaçaná pomba fulo
Fulô roxa do panela
Só lá tem essa fulo
Dispois da morte viro
Pássu japiassoca assú
Dispois da morte viro
Pássu japiassoca assú...²¹⁹

A imagem que permaneceu sobre Fulo do Panela é aquela que se aproxima do ideal de mulher propagado na sociedade, passando ao silêncio aqueles fatos e comportamentos que não se adequavam aos perfis pretendidos.

b) JOANA ANGELICA SANTOS FERNANDES

A senhora Joana Angélica Santos Fernandes, conhecida como dona Janoca, era filha do Sr. Manoel José dos Santos Silva e a Sra Ana Angélica de Lima, casou-se com José Fernandes de Oliveira – o Cel. Gugé – influente líder político com quem teve 14 filhos.

Algumas dificuldades foram interpostas ao tentar compreender o papel desempenhado por Joana Angélica, sobretudo porque tanto nas narrativas quanto nos trabalhos publicados a seu respeito fazem muito mais referência ao seu esposo, o coronel Gugé, do que a ela própria. Ela era uma das poucas mulheres da época que sabia ler e escrever, estava familiarizada com as lides políticas, já que eram comuns as reuniões em sua casa para discutirem questões pertinentes ao grupo político ao qual seu esposo estava vinculado, assim como das demandas suscitadas pelo comando da municipalidade.

Minha vó era muito presenteira, gostava de política, tomava parte, era filha do tenente Santos, já estava acostumada com política, dava opinião, ia as reuniões, ela se metia, conversava sobre política, muitas dessas reuniões ocorriam na casa dela.²²⁰

²¹⁹ Música Dassanta (do "Auto da Catingueira") de Elomar Figueira Melo.

²²⁰ Entrevista com Maria Angélica de Oliveira, neta de Joana Angélica, em outubro de 2010.

Mesmo diante da afirmativa de sua neta, não foi possível detectar nas fontes disponíveis qualquer vestígio dessa atitude mais participativa, todas as qualidades a ela imputada refere-se tão somente a família e o cuidado à ela despreendido, o que não deixa de ser uma marca presente em grande parte das mulheres da época.

Por ocasião do confronto entre meletes e peduros, mesmo estando acometida de enfermidades, Joana Angélica propôs a primeira tentativa de armistício, solicitando a presença de seu sobrinho Dino Correia, um dos líderes dos peduros, à sua casa, com a explícita intenção de convencê-los a por um fim nas desavenças políticas e nas querelas entre os grupos, que ameaçava a unidade no comando político de Conquista e colocava em risco a vida de muitos dos seus parentes.

A única fotografia que encontramos de Joana Angélica Santos Fernandes de Oliveira, mais conhecida como Janoca, ela está ao lado do esposo, o cel. Gugé, que mais parece um retrato, recurso comumente utilizado quando não se dispunha da fotografia ou quando por ele se optava, já que os retratos pintados haviam sido utilizados por séculos, para representar status e respeitabilidade²²¹.

Figura 09



FONTE: Museu Regional de Vitória da Conquista, Acervo personalidades.
Foto de Joana Angélica Santos Fernandes de Oliveira e o esposo Coronel Gugé

²²¹ KOUTSOUKOS, 2007. Op. Cit., p. 11.

O registro fotográfico de Joana Angélica vem reforçar uma proposição que percebemos durante toda a pesquisa, sempre se referindo à ela como a esposa do cel. Gugé, até mesmo em “Mulheres que fizeram história em Conquista” que tinha como objetivo central traçar o perfil de algumas das mais influentes mulheres conquistenses, aborda muito mais sobre o cel. Gugé do que dela própria.

É notório que neste momento histórico, a figura do marido sobressai ao longo do tempo. Mesmo viúvas as mulheres continuaram vivendo à sombra destes, cultuando a sua memória, nas atividades comerciais, na criação dos filhos e filhas, na relação com seus escravos e empregados, na conservação do estado de viúvas²²².

A pouca visibilidade dada a Joana Angélica é refutada por Maria Angélica, sua neta, que a define como uma mulher que gostava de política, tomava parte, ia às reuniões e ela se metia, dava opinião e conversava²²³. No entanto, não foi possível em nossa pesquisa saber muito mais sobre Joana, o que nos transpareceu foi que ela era apenas a esposa e depois viúva do Cel. Gugé, talvez por conta da notoriedade que o cel. usufruía na sociedade conquistense, uma atitude há muito denunciada por Michelle Perrot, o silêncio a que as mulheres foram submetidas ao longo da história, onde a prática da memória feminina ficava restrita aos “segredos do sótão” e era apenas uma memória familiar²²⁴.

c) HENRIQUETA PRATES DOS SANTOS SILVA

Henriqueta Prates dos Santos Silva nasceu em 30 de abril de 1863, na fazenda São Pedro, em Vitória da Conquista, filha de Estevam Prates e Maria Vitória Moreira Prates. Casou-se com José Satiro dos Santos Silva e teve 7 filhos, entre eles Leôncio Satiro dos Santos Silva, que fora Intendente Municipal, num período conturbado que antecederia o confronto entre meletes e peduros.

Filha de uma família “independente”²²⁵, morou na antiga “Rua Grande”, que depois se tornou Praça da República e, atualmente, denominada Praça Tancredo Neves,

²²² BRANDÃO, 2008. Op. Cit., p. 49.

²²³ Entrevista concedida por D. Maria Angélica, em outubro de 2010.

²²⁴ PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 38.

²²⁵ Assim caracterizada por não possuir muitas posses, mas ser relativamente abastados e com rendimentos que proporcionavam uma vida confortável.

lugar este muito significativo, sobretudo pelo fato de sua casa hoje “abrigar” o Museu Regional de Vitória da Conquista²²⁶.

De todas as mulheres envolvidas no desfecho do conflito entre meletes e peduros, Henriqueta foi quem mais despertou o interesse para o registro de sua história, além dos dois trabalhos citados anteriormente, tem também o estudo de Ana Cláudia Rocha, que analisa o cotidiano, a memória e a mitificação de Henriqueta²²⁷. O trabalho de Ana Cláudia busca compreender a perpetuação e as estratégias de consagração da memória de Henriqueta Prates em Vitória da Conquista, partindo de uma análise que privilegia a imagem que dela permanece na mentalidade local e a incorporação dos variados discursos enaltecidos que corroboraram para a sua mitificação.

[...] Henriqueta tornou-se mito à medida em que sua trajetória foi e é narrada, com aceitação da comunidade, que enaltece seus grandes feitos, sua bravura, sua coragem e sabedoria. E esta narrativa permanece como um “bem comum” da sociedade conquistense²²⁸.

Por meio de relatos, de jornais e da literatura específica, a autora buscou perceber as imagens de Henriqueta que permanecem na memória coletiva local, dedicando um espaço para retratar a importância do Museu Regional de Vitória da Conquista, um projeto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB -, que funciona na casa onde morou D. Henriqueta, resguardando as mesmas características da época em que ela a habitava, uma construção do século XIX, e que segundo a autora tornara-se um espaço de reinvenção da memória de Henriqueta Prates.²²⁹

Muitas das informações expressas nesses trabalhos foram confirmadas em entrevista concedida por D. Aydil Fernandes, neta de Henriqueta e que conviveu com ela durante muito tempo, se auto-definindo como “testemunha ocular da história de sua avó e de ser uma de suas maiores alunas, pois assimilou de perto seus ensinamentos”. Essa latente admiração de Aydil por sua avó foi uma constante nos momentos em que colhíamos as informações.

²²⁶ Entrevista com D. Aydil Fernandes, neta de D. Henriqueta Prates, em agosto de 2010.

²²⁷ ROCHA, Ana Cláudia. *Henriqueta Prates dos Santos Silva: Mito, Memória e Cotidiano*. Vitória da Conquista: UESB/UNIRIO, 2001. (Dissertação de mestrado em Memória Social e Documento)

²²⁸ Idem. p. 19.

²²⁹ ROCHA, 2001. Op. Cit., p. 62.

Considerada como uma mulher sábia ganhou fama de conselheira política por receber em sua casa lideranças locais e estaduais como Pedro Lago²³⁰, Otávio Mangabeira²³¹ e Pedro Calmon²³², não sendo possível confirmar o teor de tais conversas, já que na época não era permitido que jovens e/ou crianças participassem desses momentos²³³, “vó era desembaraçada, conversava bem, uma senhora de boas maneiras, não sabia ler, mas era sábia, era cheia de provérbios e frases feitas”²³⁴.

Em uma dessas frases relatadas por D. Aydil – “ser como o sal, se mistura a tudo mas não perde o sabor”- buscava-se enfatizar outra face de Henriqueta, a da caridade, que caracterizada pela abnegação, pela piedade e amor ao próximo, pois ajudava a todos que a requisitavam, independente de sua condição social, também um traço da personalidade feminina muito cultivada na época:

Seja como projeto particular ou coletivo, as obras de caridade se apresentavam, principalmente aos católicos, em primeiro lugar, como uma forma de justiça social e, em segundo, como uma sublimação espiritual [...]. O trabalho caritativo, que não tinha retorno financeiro, servia como experiência para o exercício das nobres virtudes tão bem realçadas pela educação feminina do período [...] só aquelas com o espírito elevado e desprendidas do luxo e da riqueza material poderiam praticar a caridade²³⁵.

Esse traço característico da personalidade de Henriqueta, enquanto uma mulher preocupada em ajudar os outros, em especial os mais necessitados, tornou-se um ideal a ser perseguido por determinadas classes sociais a partir da segunda metade do século XIX, uma forma de a sociedade suscitar nas mulheres o anseio de exercer o seu poder fora de casa, principalmente entre as classes mais abastadas.

Perrot afirma que esse é um período em que apela-se para as qualidades específicas femininas ao interesse de todos, uma gestão privada da “questão social” onde, na maioria

²³⁰ Pedro Francisco Rodrigues do Lago, mais conhecido como Pedro Lago, era advogado, jornalista e político. Foi senador pela Bahia de 1923 a 1930, além de deputado estadual em 1893 e deputado federal de 1906 a 1923 e de 1935 a 1937. In. http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Lago.

²³¹ MANGABEIRA, Otávio. Político baiano, iniciou sua carreira como vereador em Salvador no ano de 1908. De 1911 a 1926 assumiu uma vaga na Câmara Federal, nesse período, por várias vezes mudou de partido, acompanhando a instável dinâmica da política baiana durante a República Velha. Foi ministro das Relações Exteriores no governo de Washington Luís, retornando ao mandato parlamentar em 1934 até 1937, quando perdeu em virtude do golpe do Estado Novo, governou a Bahia de 1947 a 1951 e elegeu-se senador em 1959. In.: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/otavio_mangabeira

²³² Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, escritor, jurista e historiador de renome, foi reitor da Universidade do Brasil e Ministro da Educação no governo Dutra. No cenário político, foi eleito para a câmara Federal em 1934 pela Concentração Autonomista, e candidato a governador da Bahia em 1954, para a sucessão do governador Régis Pacheco.

²³³ Entrevista com D. Aydil Fernandes, neta de Henriqueta Prates em agosto de 2010.

²³⁴ Idem.

²³⁵ LEITE, 2001, Op. Cit. p. 92.

das vezes, a casa burguesa se abre para o mundo, especialmente para os doentes e pobres²³⁶.

No que concerne ao envolvimento político de Henriqueta, pouco ou quase nada foi suscitado no decorrer da pesquisa, a própria Aydil afirma que sua avó não tomava partido de nenhum dos grupos políticos instituídos na Cidade de Conquista, apenas ouvia a todos e quando requisitada, aconselhava-os²³⁷.

Tudo nos leva a constatar que a atitude de recorrer à ela era motivada muito mais pelo fato de ser uma liderança carismática da sociedade local, uma prática comum para o período, onde os laços de afetividade, aliado a ausência de pessoas instituídas de poder para debelar as querelas suscitadas no cotidiano, fazia com que muitos procurassem os “anciãos” da cidade para com eles se aconselharem sobre os mais variados assuntos.

Diante dessa caracterização de Henriqueta é latente a indagação de qual a imagem de Henriqueta fora firmada na sociedade da Ressaca.

Figura 10



FONTE: Museu regional de Vitória da Conquista, Acervo Personalidades. Foto de Henriqueta Prates dos Santos Silva, aos 35 anos.

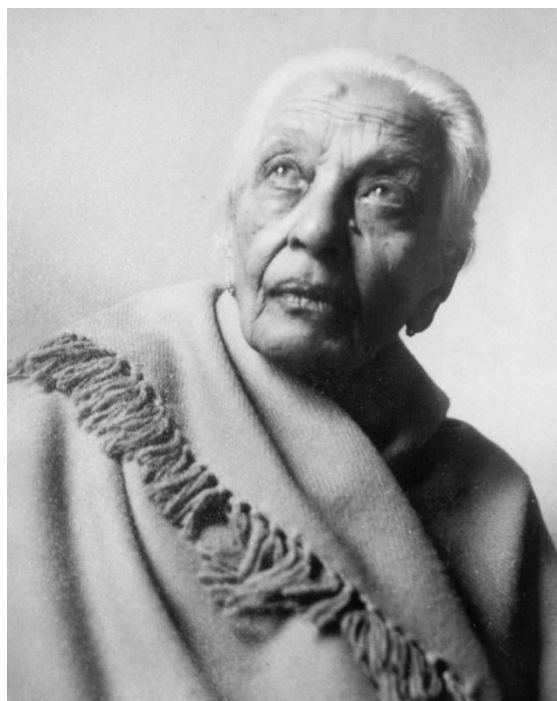
²³⁶ PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da História. São Paulo: EDUSC, 2005. P.269.

²³⁷ Entrevista concedida por Aydil Fernandes, neta de Henriqueta Prates em agosto de 2010.

A primeira fotografia de D. Henriqueta Prates aos 35 anos de idade, é uma reprodução feita por George Glass em 1996²³⁸; logo após ter ficado viúva e com sete filhos menores para criar. A fotografia revela um perfil característico da época, uma senhora de traços serenos, olhar eqüidistante e que ressaltava o perfil assumido pelos representantes das camadas mais abastadas, o olhar austero (não o sofrido), como uma verdadeira norma que, apesar de ser estereotipado, era entendido e recebido como indicador de sua posição social e de sua idoneidade moral²³⁹.

No período em que fora registrado a primeira fotografia, D. Henriqueta era uma jovem senhora viúva que se dedicava aos afazeres domésticos e uma autoridade circunscrita ao ambiente familiar, acostumando com a lida diária e na criação dos filhos.

Figura 11



FONTE: Museu Regional de Vitória da Conquista, Acervo Personalidades. Foto de Henriqueta Prates Santos Silva aos 90 anos.

A segunda fotografia, D. Henriqueta já contava com 90 anos, o amadurecimento estava presente não apenas na idade, mas também na representação que dela se fez, nas qualidades a ela imputadas e a adjetivação construída ao longo dos quase sessenta anos

²³⁸ Museu Regional de Vitória da Conquista, Acervo Personalidades.

²³⁹ KOSSOY, Boris citado por KOUTSOUKOS, 2007. Op. Cit., p. 4.

que transcorreram desde a primeira foto analisada, até esta última. Diferentemente da anterior, esta fotografia que fora “imortalizada” através das obras de Viana e Orrico, denotando a valorização e uma representatividade construída.

Batida pelo sofrimento, o coração abre-se à caridade, conforta-se no serviço a favor do próximo. Se raros os potentados no lugar, impressionantemente amplo o número de necessitados na terra [...], quando da seca de 1899, preocupada, receosa pela sorte dos flagelados, Henriqueta fita o céu a procura de uma nuvem, uma só nuvem reveladora de chuva próxima²⁴⁰.

[...]

D. Henriqueta, nome porque era geralmente conhecida, foi uma instituição desta Terra pela nobreza de seus gestos, a grandeza da alma, o senso de equilíbrio, a bondade ilimitada de seu coração e inteireza moral [...] foi um padrão de nobreza moral e de dignidade, exemplo vivo de bondade cristã e de solidariedade humana²⁴¹.

Todas essas qualidades imputadas à Henriqueta Prates constituem uma rede de significados e códigos que compõem a valoração e, principalmente, a imagem e a representação edificada por e na fotografia, presentes na construção da memória familiar e coletiva daquele período.

A imagem de uma mulher resignada, com o olhar para o alto, como alguém agraciada pelos céus, fruto de uma ideologia religiosa, altiva e que foi ao longo dos anos construindo sua referência, a exclusão de conflitos e hostilidades nessa representação, que, ao mesmo tempo, focam a hierarquia, a dignidade, a estabilidade, pois a fotografia é o resultado de uma seleção²⁴².

d) LAUDICEIA GUSMÃO DE OLIVEIRA

Laudiceia Gusmão de Oliveira nasceu no ano de 1862, oriunda de uma família de proprietários rurais que se instalaram no sertão da Ressaca, tendo como principal atividade a criação de gado, iniciada por seu avô Plácido da Silva Gusmão. A trajetória de Laudicéia não difere muito das mulheres anteriormente analisadas. Fruto de uma educação doméstica pautada em atividades definidas como enaltecedoras para aquele contexto histórico.

²⁴⁰ ORRICO, 1982. Op. Cit., p. 18-20.

²⁴¹ VIANA, 1982. Op. Cit., p. 396-397.

²⁴² LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: EDUSP, 2001. P.78.

Era assim D. Laudicéia: capaz de assinalar com o seu exemplo momentos de rara beleza espiritual. A rica ou pobres, pretas, brancas, mulatas, a todas prestava auxílio, sem fazer distinção de cor, credo, ou categoria social [...] servia, simplesmente servia e dava-se por bem paga, satisfeita em poder ser útil ao semelhante²⁴³.

[...]

Como parteira curiosa que foi, por algumas décadas, não media sacrifícios para atender chamados de mulheres ilustres, da elite social e bem assim de parturientes pobres, das ruas mais distantes²⁴⁴.

A atuação como parteira, o acolhimento de doentes e dos mais necessitados, além do exemplar papel de esposa e mãe, todas essas etapas da vivência feminina ecoam como um ritual, frequentemente valorizado e perseguido.

A despeito do seu valor social, o trabalho caritativo reforçava estereótipos construídos por uma visão tradicional dos papéis femininos [...] a sociedade republicana, ao seu modo, se preocupou constantemente com a mulher das camadas populares. Em várias oportunidades as mulheres das classes médias e altas vão se ocupar com a existência daquelas que nada possuíam. Às vezes os seus interesses explícitos encobriam uma relação de solidariedade com o ser do mesmo sexo, superando as diferenças de classe²⁴⁵.

Em decorrência do seu envolvimento no desfecho do confronto entre meletes e peduros, Laudicéia recebeu a alcunha de pacificadora, além de ser considerada a mais evidente protagonista e a heroína da paz em Conquista, naquela época conturbada de sua história²⁴⁶, só foi possível identificarmos uma fotografia, sem registro de data, nem tão pouco referência da pessoa que a acompanha, provavelmente alguma filha ou neta.

Mesmo diante desses impasses, a imagem nos revela uma senhora típica do seu tempo e contexto, que consegue exercer harmoniosamente a simplicidade das mulheres que viveram na e para a família, com a perspicácia própria daqueles que se encorajaram diante dos reveses que a vivência sertaneja impunha, a prontidão no auxílio aos que à ela recorriam, a postura de uma anciã compõem uma representação que se consolidou no cotidiano das famílias do interior, resultado de uma rede de relações construídas cotidianamente.

²⁴³ ORRICO, 1982. Op. Cit., p. 39.

²⁴⁴ VIANA, Aníbal 1982. Op. Cit., p. 397.

²⁴⁵ LEITE, 2001, Op. Cit., p. 90-97.

²⁴⁶ VIANA, 1982, Op. Cit. p. 398.

Figura 12



FONTE: Museu Regional de Vitória da Conquista, Acervo Personalidades. Foto de Laudicéia Gusmão.

De todas essas mulheres retratadas, Henriqueta Prates e Fulô do Panela, foram àquelas que possibilitaram detectar nuances na postura “frente as lentes”, não só pelo fato de ambas terem mais de uma fotografia que permitiu a contraposição, mas, sobretudo, por entendermos como a mentalidade local reforçou, ao longo dos anos, a significação de tais mulheres, que diferentemente das outras duas, encentaram uma devota admiração entre os conquistenses, seja pela atuação ou pelo que Roland Barthes tacitamente afirma: “Diante da objetiva, sou ao mesmo tempo: aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exhibir sua arte.”²⁴⁷

Reportando-nos ao envolvimento dessas mulheres nas disputas políticas, especificamente no conflito entre meletes e peduros, Viana afirma que:

A luta continuava até a tarde de 21, quando houve a intercessão das ilustres senhoras D. Laudicéia Gusmão, D. Henriqueta Prates dos Santos, mãe do Intendente deposedo, Eufrosina Freitas Trindade, D. Joana Angélica Santos (viúva do Cel. Gugé e tia de Ascendino Melo) [...] ²⁴⁸.

²⁴⁷ BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p.27.

²⁴⁸ VIANA, 1982. Op. Cit., p.147

Após a atitude por parte dessas senhoras, muitos foram os adjetivos utilizados na tentativa de mensurar tal feito, heroínas da paz, pacificadoras, medianeiras da paz e apaziguadoras. No entanto, constatamos que a motivação para a participação dessas mulheres no episódio dos meletes e peduros foi mais uma questão de família do que o envolvimento político propriamente dito.

na briga dos meletes e peduros, vó já doente mandou chamar Dino, que era seu sobrinho, para tentar convencer e mudar o cenário de brigas [...]

[...]

no conflito dos meletes um dos envolvidos era seu afilhado e obedecia [...] ela não participava da política, apoiava e dava conselhos tanto os meletes quanto os peduros²⁴⁹.

Essa informação também foi confirmada por todos os entrevistados, pois ainda é muito presente o discurso “Conquista ser de uma só família”²⁵⁰ referindo-se a João Gonçalves da Costa e seus descendentes diretos, responsáveis pelo povoamento do Sertão da Ressaca. Certamente eram muitos os vínculos de parentesco e, como explicitado no capítulo anterior, meletes e peduros, compunham uma parentela que disputava o comando local, além do mais, “todo esse povo era casado com primos [...] casa teu filho com o filho do teu vizinho”²⁵¹, era um lema que definia as relações de casamento da época.

Mesmo diante da afirmação de que as mulheres não participavam da política, que seu envolvimento ocorreu principalmente por questões familiares, não podemos desconsiderar as interferências femininas nos conflitos políticos em Conquista, nem tão pouco sua inserção no contexto social, mesmo que as atividades desenvolvidas estivessem restritas à esfera de delimitação do fazer feminino daquele contexto, como a caridade e acolhimento dos mais necessitados, a atuação como parteiras, tais atividades,

possibilitou-lhes um contato mais aberto com os homens na comunidade, exigiu-lhes decisões fora do âmbito doméstico, funcionou como um novo tipo de sociabilidade, colocou-as frente a frente com uma realidade desconhecida, qual seja, a pobreza, a mendicância [...] assume valor inquestionável para as mulheres no que concerne ao exercício de deveres prestigiados e reconhecidos socialmente, o que as impele à rua, possibilitando-lhes a entrada na cena urbana. Essa nova sociabilidade que vai aos poucos sendo construída proporciona efetivamente às mulheres mudanças no seu comportamento, bem como uma ocupação mais sistemática do espaço público²⁵².

²⁴⁹ Entrevista concedida pela Sra Maria Angélica e Aydil Fernandes, respectivamente.

²⁵⁰ Entrevista concedida pela Sra Edirce Piau.

²⁵¹ Entrevista concedida por D. Aydil Fernandes.

²⁵² LEITE, 2001. Op. Cit., p. 90-101.

A adjetivação para o feito dessas mulheres tem variado e perpetuado ao longo do tempo, principalmente quando vinculadas à pacificação no embate entre meletes e peduros. Até mesmo nas práticas cotidianas, cada uma delas referenda uma vivência pautada em atitudes esperadas e cultivadas pelas senhoras, para além do despreendimento, da abnegação, da caridade e com a altivez demonstrada no trato com as querelas domésticas e familiares.

Da análise suscitada sobre os papéis sociais, observamos que na sociedade da Ressaca as mulheres assumiam uma dinâmica própria, utilizando os espaços e as tarefas que lhes eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contra poderes que podiam subverter os papéis aparentes²⁵³, mesmo influenciadas pela veiculação das normas de disciplinarização oriundas seja dos jornais, seja da própria Igreja Católica, elas conseguiram adequá-las a sua realidade, ressignificando suas práticas cotidianamente.

²⁵³ PERROT, 2005. Op. Cit., p. 273.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as mulheres e a sua inserção na dinâmica social como foco de uma análise historiográfica é marcadamente uma forte tendência na historiografia atual, resultando em trabalhos que corroboram para tirá-las dos “silêncios dos sótãos”, muito mais do que enquadrá-las em estereótipos de vítimas ou heroínas, mas, sobretudo, compreendê-las em seus contextos sociais.

As mulheres sertanejas, especificamente as do Sertão da Ressaca, foram ao longo dos tempos sendo apenas coadjuvantes na construção histórica, no entanto, a análise de documentos como os inventários *post mortem* demonstram quão dinâmica foi a participação feminina na sociedade, gerenciando as fortunas herdadas, em grande parte ampliando o monte-mor, além da disponibilidade em também conduzir os caminhos das famílias.

Mesmo diante de uma constante normatização dos “modos de viver”, veiculados por meio de jornais e diretrizes emanadas da própria Igreja Católica, as mulheres conseguiram nas atividades desempenhadas cotidianamente, estabelecer por vezes relações de poder, no direcionamento familiar por aquelas que cedo se encontraram no estado de viuvez ou mesmo àquelas outras, que na condição de parteiras-curiosas, proprietárias rurais e comerciantes galgavam o espaço público e conseqüentemente ampliavam o território de influencia e exerciam os “micro-poderes”.

O panorama político do Sertão da Ressaca fora determinado pelas disputas circuncidadas no seio das principais famílias proprietárias, que mantinham sobre si o domínio socioeconômico além da administração local, fato este que despertara as principais querelas familiares e confrontos armados entre grupos políticos rivais. A participação das mulheres em conflitos de cunho político, como a luta entre Meletes e Peduros, teve como fator motivacional os vínculos de parentesco, a própria adjetivação dessas mulheres como apaziguadoras e “medianeiras da paz” justifica-se como uma construção eloquente e que não determina uma intervenção consciente e transformadora, mas uma forma de manter a cordialidade entre os diversos grupos políticos e a harmonia entre os “iguais”.

A estruturação da sociedade da Ressaca não foge aos moldes dos núcleos povoadores do interior do Brasil, em que as atividades econômicas baseavam-se na

agricultura e no comércio e, portanto, grande parte dos fazendeiros se dedicava concomitantemente as atividades produtivas e comerciais. A análise da documentação permitiu detectarmos algumas mulheres que desempenharam atividades no comércio local, algumas herdavam de seus conjugues como parte do espólio e continuaram a exercê-lo, e outras praticavam o comércio de produtos diversos, como a aguardente, sem, contudo deixar de desempenhar os papéis sociais próprios para as mulheres da época.

As mulheres do Sertão da Ressaca estiveram integradas a uma realidade própria de sua época, algumas desempenhando os papéis caracteristicamente definidores da conduta feminina, muitas vezes envolvendo-se em querelas políticas de cunho familiar e outras atreladas a atividades comerciais e creditícias no contexto da economia local. O propósito foi dar maior visibilidade a essas mulheres, que cotidianamente contribuíram com suas realidades singulares, para melhor compreendermos a organização da sociedade da Ressaca.

Mesmo diante da dificuldade em vislumbrar a atuação feminina por meio da documentação que prioriza a figura masculina, em colher os depoimentos, muitos deles reticentes e apenas reprodutores de uma realidade construída pela oralidade e permeada de louvores aos feitos daqueles que se orgulharam em ocupar/povoar e administrar o Sertão da Ressaca, esta pesquisa vem contribuir para melhor compreendermos a inserção das mulheres no contexto da sociedade da Ressaca.

LISTA DE FONTES

ARQUIVO PARTICULAR DE RUY MEDEIROS

- Jornais.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB)

APEB: Filme nº 37 - Almanack Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia, 1854 à 1856

ARQUIVO DO FÓRUM JOÃO MANGABEIRA (AFJM) – Vitória da Conquista – Ba.

Caixa de Diversos - Inventário de Mariana de Assumpção, 1863; Inventário de Senhorinha de Souza Conceição, 1863/1865; Inventário de Porfíria de Oliveira Freitas, 1877-1879; Testamento do Tenente José Nunes Bahiense, 1877-1879; Inventário de Marcos Ferreira Campos, 1877-1879; Arrolamento dos bens de Antonia Maria da Natividade, 1890-1896; Inventário de Joana Belizária de Jesus, 1890-1899; Execução Comercial da Viúva Neves e irmãos, 1890-1899; Partilha amigável dos bens do Cel. Joaquim Fernandes Ribeiro, 1894; Petição de Joaquim Ribeiro de Queirós contra Carolina Vieira Nunes, 1896; Atuação de portaria para arrecadação dos bens deixados pelo falecimento de Anna Joaquina do Nascimento, 1889; Justificação do Capitão Paulino Fernandes de Oliveira, 1889; Inventário de Maria Thereza de Jesus, 1898-1899.

Caixa de Inventários - Inventário de Francisco Xavier Lacerda, 1871-1874; Autos de arrecadação dos bens de Maria Ribeiro, 1880-1889; Inventário do Capitão Sérgio Balbino Lopes, 1881-1882; Inventário de Cordulina Maria da Graça, 1881-1882; Inventário do Tenente Manoel José dos Santos Silva, 1883; Inventário de Senhorinha Nunes Fernandes Ribeiro, 1887; Partilha amigável dos bens do Cel. Joaquim Fernandes Ribeiro, 1894-1895; Inventário do Alferes Álvaro Antonio Ribeiro, 1895; Inventário de Anna Angélica dos Santos Silva, 1900-1904; Inventário de Anna Angélica dos Santos Silva, 1902.

ARQUIVO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (AMVC)

AMVC: Atas da Câmara de Conquista, Sessão Ordinária do dia 05 de setembro de 1918 – DSCO2795.

AMVC: A Palavra, 24 de agosto de 1917, 07 de setembro de 1917, 27 de outubro de 1917, 11 de outubro de 1919, 11 de julho de 1920,

AMVC: Atas da Câmara de Conquista, 1919 – DSCO 2967.

AMVC: Jornal O Sertão. Conquista, 08 de fevereiro de 1924 – DSCO 3192, 18 de janeiro de 1924.

AMVC: Jornal A Conquista, 18 de junho de 1911.

AMVC: Jornal A Notícia, 22 de julho de 1922, 22 de julho de 1922, 26 de julho de 1922, 05 de agosto de 1922, 17 de janeiro de 1924, 17 de janeiro de 1925, 23 de maio de 1925 – DSCO3229.

AMVC: Jornal A Semana, 06 de setembro de 1924.

AMVC: Bastos Tigre, Jornal O Sertão – DSCO3194

MUSEU REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (MRVC)

- Acervo Personalidades. Foto de Henriqueta Prates dos Santos Silva, aos 35 anos; Foto de Henriqueta Prates Santos Silva aos 90 anos; Foto de Eufrosina Oliveira Freitas Trindade (Fulô do Panela); Foto de Eufrosina Oliveira Freitas Trindade (Fulô do Panela); Foto de Joana Angélica Santos Fernandes de Oliveira e o esposo Coronel Gugé; Foto de Laudicéia Gusmão de Oliveira

ENTREVISTAS/DEPOIMENTOS:

Sr^a Edirce Piau – bisneta de Fulô do Panela, em julho de 2010.

Aydil Fernandes – neta de D. Henriqueta Prates, em agosto de 2010.

Elza Salgado, moradora do Povoado Campo Formoso, antigo Panela e membro do grupo “Pilão de Arueira”, em julho de 2010.

Maria Angélica, neta de D. Joana Angélica, em agosto de 2010.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *Republica em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- ARAS, Lina Maria Brandão de. e OLIVEIRA, Walney da Costa. No Cenário da Guerra: As mulheres e a literatura, In.: MOTTA, Alda Brito da, SANDENBERG, Cecília e GOMES, Márcia (Orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.
- ARAUJO Emanuel. A arte da Sedução: sexualidade feminina na Colônia. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia – Transição conservadora e formação da nação, 1838 – 1850*. Salvador: UFBA, 2006 (Tese de Doutorado), p. 11.
- ARAÚJO, Emerson Pinto. *Capítulos da História de Jequié*. Salvador: EGBA, 1997.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BRANDÃO, Silmária Souza. *No Lar e no Balcão: As Mulheres na Praça Comercial de Salvador (1850–1888)*. Salvador: UFBA, 2008. (dissertação de mestrado).
- BELTRÁN, Clara Lopez. *Alianzas Familiares. Elite, Género y negocios em La Paz, Século XVII*. La Paz: Institutos de Estudios Peruanos. 1998.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DISCINI, Norma e CAMPOS, Raquel Discini de. A imagem da mulher na literatura e no jornal das primeiras décadas do século XX: questões de discurso e gênero. In.: *Cadernos de História da Educação*. V. 8, n. 2 – jul./dez. 2009.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres no Sertão Nordeste. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Salvador: UFBA, 2008. (Tese de Doutorado).
- FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres em Minas Gerais. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.
- FILHO, Licurgo Santos. *Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo: Aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Nacional, 1956.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- GABAI, Rafael Varón. *La ilusión del poder: apogeo y decadência de los pizarro en la conquista del Perú*. Lima: IEP/IFEA, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no Sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2004.
- _____ Poder Local e mandonismo na cidade da Conquista: Violência e administração pública. In: AGUIAR, Edinalva P. (org.) *Política: O Poder em disputa, Vitória da Conquista e Região. Memória Conquistense*. Vitória da Conquista: Gráfica Brasil, 1999.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: Enciclopédia Einaudi – Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- LEITE, Márcia Maria da Silva B. As damas da Caridade: sociedades femininas na Bahia Republicana, In.: SARDENBERG. Cecília Maria Bacellar, ET. All. (orgs.). *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*. Salvador NEIM/UFBA, 2001.
- LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada. Discurso das Elites sobre as Grandezas e Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas*. São Paulo: PUC-SP, 2005. (Tese de Doutorado em História Social)
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia. M. No estúdio do photographo, o rito da pose – Brasil, segunda metade do século XIX. *Revista Àgora*. Vitória, n. 5, p. 21, 2007.
- MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)* São Paulo: USP, 1998, (Tese de Doutorado).

- MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.
- MEDEIROS, Ruy, H. A. Edição Crítica e Anotada de TORRES, T. L. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1996.
- MIGUEL, Antonieta. *Vida Material e Cotidiano: A Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA, 2000 (Dissertação de Mestrado).
- MOREL, Marco. “Animais, Monstros e Deformidades: a “Zoologia Política” no processo de construção do Império do Brasil. In.: *Revista Estudos Históricos*, 1999.
- NASCIMENTO, Washington Santos. *Construindo o “negro”: lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista/BA (1870-1930)*. São Paulo: PUC-SP, 2008. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais)
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: ARCADIA, 2002.
- NEVES, Erivaldo Fagundes e MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: ARCADIA, 2007.
- NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória: Bahia 1840-1888*. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Mulher, Família e Negócio: O papel da mulher no Sertão da Ressaca*. *Anais da ANPUH*. São Leopoldo: ANPUH. 2007.
- ORRICO, Israel Araújo. *Mulheres que Fizeram História em Conquista*. Vitória da Conquista: Bahia Arts Gráficas, 1982.
- PAZ, Octavio. *Sóror Juana de La Cruz: As armadilhas da fé*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1982.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A participação das mulheres na luta pela independência da América Latina*. In.: *América Latina no Século XIX: Tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP-EDUSC, 1999.
- PEDRO Joana Maria. *Mulheres do Sul*. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, Michellet. *Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os Cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- RÊGO, André Heráclio do. *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa, 2008.
- REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ROCHA, Ana Claudia. *Henriqueta Prates dos Santos Silva: Mito, Memória e Cotidiano*. Vitória da Conquista: UESB/UNIRIO, 2001 (Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento).
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres das Américas: Um repasse pela Historiografia Latino-Americana Recente. In.: *Américas, Américas*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUP/Marco Zero, vol. 11, nº 21, setembro, 90/fevereiro, 91.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *O Poder Legislativo da Bahia. Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1985.
- SAMPAIO, José Luis Pamponet. A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte – 1891-1973. Salvador: UFBA, 1975 (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. *O Movimento Republicano na Bahia*. Salvador: EDUFBA/CEB, 2003.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In.: SANTOS, Milton (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar, Et. All. (orgs.). *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*. Salvador NEIM/UFBA, 2001.
- SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana na primeira república*. Salvador, UFBA, 2009 (dissertação de mestrado).
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In.: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- SILVA, Sheyla, Farias. *Nas Teias da Fortuna: Homens de Negócios na Estância Oitocentista (1820-1888)*. Salvador: UFBA, 2005. (Dissertação de Mestrado).
- SOUSA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2001.

- SOUZA, Belarmino de Jesus. Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República. In: AGUIAR, Edinalva (org.) *Política: O Poder em disputa Vitória da Conquista e Região*. Memória Conquistense. Vitória da Conquista: Gráfica Brasil, 1999.
- _____. *Arreios, Currais e Porteiras – Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP, 1999.
- STANCIK, Marco Antonio. Entre flores e canhões na Grande Guerra (1914-1918): o final da Belle Époque e o começo do “breve século XX” em um álbum de retratos fotográficos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 29, nº 58, p. 445, 2009.
- TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil-Artes Gráficas, v. 01, 1992.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TORRES, T. L. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1996.
- VIANA, Aníbal L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista: Brasil-Artes Gráficas, 1982. V. 01.

ANEXOS

TABELA VI
 CLASSIFICAÇÃO DAS FORTUNAS
 Grandes Fortunas – 50:100\$000 a 200:000\$000

Inventário	Bens de Raiz	Escravos	Gado	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas	Observações
Thereza de Oliveira Freitas Monte-mor: 60:963\$320	Quantidade: 28 18:013\$000	Quantidade: 72 21:915\$00	Quantidade: 1.118 19:212\$000	3 pessoas 281\$370	-	Possuía benfeitorias e algumas ferramentas
Maria Clemência do Amor Divino Monte-mor: 135:843\$800	Quantidade: 13 15:995\$000	Quantidade: 50 26:800\$000	Quantidade: 1.054 17:240\$000	23 pessoas 13:590\$650	-	Tinha 70 ovinos e caprinos e 43:321\$150

TABELA VII
CLASSIFICAÇÃO DAS FORTUNAS
Fortunas Boas– 10:100\$000 a 50:000\$000

Inventário	Bens de Raiz	Escravos	Gado	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas	Observações
Julia Rosa de Souza Monte-mor: 10:176\$000	Quantidade: 07 2:720\$000	Quantidade: 09 2:460\$000	Quantidade: 130 2:390\$000	1 pessoa 2:400\$000	1:603\$000	-
Rozaaura Gonçalves da Costa Monte-mor: 10:370\$020	Quantidade: 06 1:777\$000	Quantidade: 20 5:070\$000	Quantidade: 84 1:613\$000	2 pessoas 172\$000	06 pessoas 885\$000	Ferramentas
Anna da Exaltação da Santa Cruz Monte-mor: 10:717\$900	Quantidade: 06 1:548\$000	Quantidade: 09 4:600\$000	Quantidade: 158 2:953\$000	-	-	Ferramentas e 500\$000 em dinheiro.
Maria Vianna de Campos Monte-mor: 11:009\$620	Quantidade: 11 1:319\$000	Quantidade: 10 7:600\$000	Quantidade: 36 1:170\$000	02 pessoas 70\$000	08 pessoas 3:629\$560	Equipamentos e arreios
Maria Paixão de Jesus Monte-mor: 11:457\$780	Quantidade: 08 535\$000	Quantidade: 07 5:150\$000	Quantidade: 238 3:313\$000	03 pessoas 2:247\$000	-	Benfeitorias e criava porcos.
Carolina Maria de Jesus Monte-mor: 12:560\$060	Quantidade: 13 906\$000	Quantidade: 14 7: 605\$000	Quantidade: 132 3:066\$000	02 pessoas 160\$000	-	Benfeitorias e equipamentos
Porfília de Oliveira Freitas Monte-mor: 13:999\$800	Quantidade: 28 3:035\$000	Quantidade: 08 7:850\$000	Quantidade: 148 2:937\$000	02 pessoas 119\$000	01 pessoa 91\$100	Benfeitorias, roças de milho, canavial e equipamentos
Cordulina Maria da Graça Monte-mor: 20:592\$833	Quantidade: 17 1:750\$000	Quantidade: 06 3:250\$000	Quantidade: 696 12:499\$000	06 pessoas 1:872\$000	03 pessoas 3:366\$000	Canavial, alambique e ferramentas.
Anna Senhorinha de Jesus Monte-mor: 20:772\$340	Quantidade: 07 825\$000	Quantidade: 33 7:291\$000	Quantidade: 522 7:158\$400	08 pessoas 790\$000	01 pessoa 60\$000	Benfeitorias e ferramentas e 90\$000 em dinheiro
Maria Magdalena Ferreira Campos Monte-mor: 31:066\$120	Quantidade: 17 5:640\$000	Quantidade: 40 24:746\$000	Quantidade: 116 3:140\$000	01 pessoa 70\$000	03 pessoas 20\$000	Benfeitorias e equipamentos, roças de cana-de-açúcar, café,
Sophia Maria de Oliveira Monte-mor: 33:059\$600	Quantidade: 38 5:381\$000	Quantidade: 19 11:550\$000	Quantidade: 611 10:704\$000	08 pessoas 2:285\$000	-	Dinheiro 1:840, benfeitorias, ovinos, caprinos, suínos, algodão e mandioca.
Rosa Maria de Jesus Monte-mor: 36:564\$722	Quantidade: 13 19:980\$000	Quantidade: 05 4:050\$000	Quantidade: 40 545\$000	28 pessoas 5:479\$937	07 pessoas 3:303\$000	Benfeitorias, equipamentos, criava ovinos e caprinos.
Jacintha Maria da Conceição Monte-mor: 44:877\$000	Quantidade: 04 3:279\$000	Quantidade: 10 7:900\$000	Quantidade: 611 10:215\$000	47 pessoas 16:159\$000	-	Comerciante, possuía 4:137\$000 em dinheiro, benfeitorias e café

TABELA VIII
CLASSIFICAÇÃO DAS FORTUNAS
Fortunas Médias – 2:100\$000 a 10:000\$000

Inventário	Bens de Raiz	Escravos	Gado	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas	Observações
Anna Maria de Novaes Monte-mor: 2:105\$500	Quantidade: 06 490\$000	Quantidade: 01 450\$000	Quantidade: 55 1:230\$000	-	-	Ferramentas
Genoveva Roza de Jesus Monte-mor: 2:111\$120	Quantidade: 02 616\$000	Quantidade: 03 910\$000	Quantidade: 01 6\$500	05 pessoas 116\$000	08 pessoas 200\$980	-
Theodozia Maria de Onze Mil Virgens Monte-mor: 2:122\$120	Quantidade: 03 570\$000	Quantidade: 03 1:300\$000	Quantidade: 12 237\$000	-	-	-
Joana do Nascimento Monte-mor: 2:124\$200	Quantidade: 02 110\$000	Quantidade: 02 1:800\$000	Quantidade: 18 162\$000	-	-	Ferramentas
Luiza Maria de Jesus Monte-mor: 2:175\$820	Quantidade: 04 318\$00	Quantidade: 02 582\$000	Quantidade: 88 933\$000	02 pessoas 218\$000	03 pessoas 205\$800	-
Maria Claudina de São José Monte-mor: 2:281\$312	Quantidade: 03 120\$000	Quantidade: 09 740\$000	Quantidade: 27 366\$500	08 pessoas 110\$840	06 pessoas 36\$980	Duas roças e uma casa de paiol
Domazia Rosa de Jesus Monte-mor: 2:327\$580	Quantidade: 02 90\$000	Quantidade: 02 1:080\$000	Quantidade: 59 1:040\$000	03 pessoas 37\$000	04 pessoas 270\$920	-
Raimunda Rosa do Livramento Monte-mor: 2:392\$550	Quantidade: 05 55\$990	Quantidade: 02 1:050\$000	Quantidade: 43 1:103\$000	-	-	-
Justina Ferreira do Espírito santo Monte-mor: 2:496\$880	Quantidade: 03 110\$000	Quantidade: 03 1:425\$000	Quantidade: 48 654\$000	03 pessoas 107\$000	08 pessoas 92\$000	-
Euphrozina Maria da Encarnação Monte-mor: 2:573\$075	Quantidade: 03 180\$000	Quantidade: 02 900\$000	Quantidade: 67 861\$000	02 pessoas 158\$625	07 pessoas 838\$140	-
Maria Rosa da Conceição Monte-mor: 2:584\$596	Quantidade: 13 615\$000	Quantidade: 02 650\$000	Quantidade: 35 697\$000	05 pessoas 562\$896	06 pessoas 635\$350	Equipamentos, 01 mandiocal, 40 pés de café
Joaquina Maria de Jesus Monte-mor: 2:735\$620	Quantidade: 02 298\$000	Quantidade: 08 2:090\$000	Quantidade: 09 78\$000	09 pessoas 78\$420	03 pessoas 24\$280	-
Joana Ferreira Campos Monte-mor: 2:771\$480	Quantidade: 05 99\$000	Quantidade: 01 1:000\$000	Quantidade: 54 1:114\$000	-	02 pessoas 257\$000	-

Adelaide Marcelina Ribeiro Monte-mor: 2:800\$000	Quantidade: 06 680\$000	-	Quantidade: 115 1:960\$000	-	-	Casa de farinha.
Joana Gonçalves de Jesus Monte-mor: 2:853\$460	Quantidade: 10 669\$000	Quantidade: 05 2:100\$000	-	-	08 pessoas 275\$000	Equipamentos e ferramentas
Rosaura Gonçalves da Costa Monte-mor: 2:869\$400	Quantidade: 06 1:710\$000	-	Quantidade: 12 320\$000	10 pessoas 780\$000	02 pessoas 44\$833	-
Senhorinha de Souza Conceição Monte-mor: 2:887\$760	Quantidade: 02 256\$000	Quantidade: 03 2:320\$000	Quantidade: 02 125\$000	-	-	-
Umbelina Joaquina de Jesus Monte-mor: 2:991\$000	Quantidade: 05 1:528\$000	Quantidade: 01 150\$000	Quantidade: 67 936\$000	01 pessoa 200\$000	-	-
Maria Antonia de Jesus Monte-mor: 3:069\$750	Quantidade: 03 774\$000	Quantidade: 03 1:605\$000	Quantidade: 40 525\$000	01 pessoa 44\$000	01 pessoas 45\$000	Um engenho
Damasia de Souza Monte-mor: 3:447\$000	Quantidade: 02 300\$000	Quantidade: 04 2:850\$000	-	06 pessoas 297\$000	09 pessoas 487\$140	Provavelmente tinha aposentadoria
Isabel Thereza de Jesus Monte-mor: 3:662\$140	Quantidade: 02 45\$000	Quantidade: 04 2:280\$000	Quantidade: 19 587\$000	04 pessoas 431\$000	-	Uma casa de farinha e 50 ovinos/caprinos
Januária de Souza Borges Monte-mor: 3: 813\$500	-	Quantidade: 02 1:150\$000	Quantidade: 54 927\$000	01 pessoa 1:380\$000	01 pessoa 61\$480	-
Maria Silvéria de Jesus Monte-mor: 3:882\$520	Quantidade: 04 233\$000	Quantidade: 05 2:300\$000	Quantidade: 72 1:097\$000	-	-	Equipamentos
Joaquina Lopes Moitinho Monte-mor: 3:975\$000	-	-	-	-	-	-
Marcelina Batista de Oliveira Monte-mor: 4:064\$000	Quantidade: 07 341\$000	Quantidade: 07 2:740\$000	Quantidade: 42 873\$000	-	-	Um engenho e 01 casa de farinha
Leonarda Maria de Santa Anna Monte-mor: 4:269\$420	Quantidade: 04 915\$000	Quantidade: 05 1:670\$000	Quantidade: 96 1:203\$000	-	01 pessoa 240\$000	-
Carolina da Paixão de Jesus Monte-mor: 4:305\$000	Quantidade: 11 1:509\$000	-	Quantidade: 147 2:732\$000	-	01 pessoa 1:000\$000	-
Constança Sancha de Jesus Monte-mor: 4:615\$200	Quantidade: 01 200\$000	Quantidade: 07 2:320\$000	Quantidade: 91 1:248\$000	17 pessoas 254\$520	01 pessoa 200\$000	-
Antonia Maria Santiago Monte-mor: 4:762\$000	Quantidade: 03 205\$000	Quantidade: 05 2:450\$000	Quantidade: 115 1:853\$000	05 pessoas 276\$00	02 pessoas 114\$680	25\$000 em dinheiro

Mariana de Assumpção Monte-mor: 4:876\$010	Quantidade: 05 305\$000	Quantidade: 05 4:050\$000	Quantidade: 12 340\$000	-	-	-
Silvéria Ferreira Gomes Monte-mor: 5:046\$120	Quantidade: 23 2:668\$100	Quantidade: 02 1:850\$000	Quantidade: 02 170\$000	02 pessoas 356\$020	01 pessoa 653\$000	-
Guilhermina Thereza de Jesus Monte-mor: 5:780\$000	Quantidade: 02 50\$000	Quantidade: 07 4:450\$000	Quantidade: 45 1:112\$000	05 pessoas 158\$000	05 pessoas 49\$160	Ferramentas
Antonia Vianna Campos Monte-mor: 5:867\$800	Quantidade: 14 1:717\$000	Quantidade: 09 4:050\$000	Quantidade: 02 50\$000	-	02 pessoas 544\$000	Ferramentas
Justina Cezarina do Desterro Monte-mor: 5:920\$500	Quantidade: 12 1:409\$000	Quantidade: 04 2:580\$000	Quantidade: 67 1:685\$000	-	-	Um alambique
Clemência Maria de Jesus Monte-mor: 6292\$000	Quantidade: 08 625\$000	Quantidade: 04 3:500\$000	Quantidade: 74 1:665\$000	04 pessoas 342\$000	-	-
Hermelina Maria de Jesus Monte-mor: 6:481\$072	Quantidade: 01 120\$000	Quantidade: 03 2:000\$000	Quantidade: 117 2:672\$000	02 pessoas 125\$000	-	Ferramentas
Honigma Maria de Jesus Monte-mor: 7:230\$600	-	Quantidade: 10 5:751\$000	-	-	-	1:314\$000 em dinheiro
Joana Maria das Graças Monte-mor: 7:876\$400	Quantidade: 08 1:264\$000	Quantidade: 13 4:120\$000	Quantidade: 157 1:676\$000	04 pessoas 390\$000	05 pessoas 466\$000	Ferramentas
Maria Antonia de Carvalho Monte-mor: 8: 468\$185	Quantidade: 06 1:430\$000	Quantidade: 18 5:305\$000	Quantidade: 200 1:114\$000	03 pessoas 75\$000	01 pessoa 650\$000	Alambique, senzala, plantação de cana e arreios e selas
Maria Thereza de Jesus Monte-mor: 8:994\$420	Quantidade: 08 1:235\$000	Quantidade: 06 3:800\$000	Quantidade: 54 874\$000	-	-	Equipamentos
Josepha Pereira de Oliveira Monte-mor: 9:107\$500	Quantidade: 21 1:668\$000	Quantidade: 09 3:650\$000	Quantidade: 206 3:570\$000	01 pessoa 60\$000	-	Equipamentos.
Maria Germana dos Santos Monte-mor: 9:921\$000	Quantidade:	Quantidade:	Quantidade:			
Monte-mor:	Quantidade:	Quantidade:	Quantidade:			

